



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**REDE DE RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA:
RESISTÊNCIA E COTIDIANO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM
RECIFE - PE**

ANANDA DE MELO MARTINS

BRASÍLIA
NOVEMBRO/2009



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**REDE DE RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA:
RESISTÊNCIA E COTIDIANO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM RECIFE – PE**

Ananda de Melo Martins

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília — UnB, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Gestão Ambiental e Territorial: Urbanização, Ambiente e Território.

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Nelba Azevedo Penna — orientadora

Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Prof. Dr. Álvaro Henrique de Souza Ferreira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ/ Departamento de Geografia

Prof. Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos

Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Prof^a Dra. Lúcia Cony Faria Cidade - Suplente.

Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília
Número de acervo 975835

Martins, Ananda de Melo
M386r Rede de Resistência Solidária: resistência e cotidiano
na luta pelo direito à Cidade em Recife - PE. / Ananda
de Melo Martins.-- 2009.
xix, 180 f.: il.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Departamento de Programa de Pós-Graduação em Geografia,
2009

Inclui bibliografia

1. Movimentos sociais. 2. Sociologia urbana. 3. Cidades
e vilas - Recife (PE). 4. Urbanização. 5. Geografia
urbana. I.Penna, Nelba Azevedo. II. Título.

CDU 329.71

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Classificação da Biblioteca da UnB.
Fernando@bce.unb.br

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MARTINS, Ananda de Melo. Rede de Resistência Solidária: resistência e cotidiano na luta pelo direito à Cidade em Recife – PE. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, 2009. 180p

CESSÃO DE DIREITOS

Nome do autor: Ananda de Melo Martins.

Título da Dissertação: Rede de Resistência Solidária: resistência e cotidiano na luta pelo direito à Cidade em Recife – PE.

Grau/Ano: Mestre/2009.

ANANDA DE MELO MARTINS

Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas.
Departamento de Geografia. ICC Ala Norte, Campus Universitário Darcy
Ribeiro, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

anandamartins@yahoo.com.br

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Ananda de Melo Martins

Ao meu querido avô, Alcides Martins,
In memoriam. Com amor e o mais profundo desejo de
que onde quer que ele esteja consiga agora
entender por que decidi trilhar por esse caminho.

À minha avó **Laíz**, minha avó **Dida** e meu avô **Paulo**
pelo Amor e apoio sempre presentes ao longo desse desafio.

A toda minha família, parte essencial para que eu sempre
busque a força necessária para seguir adiante.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas ajudaram a compor este trabalho. De uma forma ou de outra estiveram comigo ao longo de sua realização, e também nos longos momentos em que as angústias inerentes à construção de um trabalho desta natureza me impediram de realizá-lo no período *sugerido*. A todos (as) agradeço o acolhimento, a confiança e a amizade; agradeço a oportunidade de crescimento e de conhecimento não restritos ao âmbito acadêmico, mas na amplitude e generosidade com a qual a Vida se apresenta.

Agradeço desde já a prof^a. Nelba Azevedo Penna, minha orientadora, que com paciência e delicadeza soube lidar com minhas limitações e muito acrescentou a minha formação. Ainda há um longo caminho, mas as contribuições de sua orientação, sem dúvida, apontaram-me novas perspectivas de um mundo a ser “descoberto”.

Ao Prof. Álvaro H. de Souza Ferreira desde já agradeço ter aceitado o nosso convite para contribuir com o nosso trabalho.

Ao prof. Neio Campos pela amizade, os aprendizados ao longo do desenvolvimento da pesquisa de Análise e Avaliação dos Planos Diretores Participativos, e também pela paciência das inúmeras vezes em que ouviu meus desabafos, nos momentos em que me sentia perdida e sem condições de contribuir. Agradeço a confiança, o carinho e a compreensão.

Agradeço a prof^a. Ana Maria Nogales pelo apoio e incentivo sempre presentes ao longo desses meses de trabalho no NEUR – Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais. A prof^a. Ignez, pelos momentos em que nos proporcionou reflexão diante da sabedoria de suas palavras, mesmo nas conversas mais “triviais”, além das ricas contribuições em minha banca de qualificação.

Ao Fred agradeço não somente a ajuda com as tabelas, mas o companheirismo e disposição de sempre. A Leci que me socorreu tantas vezes no trabalho com o NEUR agradeço a atenção e a disposição no auxílio com os trâmites burocráticos da universidade.

Com carinho e amizade terna agradeço especialmente à Rosângela, Gilberto e Karla por tantas coisas que aprendi, que vivi, pela importância que tomaram na minha vida acadêmica e pessoal. À Rosângela agradeço pela humanidade, pelo carinho e os momentos de risos e sorrisos; ao Gilberto agradeço o carinho e a atenção muita vezes silenciosos, mas

sempre presentes; à Karla agradeço o incentivo em momentos que pensei que não conseguiria, pelos aprendizados ao longo desses anos de convivência e, principalmente, pela amizade construída.

À Lorena e à Junnia agradeço com saudade da nossa convivência na colina. Momentos que não voltam, mas que jamais serão esquecidos: nossos jantares, nossas festas, nossas tardes no corredor sonhando com a vida; esses momentos foram, sem dúvida, muito importantes. Agradeço também aos amigos (as) da colina e os momentos de alegria que pude compartilhar com cada um (a).

Agradeço à Raquel, pela atenção e carinho sempre presentes. Ao Rafael Castro pelo acolhimento e a ajuda com os mapas. À Leni pelos encontros sempre tão aconchegantes, como colo de mãe. Aos meus colegas de turma agradeço, pois sempre me trataram com muita atenção.

Aos amigos da APG/UnB – Associação de Pós-Graduandos da UnB – com os quais aprendo dia-a-dia, em especial ao James e ao Rodrigo pela força e alegria sempre presentes, e por nunca deixarem a peteca cair.

Como não poderia deixar de fazer agradeço a amizade e o acolhimento de uma família que será sempre querida: com Amor agradeço à Ilka, Nara, Gigi, Alípio, Lourenço e “Pinho” pelo carinho de sempre; com agradecimento terno à Tânia, *In memoriam*, pelo acolhimento no seio da família Fagundes.

A outras duas famílias também importantes agradeço e me desculpo pelas ausências: Nevinha, Beto, Anandah e Maíra, sempre acolhedores e carinhosos. À família Nunes: Geraldo, Eny, Gustavo, Raphael e Bruno pelos almoços sempre saborosos e as conversas sempre contagiantes com muitas histórias e alegria.

Ao Orlando agradeço imensamente pela ajuda e atenção. Embora não haja palavras que possam transmitir minha gratidão, registro nesse espaço que sem a sua ajuda com certeza tudo teria sido mais difícil; além do meu agradecimento esteja certo do meu carinho.

À minha mãe – Haydée –, meus irmãos e irmã, tias (os), primas (os) agradeço por simplesmente existirem em minha vida. Mesmo longe fisicamente sempre estiveram comigo, em meu pensamento diário, em meu coração, com muito Amor e saudade. Com muito Amor e

saudades também agradeço a torcida dos meus avôs e minhas avós: Alcides, Laíz, Dida e Paulo, pessoas amadas que fazem diferença em minha vida

Ao meu pai Alcides e à Cacah, pela presença constante, mesmo distante; pelo Amor, e pela confiança; por tudo que não poderia transcrever em palavras, escritas ou ditas. Mas que compreendem pela emoção em meu olhar.

Preciso agradecer ainda a Elaine Bomfim e a Terezinha Filha, mulheres guerreiras sem as quais muito do que contém este trabalho não seria possível. A Elaine pela prontidão de sempre em conversar, esclarecer fatos e informações sobre a Rede de Resistência Solidária e o sentido da periferia; mais ainda: pela receptividade e acolhimento. À Terezinha pela amizade sempre presente, pelo exemplo de humanidade e pelos aprendizados através da vivência, mais dela do que minha, na Ilha de Deus.

Ao Robinho agradeço também a receptividade no Alto José do Pinho, e a disposição em revelar um pouco da vida no Alto, suas riquezas, suas contradições, mas também a humanidade possível e resistente.

Agradeço a todos (as) aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para a construção dessa pesquisa, mas também pelo acolhimento e carinho: Nika, Gabi, Rodrigo, Rebeca, Nuninho, Ed, Garotinho, Jó, João, Luciana, Cleiton...

Enfim, agradeço aos grupos que compõem os movimentos cotidianos de resistência, em especial aos (as) “caranguejos (as) uçás” da Ilha de Deus, e os meninos do Alto José do Pinho: pelos momentos de inspiração e esperança; pela arte e pela luta dedico esse trabalho ao ideal de transformação que compartilhamos, ao fortalecimento de iniciativas como as da Rede de Resistência Solidária, à construção da cotidianidade transformada.

APRESENTAÇÃO

Há alguns anos descobri a Geografia. Na verdade, tenho pensado nos últimos meses que foi a Geografia que me descobriu; descobriu-me para um mundo novo cujas lentes necessárias para o seu entendimento traziam aos meus olhos possibilidades e complexidades jamais imaginadas por mim.

Se acreditasse em acaso diria que a pesquisa que iniciei sobre Movimentos Sociais Urbanos e a luta pelo direito à Cidade, ainda na graduação, seria um deles. No entanto, quando da realização do VIII Simpósio de Geografia Urbana – SIMPURB – realizado em Recife (2003), ouvi o prof. Jan Bitoun discutir o que seria o direito à Cidade e o Ser cidadão, e decidi naquele momento que seria essa minha temática de pesquisa. O prof. Jan questionava os participantes: “Quem é cidadão?” E logo em seguida afirmava “Eu somente serei um cidadão quando todos assim forem considerados, não pelo o que tem, mas pelo que são”.

Em minha, ainda curta, vida acadêmica, jamais esqueci essa fala, e mais que uma opção de pesquisa, fiz uma opção de vida: compreender, trabalhar e contribuir para que, em seu ritmo, as comunidades se redescubram e resgatem sua história, reconstruindo sua historicidade. Pensei que se os resultados de minhas pesquisas pudessem de alguma maneira ser apropriado pelos grupos comunitários, de modo a fortalecê-los de alguma forma e em alguma medida, eu estaria, por meio da Geografia, fazendo minha parte.

Em meio ao meu romantismo idealizado e a realidade urgente da sobrevivência nua e crua logo estava em meio aos manguezais do Pina¹. Na Ilha de Deus conheci a realidade da vida na periferia, envolta em dificuldades materiais, porém emersa em lutas históricas e permanentes, e a resistência em Ser *humano*. A Ação comunitária Caranguejo Uçá acolheu a mim e as possibilidades advindas da Geografia, e logo passei a ser considerada uma “carangueja”.

Ciente de que posso me unir a eles, mas que de fato nunca serei um deles, como afirma Marcos (2006), encarei o desafio de ampliar as relações próximas com esta comunidade numa troca diversa e solidária, o que não quer dizer que não tenha havido tensões e conflitos cujos embates fizeram com que em alguns momentos eu me afastasse. Percebi, então, que como

¹ Bairro do Recife no qual está situado a Ilha de Deus.

geógrafa e aspirante à cidadania para todos, deveria ampliar as relações, e através da Ilha de Deus tive acesso a outras comunidades.

Em uma tarde de domingo conheci aqueles que viriam a compor o segundo passo da minha trajetória acadêmica: a Rede de Resistência Solidária. O primeiro impacto: “é a revolução no cotidiano” pensei sem se quer imaginar o que viria a descobrir como cotidiano. O primeiro dilema: tentar um curso de mestrado fora de Recife. Como fazer pesquisa sobre ações de grupos comunitários articulados em rede em Recife e não vivenciar seus debates e embates? Por mais difícil que pudesse ser e por tudo que me custou ao longo da pesquisa, o afastamento foi necessário naquele momento.

Em Recife deixei não apenas minha família, amigos (as) e companheiros de pesquisa, deixei também, ainda que temporariamente, o convívio cotidiano com os lugares nos quais encontrei o sentido da *Rua*: na periferia, que com todos os problemas e perigos ainda acredito ser o lugar de possibilidades e de transformações. Deixei de vivenciar os tempos lentos dos pescadores urbanos e das antigas parteiras das comunidades, abri mão, em certa medida, de aprendizados práticos importantes.

Em contrapartida, tive um acolhimento jamais imaginado em Brasília. Fiz amigos e amigas que além de excelentes profissionais e companheiros (as) de trabalhos permanecerão em minha vida por todo o tempo, e também me trouxeram um mundo novo. Sob a orientação da prof^a. Nelba descobri a obra de Henri Lefebvre, que me instiga e ao mesmo tempo me emociona diante de tamanha sabedoria; com as reflexões perspicazes de Rosângela renovei o sentido da humanidade nas lutas e nas relações sociais e pessoais possíveis e pude ver que outras construções podem ser feitas por meio da academia.

Com toda a minha dificuldade em entender o que seria o método em uma pesquisa acadêmica tive a oportunidade de presenciar ricos debates sobre esta discussão com Gilberto, que com seu rigor e profundidade teórica também trouxe contribuições para este momento. Aprendi ainda com Karla a arte da convivência e a importância em ter disciplina, e que para ambos os exercícios é preciso ter acima de tudo atenção e respeito. Além dessas pessoas, muitas outras fizeram e fazem parte da minha vida em Brasília, e cada uma delas tem parte especial na minha estada na capital Federal.

A minha vinda à Brasília era necessária não somente pelo afastamento, mas pela ampliação de horizontes que tive ao longo destes quase três anos. Aos poucos, em meio aos dilemas de pesquisa fui construindo espaços nos quais poderia me apoiar. Ao longo da

disciplina “Seminários da dissertação”, com o prof. Neio Campos, passei meses preocupada em achar meu problema de pesquisa; as informações eram novas e as angústias não se dissipavam. Em momento algum achei que pudesse ser tão difícil... Ainda que com ajuda de tantas pessoas — e o prof. Neio sempre esteve presente com seus questionamentos que estimulavam o pensamento e a reflexão.

Então, assim como os movimentos populares da década de 1980 e, em certa medida, os movimentos de resistência populares dos anos 2000, foquei no imediato, na urgência dos prazos, da produtividade, e em meio a ações que não se relacionavam com os grupos comunitários que estudo, pude entender, numa outra esfera e em outra dinâmica e dimensão, como as urgências também são importantes e que a construção futura é indissociável desse imediato.

A minha relação com a Geografia e com o estudo dos movimentos de resistência populares relacionados à questão urbana, assim como com os próprios movimentos de resistência populares em Recife — em meu trabalho representados pela Rede de Resistência Solidária — torna-se cada vez mais estreita. Esta relação me enriquece e me angustia, traz a tona minhas limitações, mas me coloca rumo às superações possíveis.

Ciente de que sempre haverá limitações, foco nesse momento as energias nas superações possíveis, pois apesar de tudo posso dizer que superei alguns obstáculos; outros não puderam ser superados neste momento, mas como sempre canta meu amigo Gilberto, reproduzindo uma letra da banda *Engenheiros do Hawaii*: “Não vim até aqui pra desistir agora”.

“Ao longo de um trajeto balizado por obras marcantes, percebemos, no início, a descoberta do cotidiano e a expressão reveladora de sua riqueza escondida”.

(LEFEBVRE, 1991, p. 16)

RESUMO

MARTINS, Ananda de Melo. **Rede de Resistência Solidária: resistência e cotidiano na luta pelo direito à Cidade em Recife – PE.**

A pesquisa que ora apresentamos visa ampliar o debate acerca dos Movimentos de Resistência Populares no contexto da urbanização contemporânea, por meio e a partir do cotidiano. Com base em Henri Lefebvre na temática da luta pelo direito à Cidade, objetivamos compreender o papel da Rede de Resistência Solidária (RRS) no espaço urbano em Recife. A atuação de grupos comunitários articulados em rede nos indica mudanças nas formas-conteúdos da organização popular, o que nos levou a recompor a proposta de alguns autores em “atualizar” a organização, atuação e estratégias dos movimentos de resistências populares, fundamentadas nas experiências do espaço vivido.

Os resultados da nossa pesquisa apontam para os sujeitos da urbanização contemporânea, cuja relação com a questão urbana traz elementos que indicam não apenas os espaços em que os movimentos se organizam, mas como se organizam por meio do espaço. A centralidade da periferia surge com base na força do lugar e os grupos comunitários que fazem parte da Rede de Resistência Solidária constroem estratégias que visam a ruptura com a cotidianidade programada. Por meio dos eixos estratégicos de ação, a RRS propõe o diálogo comunitário que vão de encontro às práticas urbanas que tentam homogeneizar e fragmentar os espaços de construção das relações de solidariedade.

A partir de uma análise dialética foi possível construir um entendimento acerca da relação ente os movimentos de resistência populares e o espaço. Por meio da categoria de análise geográfica do cotidiano, articulada aos pressupostos teóricos do direito à Cidade, buscamos a possibilidade de concretização do urbano enquanto realidade transformada.

Esta mediação nos proporcionou desvelar a força do lugar na construção de uma rede de articulação comunitária que busca empreender ações emancipatórias. Nos indicou ainda a importância e necessidade do aprofundamento da crítica à vida cotidiana, tal como esta tem sido moldada pelo modo de produção capitalista: capturada pelos signos do consumo. Porém, esta captura também encontra resistências que a contesta e as enfrenta.

Palavras-chave: direito à Cidade; cotidiano; resistência; Rede de Resistência Solidária; lugar.

ABSTRACT

MARTINS, Ananda de Melo. Solidary Resistance Network: resistance and the quotidian in the struggle for the right to the City in Recife – PE.

The research that now we present aims to amplify the debate about the Popular Resistance Movements in the context of the contemporaneous urbanization, by and from the quotidian. Based in Henri Lefebvre in the thematic of the struggle for the right to the City we aim at understanding the role of the Solidary Resistance Network (RRS) in the urban space of Recife. The Acting of communitarian groups articulated in nets indicates changes in the shapes-contents of the popular organization, what has taken us to recompose the proposition of updating the organization, acting and strategies of the popular resistance movements, based on the experiences of the lived space.

The results of our research point to the subjects of the contemporaneous urbanization, whose relation with the urban matter brings elements that indicate not only the spaces in which the movements organize themselves, but how they organize through the space. The centrality of the periphery arises based on the strength of the place and the communitarian groups that are part of the Solidary Resistance Network construct strategies to break with the programmed day-to-dayness. By its strategic axis of action, the RRS propose the communitarian dialog and the difficulties imposed by the urban practices that try to homogenize and fragment the spaces of construction of the relations of solidarity happen in an intense way, but find resistances.

From a dialectic analysis it was possible to construct an understanding about the relation between the Popular Resistance Movements and the space, by the category of geographic analysis of the quotidian, articulating the theoretical presuppositions of the right to the City in the possibility of concretization of the urban as transformed reality.

This mediation provided us to reveal the strength of the place in the construction of a communitarian articulated network that seeks to undertake emancipatory actions, as well as pointed us to the necessity to deepen the critic to the quotidian life as it has been shaped by the capitalistic production way: captured by the signs of the consume. However, this capture also finds resistances that contest it.

Key-words: right to the City; quotidian; resistance; Solidary Resistance Network; place.

SUMÁRIO

Dedicatória.....	vi
Agradecimentos.....	vii
Apresentação	x
Epígrafe	xiii
Resumo	xiv
Abstract.....	xv
Sumário.....	xvi
Lista de Figuras	xviii
Lista de Quadros.....	xix
Lista de Mapas.....	xix
Lista de Tabelas.....	xx
Lista de Siglas.....	xxi
Introdução.....	01
1. Movimento Popular e Movimento de Resistência: novas perspectivas na luta pelo direito à Cidade — conquista ou concessão?.....	22
1.1 “Do caos à lama”, da lama à luta pelo Direito à Cidade	36
1.2 Movimento de Resistência: a criação do <i>lugar</i> e o <i>lugar</i> da criação.....	48
2. As estratégias da Rede de Resistência Solidária: continuidades e rupturas	57
2.1 A cidade enquanto obra: arte, cultura e comunicação de resistência	65
2.1.1 A Produção Coletiva como ação estratégica	80

2.2 Na trama das relações socioespaciais	89
3. A resistência cotidiana: Ilha de Deus e Alto José do Pinho	97
3.1 O Alto que escreve outra história: coletivos em rede	103
3.2 Ilha de Deus: resistência e permanência	111
3.3 Mutirão do Pilar: a experimentação da Rua	119
O direito à cidade, o direito à rua, a construção latente do cotidiano.....	126
Referências Bibliográficas.....	133
Apêndice – Memórias do campo: alguns apontamentos	139
Anexos	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Metodologia de organização e estrutura da Rede de Resistência Solidária.....	54
Figura 2 – Jornal de Parede produzido pela Rede de Resistência Solidária.....	72
Figura 3 – Foto – TRilha: Teatro de Rua da Ilha – Nuninho	74
Figura 4 – Foto – TRilha: Teatro de Rua da Ilha – Esmeraldo	75
Figura 5 – Print Screen de vídeo do Coletivo Gambiarra Imagens	76
Figura 6 – Print Screen de vídeo do Coletivo Gambiarra Imagens	76
Figura 7 – Foto – Produto feito em produção coletiva.....	84
Figura 8 – Foto – Marca registrada na parte interna do produto	84
Figura 9 – Foto – Oficina de serigrafia.....	85
Figura 10 – Foto – Graffiti na comunidade Campo do Banco – Várzea.....	93
Figura 11 – Foto – Mosaico de graffitis	94
Figura 12 – Foto – Encontro para organização do acervo da biblioteca da Ação Comunitária Caranguejo Uçá	113
Figura 13 – Foto – Rádio Boca da Ilha – sede da Ação Comunitária Caranguejo Uçá	116
Figura 14 – Foto – Vista da sede da Prefeitura do Recife a partir da comunidade do Pilar.....	120
Figura 15 – Foto – Cortejo de percussão – Mutirão de Graffiti do Pilar.....	121
Figura 16 – Foto – Cortejo de percussão – Mutirão de Graffiti do Pilar.....	121
Figura 17 – Foto – Rádio Comunitária do Pilar	123
Figura 18 – Foto – DJ Charles – Mutirão de Graffiti do Pilar.....	123
Figura 19 – Foto –Graffitis – Mutirão de Graffiti do Pilar.....	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistas Exploratórias – Etapa I do trabalho de campo (jan./fev. 2008)	14
Quadro 2 – Entrevistas Semidirigidas – Etapa II do trabalho de campo (jan./março 2009)	15
Quadro 3 – Entrevistas Complementares – Etapa III (pós-campo) Agosto de 2009.....	18
Quadro 4 – Síntese dos Procedimentos Metodológicos para realização da pesquisa.....	19

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Recife no Brasil, em Pernambuco e na Região Metropolitana de Recife.....	37
Mapa 2 – Localização do Alto José do Pinho em Recife	99
Mapa 3 – ZEIS em Recife – Localização da Ilha de Deus	100
Mapa 4 – Limite da ZEIS Ilha de Deus e da ZEPA Parque dos Manguezais	101
Mapa 5 – Limites da ZEIS Ilha de Deus	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Renda média dos responsáveis por domicílio por quantidade de salário mínimo, por Região Político Administrativa – Recife – PE.....	82
Tabela 2 – Destinação de resíduos sólidos (lixo) por domicílio em Recife por RPA - 2000.....	83
Tabela 3 – População e estrutura etária do Alto José do Pinho – Recife – PE.....	98
Tabela 4 – Nível Educacional da População jovem da UDH alto José do Pinho – Recife	104
Tabela 5 – Nível Educacional da população adulta (25 anos ou mais) da UDH alto José do Pinho – Recife	104
Tabela 6 – Renda, pobreza e desigualdade na UDH do Alto José do Pinho – Recife.....	104
Tabela 7 – Taxa de analfabetismo por faixa etária na ZEIS Ilha de Deus – Recife	111
Tabela 8 – Nível educacional do responsável pelo domicílio na ZEIS Ilha de Deus – Recife	112
Tabela 9 – Renda do responsável pelo domicílio na Ilha de Deus – Recife.....	112

LISTA DE SIGLAS

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CREMEPE – Conselho Regional de Medicina de Pernambuco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MSU – Movimentos Sociais Urbanos

MP – Movimento (s) Popular (es)

NDMS – Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais

ONG – Organização Não-Governamental

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

PREZEIS – Plano de Regularização das ZEIS

RRS – Rede de Resistência Solidária

RMR – Região Metropolitana do Recife

RPA – Região Político-Administrativa

SIMEPE – Sindicato dos Médicos de Pernambuco

UDH – Unidade de Desenvolvimento Humano

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

ZEPA – Zona Especial de Proteção Ambiental

INTRODUÇÃO



Vista aérea de Recife. Foto: Cristina Aroucha

Ao buscar apreender o mundo e sua complexidade nos deparamos com realidades controversas que, a partir de uma análise pautada pela lógica dialética, podemos compreender para além das diferenças, mas como contradições. Contradições que envolvem a produção de riqueza e de miséria, a articulação global e a fragmentação dos espaços e, por conseguinte das relações sociais, cuja representação é posta de forma velada e muitas vezes naturalizada, de modo a conformar a lógica e a ideologia do capital e sua essência contraditória.

A produção e reprodução do espaço urbano contemporâneo realizam-se materializando estas contradições com base na crescente submissão do valor de uso pelo valor de troca². Este processo aponta para desigualdades socioespaciais no aprofundamento da cidade enquanto produto e condição de maximização dos preceitos da dinâmica econômica capitalista, direcionada para o consumo indiscriminado como fim último.

Dessa forma, os resultados (e o processo) desse movimento econômico na cidade nos remete ao esforço de investigação científica acerca do espaço urbano direcionando a um processo de reflexão no qual o movimento de apreensão da realidade em sua totalidade evidencia estas e outras contradições³. Isto nos conduz a refletir acerca da vida cotidiana na cidade para além dos limites da mera descrição das transformações da/na paisagem das cidades.

A partir de reflexões desenvolvidas nesse contexto, Henri Lefebvre elabora na década de 1960 o conceito do *direito à Cidade*⁴, no qual a cidade pensada enquanto possibilidade de ruptura com a racionalidade do capital constitui uma utopia no que tange

o direito à vida urbana, transformada, renovada [sendo o *urbano* o] lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens [para que] encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. (LEFEBVRE, 2001, p.117)

² “O valor de troca das mercadorias se exprime em seus preços, é uma dimensão quantitativa (SINGER, 1987, p. 29)

³ Entre estas o próprio processo de globalização que propõe interação e ao mesmo tempo torna os espaços cada vez mais fragmentados como desenvolve Santos (2001), Castells (1999), entre outros.

⁴ *O Direito à Cidade* tem seu original – “*Le droit à la ville*” – 1ª edição publicada em 1968 em Paris, pela Anthropos.

Diante da amplitude desta teoria, o direito à Cidade é tido como utopia, ou como o próprio Lefebvre (2008, p.34) cita, “*utopiano*”. Contudo, este direito se desenvolve na luta contra uma realidade urbana organizada de forma discriminatória, segregadora, e coloca em xeque os centros de poder, riqueza e decisões que ao serem estabelecidos lançam “para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos” (LEFEBVRE, 2008, p. 32). Para aqueles lançados aos espaços periféricos da cidade e da sociedade, a luta para constituir a prática do direito à Cidade⁵ se dá a partir de ações estratégicas, historicamente organizadas no Brasil pelos Movimentos Sociais⁶ (MS).

Os Movimentos Sociais trazem à tona conflitos e tensões sociais entre a utopia da cidade do uso e a realidade da cidade contemporânea, fragmentada. Estes conflitos e tensões podem ser apontados a partir da problematização crítica do real enquanto totalidade social, no sentido de colocar em evidência as contradições na produção da totalidade social e na reprodução desta no espaço por meio dos processos socioespaciais que se coadunam na cidade — constrangidos no bojo da dinâmica econômica e constituindo lugares na cidade mais receptivos a racionalidade hegemônica do capital, o que resulta no aprofundamento do processo de acumulação em detrimento da realização do humano⁷ na cidade.

Esta problematização é delineada a partir da mercantilização incessante dos espaços de reprodução da vida, ou melhor, da própria vida, como representação da tentativa de se colocar em risco as possibilidades do desenvolvimento de ações criativas que concretize o direito à Cidade. Ou seja, o processo de produção e reprodução do espaço é direcionado pelo capitalismo “como modo de produção, como totalidade nunca sistematizada, nunca acabada;

⁵ Na obra “O direito à cidade” (2001), Henri Lefebvre inicia a grafia da palavra cidade ora com letra maiúscula, ora com letra minúscula. Em debates fomentados ao longo da disciplina Análise Espacial da Urbanização ministrada pela profa. Dra. Nelba A. Penna, e em discussões com a profa. Msc. Rosângela V. V. Neri, também do departamento de Geografia da UnB, pensamos que diante do contexto em que a palavra cidade era empregada o uso do “C” maiúsculo indicaria a cidade enquanto obra que assim seria escrita diante da possibilidade da sua plenitude humanizadora. Dessa forma, adotamos esta interpretação no nosso trabalho de modo a enfatizar a Cidade que queremos construir a partir e por meio do vivido.

⁶ Os movimentos sociais não são a única forma de organização social. Existem ainda os sindicatos, os partidos políticos. O próprio Estado é uma forma de organização social.

⁷ No prefácio à tradução brasileira de *Espaço e Política*, de Henri Lefebvre, o geógrafo Sérgio Martins explora a dialética do pensamento de Lefebvre e o entendimento deste autor da cidade enquanto obra. Nesse sentido, escreve Martins: “[...] é sempre oportuno salientar que, para Lefebvre, a cidade é também e sobretudo uma obra, e a análise das relações entre o homem e as obras nas e pelas quais realiza sua natureza (trata-se, portanto, do homem considerado concretamente, isto é, a partir da práxis, social e historicamente determinada) revela que essas obras tendem a lhe escapar, a se voltarem contra ele, tornando-se ameaçadoras, implicando assim num empobrecimento da realização do humano”. Prefácio à edição brasileira de *Espaço e Política*. Henri Lefebvre, 2008, p. 12.

nunca per-feita, mas que, contudo, se vai consumando, se vai realizando” (LEFEBVRE, 1973, p. 05).

E ao se realizar, o capitalismo se reproduz produzindo novos espaços nos quais a fragmentação e a segregação socioespacial é intensificada, fazendo com que o direito à Cidade enquanto obra ceda lugar ao direito à cidade real, na qual a “urgência” está centrada nas condições de **sobrevivência** e cuja articulação, a mediação, entre a utopia e a realidade, entre a teoria e a prática, torna-se cada vez mais necessária no sentido de alcançar a materialização de resultados para uma luta mais justa em cidades mais humanizadas.

Os Movimentos Sociais Urbanos (MSU), de alguma forma, desvelam a possibilidade de ruptura com os preceitos econômicos capitalistas impostos à sociedade. Desse modo abrem perspectivas de ampliação das mobilizações históricas em torno de lutas que resultem no direcionamento à materialização do direito à Cidade, não apenas como uma utopia, mas como uma condição concreta de apropriação do espaço urbano e das condições dignas de vida nas cidades.

Temos ciência, no entanto, que a mobilização dos MSU não está necessariamente sendo pensada a partir dos debates processados em âmbito acadêmico, e que para estes grupos a concepção acadêmica não está diretamente intrínseca à conscientização política e a ação coletiva que desenvolvem.⁸ Ainda assim é crescente a análise dos MSU em sua organização nacional, ou mesmo de suas representações em âmbito estadual ou municipal, na literatura acadêmica ao longo dos anos, em especial na Geografia.

Pesquisas como as de Rodrigues (1991, 2007), por exemplo, demonstram que a principal pauta tem sido construída pelos movimentos nacionais em torno da moradia. Esta bandeira de luta é levantada por entidades de representação nacional como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia — MNLM —, a Central de Movimento Popular — CMP —, a União Nacional por Moradia Popular — UNMP —, e a Confederação Nacional das Associações de Moradores — CONAM —, direcionando a luta por condições dignas de vida

⁸ O entendimento destes grupos acerca do direito à cidade, nesse sentido, não necessariamente é o que estamos entendendo como tal. Embora Lefebvre nos traga considerações importantes para reflexão, a relação entre a sua teoria e a vivência construída a partir das lutas dos MS contemporâneos no cotidiano não se encontram explícita e conscientemente dadas até este momento.

na perspectiva de construção de uma cidade transformada.⁹ Somado a isto, o Movimento pela Reforma Urbana¹⁰ discute em seus fóruns nacional e estaduais conteúdos essenciais no que se refere à questão urbana, entre eles a intensificação da precarização da vida e do trabalho no contexto da urbanização contemporânea.

Diante disto nos questionamos acerca do que seria de fato essa *precarização da vida*? Por que da sua produção diante da geração de tanta riqueza? Damiani (1993, p.06), ao reavaliar os resultados de sua dissertação de mestrado¹¹, afirma que na favela “as formas de apropriação dos serviços urbanos que a caracterizam, revelavam **a perda da cidade por parte desses núcleos e de seus moradores**” [grifo nosso]. Para esta autora

A perda de cidade reaparece como tema, mas não necessariamente atrelada à pobreza material, à pobreza absoluta, na figura da ausência de serviços e equipamentos urbanos. Aparece, em última instância, como perda de fluidez da vida urbana, como perda da vida urbana propriamente, e de suas possibilidades. (DAMIANI, 1993, p. 14

Assim, “essa perda da cidade não só resultava como se tornava condição de reprodução das relações sociais de produção” (DAMIANI, 1993, p. 06), o que nos remete ao processo de industrialização e urbanização¹² do século XX ligada “antes de mais nada, à *não-cidade*, ausência ou ruptura da realidade urbana” (LEFEBVRE, 1999, p. 25), à sua negação enquanto obra. Contrapondo-se a esta orientação global, a luta pelo *direito à Cidade* nos proporciona enxergar o espaço da cidade enquanto possibilidade de ruptura com esta racionalidade do capital que nega a cidade em sua dimensão humanizadora. Ainda que como uma utopia, esta é uma bandeira importante para ser incorporada à organização das lutas dos

⁹ A discussão acerca da moradia envolve ainda a reivindicação de infra-estrutura básica, como acesso a água, coleta de esgoto, entre outros, sendo a moradia algo além do habitat. Sobre o *habitat* e *habitar* ver Henri Lefebvre, *A Revolução Urbana*, capítulo IV, 1999.

¹⁰ O movimento que discute a Reforma Urbana no Brasil antecede o Golpe Militar de 1964, o que demonstra que este não é um debate novo, e que a luta pelo direito à Cidade também não é algo que acontece apenas neste momento histórico.

¹¹ Em sua dissertação, Damiani (1993) abordou os moradores de favela e os trabalhadores do centro produtivo-econômico de Cubatão – SP.

¹² Com base em Lefebvre, a profa. Nelba Azevedo Penna faz uma ponderação importante em palestra proferida na Semana de Geografia da Universidade de Brasília, realizada entre 15 e 19 de junho de 2009. Em meio a discussão que envolve o processo de transformação da cidade Penna ressalta que “a industrialização é importante para entendermos a urbanização, mas não é suficiente, sendo importante entender o movimento causado pela financeirização do capital concentrado nas grandes metrópoles no último quarto do século XX”.

MS na contemporaneidade, tendo em vista que as reivindicações materiais e imateriais desses movimentos perpassam a questão urbana e o processo de reestruturação da cidade em fins do século XX.

Em meio a essa discussão reconhecemos a importância dos MS institucionalizados e atuantes nas mais diversas escalas — nacional, estadual e/ou municipal — para o enfrentamento necessário à superação da racionalidade econômica como discurso único. Temos ciência ainda da relevância em desenvolver pesquisas e análises sobre a ação dos movimentos nacionalmente organizados e os desdobramentos de suas ações para as conquistas sociais, bem como seus desafios. No entanto, cabe neste momento justificarmos a nossa opção de pesquisa e pontuarmos algumas diferenças quanto aos estudos realizados sobre os MS de luta pela moradia, principalmente, até então referenciados.

No contexto da luta pelo direito à Cidade no espaço urbano em Recife focaremos nossa análise no movimento de organização e articulação entre grupos comunitários que formam a *Rede de Resistência Solidária* (RRS). Esses grupos comunitários são compostos por jovens que objetivam resgatar o sentido comunitário, o sentido da Cidade, de modo a fortalecer e legitimar suas ações e reivindicações não somente frente ao Estado, mas frente à própria comunidade. Cientes de que para consolidar esse fortalecimento é necessário que estejam articulados, estes grupos se organizam em rede apresentando duas distinções claras quanto às outras formas de organização: 1) o princípio de não institucionalizar o grupo; 2) uma proposta de metodologia de retorno às bases comunitárias, que embora já iniciada com os movimentos de bairro na década de 1980, foi amortecido diante da luta nas macro-estruturas.

A organização em rede no espaço urbano em Recife da **Rede de Resistência Solidária** (RRS) — uma rede socioespacial¹³ que agrega mais de 60 *coletivos urbanos*¹⁴ — caracteriza um movimento cujas *estratégias* se fundamentam em relações de solidariedade e proximidade

¹³ Sobre as redes socioespaciais teceremos considerações no capítulo 2. Contudo, podemos partir a princípio do seu entendimento como relação/prática social, no sentido de mobilizar recursos e atuar de forma a criar resistências, protesto e mudanças sociais, indispensáveis, assim, para a compreensão do espaço geográfico atual (CASTILHO, 2002).

¹⁴ Não há, ainda, estudos que trabalhem qualquer conceito referente a esta denominação. No entanto, por não se considerarem uma organização social, instituída e institucionalizada, os grupos que compõem a Rede de Resistência Solidária assim se autodenominam baseados na construção de uma coletividade na/da cidade.

na esfera da vida cotidiana. Entre eles encontram-se coletivos compostos por graffiteiros¹⁵ (as), rappers, MCs, universitários (as), profissionais de áreas diversas, entre outros; em sua maioria moradores de diversas comunidades periféricas de Recife. A organização das *estratégias* da RRS se dá sob três *eixos estratégicos de ação* centrados na arte, na cultura e na comunicação, cujas *ações* têm como proposta central mobilizar a comunidade para que a mesma se reconheça no processo de mudança buscando a partir do *lugar* a construção da identidade: “A comunidade pensando a própria comunidade”¹⁶.

Desse modo, a RRS se organiza *a priori* a partir de *estratégias* que são direcionadas pelos *eixos estratégicos de ação*, a saber: arte, cultura e comunicação. No sentido de operacionalizar atividades nesses eixos estratégicos de ação são pensadas *ações estratégicas* diversas que compõem a trama que tece a organização da RRS em suas diversas dimensões socioespaciais. Essa estrutura refere-se à níveis escalares que se diferenciam e se relacionam no tempo e no espaço.

Nesse contexto, e de modo a subsidiar nossa *leitura do espaço*, incorporamos outro conceito trabalhado por Lefebvre (1991, 2001) por considerá-lo central para a discussão e o entendimento destes grupos e sua dinâmica: o conceito de cotidiano. Posto como a mediação entre a repetição e a criação, a alienação e a desalienação, unidades aparentemente opostas que são reveladas a partir de um movimento dialético de apreensão da realidade (LEFEBVRE *apud* RAMOS, 2004¹⁷), o cotidiano pode ser expresso com sua miséria e sua riqueza a partir de acontecimentos aparentemente triviais, banais, mas que nos possibilitam desvendar a cotidianidade, por “apresentar o tempo e o espaço ou o espaço no tempo” (LEFEBVRE, 1991, p.13).

As possibilidades de apropriação do cotidiano cujo potencial criador pode incitar a formação e permanências de resistências resultariam da vivência, da experiência vivida promotora de uma consciência ainda que mínima do Ser. Segundo Lefebvre

¹⁵ “A palavra é de origem italiana, e significa “escritas feitas de carvão”. A palavra graffiti também tem seu significado no grego, origina-se da palavra ‘graphéin’, que significa escrever”. Disponível em <<http://narima.br.tripod.com/graffiti.htm>>. Mantemos a grafia da palavra tal como é utilizada pelos grupos de graffiteiros.

¹⁶ Fala de Serjão, cooperante da RRS, retirada do vídeo sobre a Rede de Resistência Solidária disponibilizado na internet. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=WvFX-mmva3g>>. Acessado em agosto de 2008.

¹⁷ Extraído do original *De lo Rural a lo Urbano* – Henri Lefebvre, 3ª edição, Barcelona, Ediciones Península, 1975. 268 p.

Os conceitos, outrora situados nos espaços *abstratos*, porque *mentais*, se situam agora nos espaços *sociais* e relacionados às *estratégias* que se desenvolvem e se confrontam planetariamente. O mental não pode se separar do social, e só o foi nas representações (ideológicas). [...] Hoje, o mental e o social se reencontram na prática: no espaço concebido e vivido. (LEFEBVRE, 2008, p. 35)

O fortalecimento das experiências vividas pode representar, assim, a possibilidade da contraposição à imposição vertical de práticas socioespaciais segregadoras, normatizadas inclusive, e principalmente, pelo Estado. O espaço vivido, enquanto dimensão espacial da vivência e de representação do sujeito em sua dimensão social é o *lugar* no qual a prática assume um significado qualitativo e a apropriação do espaço pelos sujeitos pode se efetivar através do próprio corpo. Como representação do espaço de reprodução da vida incorpora ao cotidiano uma relação de uso desse espaço, no qual o sentido humano resiste e indica possibilidades de consciência da vida, já que a totalização do processo de reprodução capitalista não se completa e este sistema é incapaz de eliminar as possibilidades de sua própria superação.

Nesse sentido, a cotidianidade (re)construída por meio da apropriação, do uso enquanto guardião da dimensão da vida (CARLOS, 2001b), é elemento-chave para a formação e organização de movimentos com caráter transformador e emancipatório. Ainda que haja a fragmentação dos espaços por meio das ações econômicas, há também as resistências do lugar estabelecidas a partir das relações de ordem próxima no sentido de superar a fragmentação-articulação do espaço urbano pelos interesses capitalistas (CARLOS, 2005).¹⁸

O nosso entendimento de espaço, portanto, revela-o como um espaço dinâmico (SANTOS, 2004) em constante movimento, e a relação entre este e o processo de formação e organização dos MSU nos aponta para o *movimento do espaço*. Ou seja, aponta para o espaço que não é inerte, nem neutro (SANTOS, 2001), e não é ingênuo aos processos sociais que nele e por meio dele se desenvolvem.

¹⁸No artigo que trata da *metageografia*, publicado pela revista Cidades, Carlos (2005) trabalha a fragmentação dos espaços e, conseqüentemente, das relações sociais que neles se desenvolvem para atender aos interesses capitalistas, articulando-os no âmbito da economia espacial.

Com isto, colocamos em pauta uma inquietação inicial, uma preocupação latente: incorporar a esta discussão da construção social o espaço geográfico como elemento importante na formação e organização dessas “novas” resistências da/na cidade. Expomos, dessa maneira, o compromisso com a análise espacial destes movimentos (grupos organizados), o que nos impeliu a estabelecer as delimitações tanto no que tange aos grupos pesquisados, quanto no que se refere à escala para realização de nossas análises, de modo a nos orientar na discussão acerca da questão urbana e a luta pelo direito à Cidade neste início do século XXI.

Estas delimitações nos conduzem às lacunas apontadas por Gohn (2008) na produção acadêmica acerca dos MS. Segundo esta autora algumas destas lacunas são

- 1) O próprio conceito de movimento social.
- 2) O que os qualifica como novos.
- 3) O que os distingue de outras ações coletivas ou de algumas organizações sociais como as ONGs.
- 4) O que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa num movimento social se institucionaliza.
- 5) Qual o papel dos movimentos sociais neste novo século. (GOHN, 2008, p. 14)

Esses apontamentos nos interessam e, em certa medida, nos auxiliam na busca de um entendimento por meio da análise do cotidiano, tendo em vista que a construção do sentido da “Rua” (LEFEBVRE, 1999) enquanto espaço de encontro dos movimentos populares volta nossa atenção às ações desses movimentos no chamado da comunidade para sua própria realidade. Pensamos que nesse contexto a “Rua” pode lhes oferecer uma perspectiva positiva: o encontro, a presença, a arte, a possibilidade da construção de uma obra coletiva, ainda que apropriada de forma diferenciada por grupos diferentes, em espaços-tempos também diferenciados.

Ao avaliarmos as considerações tecidas por Gohn, que em parte também são nossas, e ao analisar a Rede de Resistência Solidária por meio do cotidiano como categoria de análise geográfica, observamos que a questão urbana, já trabalhada por Castells (1983), Harvey (1980), Rodrigues (1991), Carlos (1992) Bitoun (1991), dentre outros, reaparece como um ponto de reflexão importante na luta pelo direito à Cidade e da organização desses movimentos.

Diante disso, cabe-nos analisar os elementos que indicam “novas” resistências no contexto pós-década de 1980, questionando de que forma estas resistências se organizam no/pelo espaço; o que o cotidiano nos revelará no que tange às estratégias da RRS, assim como qual cotidiano nos será revelado a partir dessa análise; e em que medida os grupos cooperantes da RRS conseguem ultrapassar as práticas urbanas hegemônicas que os limitam na luta pelo direito à Cidade.

É importante que consideremos ainda o fato de que a própria RRS não se encontra isolada no complexo espaço da cidade metropolitana e se relaciona com os demais agentes sociais que atuam ora no sentido de reforçar as possibilidades advindas da ampliação da articulação comunitária/periférica, ora no sentido de fragmentar o espaço e suas relações de modo a impor limitações.

Nesse sentido, o Estado é um dos principais agentes sociais e seu poder de apoio ou limitação em relação às iniciativas dos grupos comunitários organizados da periferia ainda assume peso significativo no processo de construção coletiva. Porém, não definitivo, pois ainda que haja tentativas dos agentes hegemônicos — atrelados aos órgãos estatais ou não — em fragmentar este espaço e criar um sentimento de estranhamento entre os indivíduos e coletivos por meio do individualismo, há, como veremos, resistências permanentes. Essas resistências são caracterizadas, em nosso entendimento, a partir das ações “que contem estratégias e táticas inseridas dentro de um projeto político e social” (RIBEIRO, 2007b, p. 01).

A construção histórica dos movimentos populares de resistência em Recife indica, por meio da espacialização de suas ações, as possibilidades da construção de uma coletividade que priorize territórios de reprodução da vida, em detrimento da ação global que articula os espaços de interesse para reprodução do capital e fragmenta os espaços de (re) produção social.

Ao tomarmos o espaço da cidade para além do espaço de produção de capital, o assumimos como espaço de lutas (CARLOS, 2003). Assim apontamos como pressuposto central desta pesquisa o fato de que o sentido e a força do *lugar* nas interações e construções sociais garantem a resistência e as possibilidades de restituição do que entendemos por *urbano*. Segundo Carlos (1994, p. 84), o urbano representa “mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, **pensar, sentir**; enfim, é um modo de vida” [negrito nosso],

no qual o sentido humano se realiza num espaço também humanizado e consciente, ou passível de conscientização, de sua condição.

A relação com o lugar, em sua dimensão vivida, fortalece as possibilidades de mobilização e organização na luta pela construção da cidade enquanto direito. O cotidiano apropriado pelos sujeitos sociais conscientes, ainda que em certa medida, de sua condição socioespacial pode redefinir a luta e as perspectivas referentes à Cidade, embora reconheçamos que esta conscientização ocorra em tempos diferenciados. Como objeto, ou melhor, como sujeitos de nosso estudo, os Movimentos de Resistências nos aponta para a importância de resgatar a dimensão geográfica do cotidiano. Isso porque, articulado às demais escalas da cidade, o cotidiano nos permite compreender os fatores que subsidiam e dão novos conteúdos à luta pelo Direito à Cidade.

Desta forma, o objetivo central desta pesquisa é analisar o papel da Rede de Resistência Solidária na luta pelo direito à Cidade e sua relação com o cotidiano. Os objetivos específicos são:

- a) Identificar e discutir os elementos que apontam o que foram os Movimentos Populares na década de 1980 e o que representam os “movimentos de resistência”, como a Rede de Resistência Solidária, na contemporaneidade;
- b) Analisar as estratégias que direcionam as ações da RRS frente às ações dos agentes externos com os quais se relacionam, de modo a identificar as continuidades e discontinuidades no processo de discussão e a incorporação dessas estratégias na construção do cotidiano nas comunidades que compõem a RRS em Recife.

A escolha da Rede de Resistência Solidária, no entanto, como recorte do tema que ora apresentamos para o desenvolvimento desta pesquisa nos remete ainda à necessidade de delimitarmos um recorte espacial. Com isso buscamos construir melhores condições para interpretar e analisar a realidade de modo a aproximar nosso entendimento dos fatos num processo de decupagem e posterior restituição da realidade para construção da síntese.

Para tanto observamos, inicialmente, as relações sociais que configuram socioespacialmente a cidade de Recife. Elas apresentam, ao longo de sua história, especificidades que nos leva a reafirmar nosso interesse no que tange as mobilizações sociais e as lutas pelos espaços nesta cidade. As conquistas originadas pela organização popular em

Recife revelam a tradição de mobilização que permanecem ainda que diante das tentativas de desarticulá-las.

A análise de ambientes fisicamente distintos, mas socialmente parte do mesmo processo,¹⁹ foi feita a partir dos recortes espaciais delimitados nesta pesquisa: o Alto José do Pinho, uma Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH²⁰) em área de morro da Zona Norte de Recife; e a Ilha de Deus, uma ZEIS em área de alagado na Zona Sul da cidade. Esta opção se deu a partir do processo de formação socioespacial e o histórico de lutas destas comunidades.²¹ Ademais, tanto o Alto José do Pinho quanto a Ilha de Deus têm grupos comunitários que participam da Rede de Resistência Solidária. A escolha, portanto, foi feita com intuito de que, através delas, pudéssemos apreender melhor a realidade e nos aproximar das relações sociais que desenvolvidas por meio da rede se materializam na vida cotidiana.

Consideramos ainda que a proposta em estudar a Rede de Resistência Solidária em Recife nos impõe, ao mesmo tempo, alguns obstáculos e muitos desafios: os obstáculos certamente se constituíram diante da dificuldade em apreender movimentos cujas especificidades não constam de forma ampla na literatura acadêmica. Fazer a leitura das lutas sociais de resistência no espaço urbano da cidade por meio do cotidiano, bem como identificar os progressos existentes destes movimentos na contemporaneidade não nos parece uma tarefa fácil, e de fato não é.

Contudo, o desafio em buscar caminhos que nos possibilitem superar as limitações que ora reconhecemos e o interesse em compreender a teia de relações que envolvem a temática escolhida tornaram-se preponderantes. Para tanto, o método de investigação²² dialético orientou desde o início a construção teórico-metodológica desta pesquisa, servindo de base para nossas reflexões. Esta opção metodológica nos auxiliou no processo de decomposição da

¹⁹ Apesar das distinções referentes ao ambiente físico no qual se encontram os recortes aqui propostos há semelhança das condições de vida, ou da falta destas, bem como a relação conflituosa com o Estado por conta da divergência dos interesses e necessidades de cada um destes segmentos.

²⁰ As unidades de Desenvolvimento Humano são unidades espaciais adotadas no Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (PCR, 2005). “Resultam de uma divisão do território municipal especialmente concebida para retratar mais fielmente possível as desigualdades sócio-espaciais existentes no Recife levando em conta a confiabilidade estatística dos dados, a disponibilidade de informações sobre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e outras Áreas Pobres (APs) por meio de trabalho já realizado de caracterização social do território municipal”.

²¹ A formação socioespacial destas comunidades será melhor explorada ao longo de nossa pesquisa.

²² Divisão entre método de investigação e procedimentos metodológicos trabalhada por Oliveira Jr (2008) que se baseia em Moraes; Costa (1993). Vide Oliveira Jr (2008) capítulo 2 – Parte I.

realidade social e sua (re)construção enquanto totalidade social, para além da aparência imediata dessas formas de resistência.

A importância da constituição dessa base é posta por Oliveira Jr. (2008, p. 43), ao se referir à necessidade de reconstruir a realidade social “como um verdadeiro concreto, (con)substanciado pelos conflitos, mediações, contradições e interesses que se encontram na sua essência, embora ocultos no fenômeno pelas suas condições históricas”. As contradições contidas no processo de produção e reprodução do espaço urbano nos moldes da reprodução capitalista desvelam esta essência oculta pelas condições históricas e nos apontam os movimentos que se opõem a estes moldes de (re)produção social, mas também o próprio movimento do pensamento em consonância com a realidade. Desse modo, Lefebvre enfatiza que

Se o real está em movimento, então que o nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição. (LEFEBVRE, 1983, p. 174)

A perspectiva explicitada por este autor no caminho para a construção da *práxis*, assim como em Kósik (1976) (*apud* OLIVEIRA JR., 2008), torna explícita a importância em capturar a essência dos processos de modo a revelar o verdadeiro conteúdo das contradições existentes. Segundo Lefebvre (1983, p. 178) “o pensamento ‘é’, e só pode ser, transição, movimento, passagem de um grau a outro, de uma determinação a outra; ele é e só pode ser, *relação* com o real e suas próprias etapas percorridas: pensamento da relação e relações descobertas e, depois, pensadas.” Nesse sentido, as relações que envolvem o movimento do pensamento diante da realidade objetiva caracterizam a “totalidade dos seus momentos: analisados, determinados cada um em seu posto e recolocados no conjunto” (*Ibidem*).

Para pensar o movimento da realidade que envolve as ações desenvolvidas pela Rede de Resistência Solidária em Recife — com *ações estratégicas* voltadas às produções coletivas de roupas, a construção de mídias alternativas, os mutirões de graffiti — e a discussão posta no que se refere ao movimento do próprio pensamento visualizamos caminhos que nos apontam para um horizonte de ação política e social que vai além das reivindicações materiais relacionados à infra-estrutura.

De modo a operacionalizar essa leitura e construir um entendimento inicial do que foram e/ou são os Movimentos Populares da década de 1980 e o que é a Rede de Resistência Solidária nos anos 2000, utilizamos alguns dados secundários para analisar as condições da vida cotidiana, cuja principal fonte foi o Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (PCR, 2005).²³ O Atlas nos possibilitou obter dados específicos das ZEIS e das UDHs de Recife. Como fonte de dados secundários, utilizamos ainda diretamente o Censo Demográfico do IBGE 2000.

No processo de realização do trabalho de campo, em um **primeiro momento (Etapa I do campo)** — janeiro de 2008 — fizemos um campo exploratório no qual foram realizadas algumas entrevistas também de forma exploratória; conversas informais com professores que trabalham com a mesma temática e/ou próximas a ela, e com pessoas de alguns grupos comunitários que compõem a RRS (Vide quadro 1). Este contato inicial foi importante e bastante elucidativo para que pudéssemos identificar elementos que nos apontassem caminhos para a construção acerca da relação entre a temática escolhida, os movimentos populares e de resistência e o cotidiano ligado às relações sociais advindas do espaço vivido.

Quadro 1 – Entrevistas Exploratórias – Etapa I do trabalho de campo (jan./fev. 2008)		
Entrevistado (a)	Instituição/coletivos	Apontamentos
Prof. Dr. Claudio Castilho	Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco	• Orientações importantes acerca da organização da RRS na periferia em Recife.
Galo de Souza	Integrante do Coletivo Êxito D’Rua – Mangabeira	• Indicativos sobre as ações desenvolvidas pela RRS, os objetivos desta iniciativa e o ideal de coletividade.
Terezinha Filha	Integrante da Ação Comunitária Caranguejo Uçá – Ilha de Deus	• Indicativos de como as ações em rede podem repercutir na dinâmica dos grupos organizados ou em processo de organização das comunidades em Recife

²³ Entre os fatores anteriormente mencionados quanto à escolha do recorte espacial para realização dessa pesquisa, a existência desta fonte de dados é também um fator preponderante, tendo em vista que estamos tratando de escalas mais específicas como é o caso das ZEIS e das UDH’s.

Nessa etapa percebemos a importância do cotidiano²⁴ para além da escala local no processo de articulação da RRS e na construção das relações sociais entre os sujeitos sociais. Com isto, reforçamos a necessidade em discutir de que cotidiano se trata e quais as diversas ações e atuações que o movimentam, seja para o ato de repetição, seja para criação. Nesse contexto, a relação explícita entre os âmbitos institucionais e não-institucionais se mostrou ora de forma incisiva, ora de maneira bastante tênue.

Com intuito de ir além da descrição possível pelos dados e apreender melhor estas relações realizamos, em um **segundo momento (Etapa II do campo)**, entrevistas semidirigidas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998) ou, segundo Gil (1994, p. 117), entrevistas por pautas²⁵. Foram diretamente entrevistados a secretária de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Recife e representantes dos grupos comunitários da ilha de Deus e do Alto José do Pinho, escolhidas como recortes espaciais (Vide quadro 2).

Quadro 2 – Entrevistas semidirigidas – Etapa II do trabalho de campo (Jan. à março 2009)		
Entrevistado (a)	Instituição/coletivos	Resultado esperado
Amparo Araújo	Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura do Recife	<ul style="list-style-type: none">• Apreender o entendimento que se tem, enquanto gestora, das iniciativas periféricas não-institucionalizadas. Compreender o direcionamento e os apoios dados enquanto secretária da Prefeitura de Recife à população da periferia.
Nuninho	Representante da Ação Comunitária Caranguejo Uçá.	<ul style="list-style-type: none">• Apreender quais indicativos podem nos apontar para a relação entre o lugar, o cotidiano e a resistência. Como se dá a relação em rede por meio da RRS, e quais as perspectivas acerca do direito à Cidade.

²⁴ Ainda que o uso do cotidiano tenha sido feito de forma indiscriminada e sem nenhuma relação significativa no que se refere às ações dos movimentos populares. Salvo os estudos de Boschi (1987), Demo (1987), entre outros já citados anteriormente, esta categoria é utilizada enquanto escala não levando em consideração a perspectiva de Lefebvre (1991, 2001) de modo a “pensar o movimento” e as relações que esta categoria de análise suscita.

²⁵ Para estas entrevistas foram elaboradas perguntas-guias que nos orientaram na condução do processo de obtenção de informações e dados. Vide Anexos nº 1, 2 e 3.

Robinho	Representante da comunidade do Alto José do Pinho	<ul style="list-style-type: none">• Apreender quais indicativos podem nos apontar para a relação entre o lugar, o cotidiano e a resistência. Como se dá a relação em rede por meio da RRS, e quais as perspectivas acerca do direito à Cidade.
---------	---	--

Ao nos prepararmos para esta etapa (II), reconhecemos a vantagem das entrevistas sobre os questionários quanto à possibilidade de obter dados de diversos aspectos da vida social com um pouco mais de profundidade. No entanto, diante da temática pesquisada sentimos a necessidade de ir além dos encontros formais de entrevistas para a construção da relação pesquisador-pesquisados no trabalho de campo.

Encontramos em Marcos (2006) uma contribuição interessante e um alerta importante: esta autora nos orienta a não nos munirmos de modelos prontos de pesquisa sem sequer estabelecer qualquer contato que propicie um diálogo de mão dupla, contrariando a tradicional forma de realizar a pesquisa empírica (longos questionários através dos quais os “objetos de estudo” são inquiridos, sem muitas vezes ter qualquer retorno ou mesmo conhecimento dos resultados da pesquisa realizada). Adverte-nos Marcos (*Ibidem*) que tal atitude desencadeia nos entrevistados a elaboração de um discurso pronto e fechado que é, por parte das comunidades e grupos sociais inquiridos, a construção de uma defesa aos estranhos que os cercam.

Por isso, enfatiza: não podemos responsabilizar estes grupos pelo “falseamento” dos dados ao qual se refere Gil (1994), muito menos pelo insucesso dos resultados da pesquisa acadêmica (MARCOS, 2006, p. 114). Ao refletirmos acerca do alerta, nossa atenção para a construção da metodologia dessa pesquisa aumentou consideravelmente diante da necessidade de pensar o trabalho de campo de forma, ao mesmo tempo, produtivo/objetivo e comprometido, o que nos direcionou para o uso da abordagem referente à *Pesquisa Participante*.

Esta opção surgiu para nós em um momento crucial, pois envolvidas com a discussão acerca de qual seria o método mais adequado de aplicação dos procedimentos metodológicos nos vimos em meio à necessidade de garantir a objetividade e cientificidade do trabalho

acadêmico, mas também o desejo de ir além dos modelos sistematizados e convencionais que envolvem a atitude do pesquisador frente aos “pesquisados”. A prática social proposta na Pesquisa Participante coloca em discussão a postura do pesquisador diante do trabalho de campo e a maneira com a qual se relaciona com “o seu objeto de estudo”, ou seja, as pessoas, mas também com os próprios dados obtidos ao longo desse processo.²⁶

Ela [a pesquisa participante] é consequência de um esforço renovado na busca de teorias e métodos mais adequados ao objeto a ser estudado e do questionamento sobre as implicações funcionais e políticas dos pesquisadores em suas funções na sociedade. (SILVA, 1991, p. 9)

Nesse sentido, Brandão situa o pesquisador nesse processo de contribuição social do cientista e o compromisso da ciência para com a sociedade, elementos cruciais para nós. Assim, contempla-nos Brandão

É necessário que o cientista e sua ciência seja, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do *outro*, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. [grifo no original] (BRANDÃO, 1984, p. 12)

A possibilidade da construção e/ou ampliação da consciência coletiva através desse método nos termos postos por Brandão, faz com que o direcionamento dado tanto a pesquisa quanto aos seus resultados faça parte de um formato que busca o compromisso e a humanização da ciência enquanto instrumento social e não de controle e a serviço das classes dominantes (SILVA, 1991). No entanto, cientes que este é um método que requer tempo para a vivência nos utilizamos de sua abordagem e a essência de sua proposta sem desenvolver no campo propostas de ações efetivas nesse sentido, tais como oficinas, dinâmicas de grupos focais ou qualquer atividade semelhante.

Dessa forma, entre janeiro e março de 2009 participamos de diversas reuniões da RRS com intuito de entender a dinâmica da organização das ações e as discussões que

²⁶ Daí, então, o discurso de neutralidade da ciência contestada por Silva (1991), Brandão (1984), Thiollent (1988), entre outros, esvazia-se e novos questionamentos surgem: como e para quem fazer ciência?

desenvolvem os grupos que participam com maior assiduidade. Acreditamos ter contribuído para algumas ações e discussões e conseguimos estabelecer relações próximas que nos possibilitaram manter diálogos e perspectivas de construções futuras. Esta abertura nos deu condições para que, em um momento pós-campo (**Etapa III**), fizéssemos uma tentativa de ampliação das informações qualitativas a partir do envio, por meio da internet, de entrevistas complementares, o que traz um indicativo positivo no que se refere a receptividade, ainda que poucos tenham retornado estas entrevistas (Vide quadro 3).

Quadro 3 – Entrevistas Complementares – Etapa III (pós-campo) Agosto de 2009***			
Entrevistado**	Coletivos	Comunidade	Resultado esperado
Pixote		Campo do Banco – Várzea.	Ampliar o entendimento da organização em rede e o cotidiano na/da comunidade articulado a esta forma de organização.
*Elaine	Êxito D’Rua	Comunidade da Mangabeira.	
José Cleiton Carbonel	Mangue Crew	Totó	
Boony Francisco		Santo Amaro.	
*Robinho		Alto José do Pinho.	
Terezinha Filha	Ação Comunitária Caranguejo Uçá	Ilha de Deus.	
*Luciana e Cleiton	ParticiPILAR	Comunidade do Pilar – bairro de Santo Antônio.	
Adriano	Gambiarra Imagens e Produções	Campina do Barreto – Chã de Estrelas.	

* Cooperantes que retornaram as entrevistas complementares

** Alguns cooperantes que retornaram as entrevistas a fizeram “individualmente” – representando o coletivo; outros tiveram a oportunidade de reunir algumas pessoas do grupo para discutir as questões e elaborar as respostas.

*** A entrevistas complementares estão nos anexos de n.º 4 e 5.

Pensar uma vivência ampliada tornou-se um passo inviável ao considerarmos que participam da RRS mais de 60 grupos de comunidades diferentes, sendo inegável a nossa limitação em desenvolver ações cotidianas junto às comunidades desses grupos por causa do pouco tempo para realização do trabalho de campo (2 meses).²⁷ Mesmo na Ilha de Deus e no

²⁷ Ao optarmos por fazer o curso de mestrado distante do objeto de estudo escolhido sabíamos que haveria implicações irremediáveis. No entanto, o afastamento fazia-se necessário para ampliarmos os horizontes teórico-

Alto José do Pinho, espaços em que planejamos a aproximação dessa vivência, a articulação se deu com dificuldades para atividades mais próximas diante da iminência do Carnaval e mesmo da diversidade que encontramos no Alto José do Pinho, bastante envolvida com os preparativos para este festejo.²⁸ Na Ilha de Deus, com os trabalhos ainda a serem reiniciados de fato a dificuldade esteve mais centrada em mobilizar um grupo maior que sabemos tem participado das ações desenvolvida na Ação comunitária Caranguejo Uçá.

Sendo assim, lançamos mão do “livre acesso” nestas comunidades para fazermos visitas frequentes mesmo em meio à esfera carnavalesca que foge ao ritmo de outras épocas do ano. Essas visitas nos proporcionaram momentos de observação, conversas e trocas bastante ricas em termos de histórias e vivências, ainda que não diretamente nossas. Optamos por disponibilizar ao final deste trabalho uma memória do trabalho de campo, no sentido de apontarmos limitações, dificuldades e situações específicas e situarmos melhor algumas ações metodológicas. Com isso nossa intenção é não tornar o texto introdutório extenso e cansativo em demasia.

A seguir expomos uma síntese dos passos realizados ao longo de toda pesquisa, desde sua concepção teórico-metodológica até a operacionalização e concretização deste trabalho. (Ver quadro 4)

QUADRO 4 – SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

1ª etapa – Estruturação do arcabouço teórico-metodológico	
Procedimentos realizados	Resultados esperados
Realizar revisão bibliográfica acerca dos Movimentos Sociais, o cotidiano e a luta pelo direito à Cidade	<ul style="list-style-type: none">• Revisão para consolidação das bases teórico-metodológicas fundamentais para a pesquisa;• Identificação do recorte espacial e delimitação da base empírica;• Construção do referencial teórico acerca das relações entre o direito à cidade, os MSU e o cotidiano no sentido de contextualizar os movimentos de resistência e identificar suas novas formas-conteúdos;
Construir a problemática, pressuposto e objetivos que nortearam a pesquisa	
Consultar fontes secundárias e primárias	
Realizar “entrevistas exploratórias”	
Levantar material iconográfico	

conceituais de nossa formação, ainda que isto nos custasse o sacrifício da vivência cotidiana em nosso recorte – Recife – e junto aos grupos da RRS.

²⁸ O Alto José do Pinho tem grupos tradicionais como é o caso do Maracatu Nação Estrela Brilhante fundado em 1906. Vide sítio <http://br.geocities.com/maracatu_estrela_brilhante/index.htm>.

	<ul style="list-style-type: none"> • Redação do projeto de pesquisa.
2ª etapa – Pesquisa de base empírica	
Procedimentos realizados	Resultados esperados
Aplicar entrevista com os principais sujeitos e agentes sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação das possibilidades de rupturas e/ou continuidades através da análise das ações e práticas dos sujeitos e agentes sociais. • Identificação das estratégias e a interação entre os diversos coletivos em rede. • Apreensão das diferenciações seja entre comunidades, grupos comunitários ou movimentos organizados. • Identificação das formas de resistência utilizadas pela RRS • Registro das ações da RRS com o intuito de identificar as insurgências no espaço urbano como instrumento de apropriação do espaço vivido.
Visitar/participar dos espaços de reunião da RRS	
Analisar espacialmente a atuação da RRS	
Realizar mapeamento da atuação e relações da RRS	
Fazer registro fotográfico	
Levantar a produção audiovisual existente, tanto as produções sobre a RRS quanto as produções da RRS	
3ª etapa – Sistematização e análise de dados e informações	
Procedimentos realizados	Resultados esperados
Tabular os dados relevantes e espacialização destes dados	<ul style="list-style-type: none"> • Espacialização das informações obtidas gerando mapas e tabelas para apoio na análise; • Construção das análises possíveis de modo a cumprir com os nossos objetivos; • Confronto entre as análises e o pressuposto construído inicialmente; • Redação da dissertação.
Organizar e selecionar as informações coletadas em campo a partir das entrevistas, trocas e vivências.	
Analisar os dados e informações para confrontação entre o empírico e a base teórica formulada inicialmente	

Nossa pesquisa está estruturada em três capítulos além deste texto introdutório e das considerações finais. No primeiro capítulo — *Movimento Popular e Movimento de Resistência: novas perspectivas na luta pelo direito à Cidade — conquista ou concessão?* —, o debate teórico envolve a discussão teórico-conceitual produzida sobre os MSU, os MP e o que ousamos chamar de “novos” Movimentos de Resistências neste início do século XXI. Permeado pelo conceito de Lefebvre (2001) do direito à Cidade, desenvolvemos um debate acerca das transformações do espaço da cidade e as formas-conteúdos da organização social. Divido em dois subcapítulos, no item 1.1 — “*Do caos a lama*”, *da lama à luta pelo direito à Cidade* — situamos a reflexão já iniciada no espaço urbano em Recife de modo a contextualizar informações importantes. O item 1.2 — *Rede de Resistência Solidária: a*

criação do lugar e o lugar de criação — nos remete às relações sociais da RRS, sua constituição e organização, bem como suas práticas relacionadas ao cotidiano e ao espaço vivido, com intuito de inserir essa relação cotidiana no processo global de resistências.

No capítulo 2 (dois) — *Estratégias da Rede de Resistência Solidária: continuidades e rupturas* — trabalhamos as estratégias da RRS e os eixos de ação utilizados para desenvolvê-las de modo a identificar quais as relações que os motivam, assim como quais as práticas urbanas que os limitam diante da trama de relações existentes na cidade, tendo sido divididos da seguinte forma: 2.1 — *A cidade como obra: arte, cultura e comunicação de resistência*; 2.1.1 — *As produções coletivas como ação estratégica*; 2.2 — *Na trama das relações socioespaciais*.

Por fim, no capítulo 3 (três) — *A Resistência cotidiana: Ilha de Deus e Alto José do Pinho* — trataremos de forma mais focada os recortes espaciais escolhidos de modo a buscar no lugar a resistência. Este capítulo está subdividido nos subitens 3.1 — *O Alto que escreve outra história: um coletivo em rede* — e 3.2 — *Ilha de Deus: resistência e permanência* —, além da experiência do *Mutirão do Pilar* no subitem 3.3 que nos proporcionou registrar e vivenciar a aproximação com o empírico. O foco central deste capítulo é analisar de que maneira os grupos se apropriam dos espaços os quais vivenciam, como lidam com as dificuldades e descentralizam as ações.

Por fim, no capítulo de conclusão — *O direito à Cidade, o direito à rua, a construção latente do cotidiano* — foi possível retomar nossos objetivos no sentido de recompor em nossa análise os resultados da pesquisa. Este momento nos possibilitou apontar para a construção da luta pelo direito à Cidade a partir da resignificação do sentido da rua e o fortalecimento do lugar; assim, a construção do cotidiano transformado está posto de forma latente. E a articulação em rede dos coletivos urbanos que compõem a Rede de Resistência Solidária direciona discussões importantes a serem aprofundadas diante de suas ações e da complexidade social nas metrópoles contemporâneas.

1. MOVIMENTO POPULAR E MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA: NOVAS PERSPECTIVAS NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE — CONQUISTA OU CONCESSÃO?



Vista do bairro de Casa Forte a partir do Alto José do Pinho – Recife – PE.
Foto: Ananda Martins. 21 de fevereiro de 2009.

A partir da contribuição acumulada ao longo dos anos em torno da discussão que envolve o direito à Cidade não poderíamos apresentar outro ponto de partida que não a contribuição do filósofo Henri Lefebvre que permeará toda a nossa pesquisa. Esta convicção se dá por dois motivos essenciais. O primeiro deles é a própria publicação, em 1960, da obra intitulada “O direito à Cidade” cujo conteúdo discorre sobre o entendimento da cidade enquanto obra das relações sociais que nela se desenvolve. Porém, mais do que a produção de objetos Lefebvre (2001, p. 47) considera a cidade enquanto espaço de “produção e reprodução de seres humanos por seres humanos” em contextos históricos específicos.

O segundo motivo que nos faz optar por partir da obra desse autor é a sua atenção acerca da análise espacial. De acordo com Lefebvre (1973) para compreendermos a (re) produção da sociedade é preciso que tenhamos compreensão da produção e do consumo que se faz do espaço. Ou seja, é necessário que tenhamos consciência da dinâmica espacial no processo de construção social.

São dois os entendimentos que buscamos consolidar neste capítulo: (1) a reflexão no que tange a tênue diferença entre os Movimentos Sociais Urbanos, os Movimentos Populares e o que chamaremos de Movimentos de Resistência²⁹, e (2) a relação entre estes e o espaço. Para tanto consideramos crucial entender e situar não somente o movimento *no* espaço, mas principalmente o *movimento do* espaço, assim como o *espaço dos* movimentos, sendo, portanto, necessário que nos situemos em relação às mudanças dos Movimentos Sociais Urbanos de caráter popular em suas estruturas, mas também como as transformações do espaço na cidade modificam as práticas urbanas desses grupos fazendo com que construam espaços alternativos³⁰.

Nesse sentido, ao observar, analisar e vivenciar a cidade contemporânea — não necessariamente nessa ordem — nos deparamos com o aprofundamento das contradições do capitalismo, cujo resultado está centrado no processo incessante, mas nunca completo, de

²⁹ Ao longo deste capítulo buscaremos tornar claro o que estamos querendo distinguir entre estes movimentos. Quais nuances “os diferenciam” e de que forma podem ser desveladas.

³⁰ A proposta de trabalhar um capítulo inicial de forma mais reflexiva e com forte teor teórico é posto a partir da necessidade dos entendimentos que buscamos construir em nosso pensamento. Contudo, ressaltamos que este movimento não está e não é, em momento algum, algo descolado da realidade e da prática inerente a compreensão do processo em sua totalidade; ao contrário, traduz um exercício que nos permitirá maior clareza na análise que nos propusemos realizar.

reificação do espaço da cidade³¹ na conformação de um “mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único” (SANTOS, 2001, p. 18).

Esse discurso se materializa na cidade por meio de fenômenos extremos e em nome do discurso de uma globalização “para todos”. Dessa forma, ao mesmo tempo em que recordes em produção de riquezas diversas são superados constantemente, supera-se também todos os patamares de geração de miséria.³² Concomitantemente a sociedade desenvolve tecnologia de ponta ao passo que milhares de pessoas morrem de fome ou de doenças consideradas “primitivas” pela medicina moderna; ao mesmo tempo em que os meios de comunicação ganham velocidade e se realizam de forma “instantânea”, não conseguimos manter uma comunicação com pessoas próximas. Seria, assim, esse o “mundo confuso e confusamente percebido” de que trata Milton Santos (2001, p. 17)?

Sobre “o mundo tal como nos fazem crer: a globalização como fábula”, Santos nos diz:

Fala-se [...] em uma aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias — para aqueles que realmente podem viajar — também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. (SANTOS, 2001, p.18/19)

Nesse contexto, consideramos pertinente a contribuição de Carlos (2001b, p. 64) quando afirma que as “novas” contradições que o desenvolvimento do capitalismo impõe ao

³¹ Sobre o aprofundamento desse processo de reificação do espaço ver Carlos (1992), Viana (2008), entre outros.

³² De acordo com Damiani (1986, p. 28) ao tratar da massa trabalhadora em artigo que discute a relação entre as transformações na cidade e o fenômeno industrial e urbano, a miséria não estaria restrita a carência: “A miséria não como carência, mas como exclusão plena da riqueza objetiva... a miséria absoluta como objeto”.

Dessa forma, embora em contexto aparentemente distintos, porém não tanto assim, acreditamos que a miséria produzida em tempos de tamanha riqueza vai além dos bens materiais de necessidades básicas.

espaço, sob novas formas, o reproduz em outro patamar: agora ele mesmo enquanto mercadoria, o que coloca a cidade ideal e utópica pensada por Lefebvre, ainda na década de 1960, em confronto com a realidade concreta das cidades contemporâneas. Na contemporaneidade, o processo de urbanização e metropolização reafirma os patamares de reprodução tratados por Carlos e, com isso, geram movimentos de resistência — como a formação e organização dos Movimentos Sociais Urbanos, embora não sem conflitos, contradições e mesmo antagonismos.

Na construção de um entendimento que oriente nosso debate sobre os Movimentos Sociais Urbanos ao longo do processo de transformação na cidade observamos com base no aporte inicial de autores como Gohn (1997), Ammann (1991), e Santos (2008), o histórico das lutas sociais na cidade e as possibilidades de conceituação das ações dos grupos organizados. Nesse sentido, iniciamos nossa análise ciente de que não há de fato um entendimento único do que sejam os Movimentos Sociais Urbanos.

Podemos afirmar, no entanto, que os Movimentos Sociais, tanto os de recorte urbanos quanto rurais, conquistam espaço e abrem perspectivas para o debate, ampliando a ação acerca das possibilidades de superação das contradições postas e impostas pelo sistema capitalista. Contudo, segundo os estudos de Gohn (1997) ao abordar os diversos paradigmas clássicos³³ e contemporâneos que envolvem a teoria dos movimentos sociais — desde a abordagem clássica do paradigma norte-americano que desenvolveu teorias sobre as ações coletivas analisando-as como “fruto de tensão social” (GOHN, 1997, p. 24), até o paradigma marxista na Europa e as especificidades dos MS da América Latina —, fica claro que estes não são apenas aqueles considerados pelo seu caráter transformador e emancipatório, como também alerta Ammann (1991) e Santos (2008).

Para Rodrigues, os MSU seriam um subgrupo pluriclassistas considerados “como portadores de uma característica geral que é a explicitação dos novos sujeitos coletivos” numa nova forma de fazer política (RODRIGUES, 1991, p. 28). Essa autora caracteriza os MS de acordo com: 1) os interesses de classe específicos ou 2) pelos setores explorados – os Movimentos Populares, dos quais, segundo ela, os MSU seriam de modo geral “derivados”.

³³ Segundo Ghon (1997, p. 23), “Existe certo consenso em considerar o período da abordagem clássica como aquele que predominou até os anos 60” do século XX.

Segundo Ammann “existem movimentos sociais que não objetivam a transformação, mas a preservação da ordem estabelecida” (AMMANN, 1991, p. 22),³⁴ o que nos leva a refletir sobre a afirmação feita por Rodrigues quanto à “classificação”³⁵ desses movimentos. Observamos, então, que em alguns momentos da história dos Movimentos Sociais grupos organizados incorporam a base utilitarista, como no caso do paradigma norte-americano clássico que se apresentou com forte enfoque econômico³⁶ e deixou uma herança até hoje conhecida por todos nós: as chamadas lideranças comunitárias.³⁷ Ocorre algo semelhante com a Teoria de Mobilização de Recursos na década de 1970 (GOHN, 1997), que são conceituados como Movimento Social, porém não apresentam nenhuma proposta de ruptura, ao contrário, constituem “atores” vistos como instrumentos essenciais para manutenção da ordem vigente e potencialidade das oportunidades econômicas e políticas.

No processo de manutenção dessa ordem, a urbanização direcionada também nesse sentido cujos novos conteúdos objetivam aprofundar as relações de troca faz com que o processo de segregação socioespacial seja acentuado. Nos grandes centros urbanos há o crescimento das áreas periféricas, e as tensões que resultam das condições para a sobrevivência, ou da falta delas, aumentem na mesma proporção. Em meio à conjuntura na qual a reprodução das relações sociais de produção se amplia, os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS), surgidos na Europa, objetivam romper com a perspectiva econômica dando ênfase a cultura e negando as teorias do paradigma marxista por acreditarem que estas não são capazes de explicar a realidade contemporânea.

A proposta de um “novo sujeito” — o ator social (TOURAINÉ, 1984) — analisado a partir de suas ações e identidades coletivas (GOHN, 1997), apresenta uma organização

³⁴ Como exemplo a autora cita a UDR — União Democrática Ruralista — que tem o objetivo claro de preservação do direito de propriedade.

³⁵ Assim como não pretendemos chegar a uma definição única, Rodrigues também deixa claro que não tem essa pretensão, embora reconheça que delimitar critérios para a análise seja importante.

³⁶ No período clássico, e em suas diversas correntes, os autores que se destacam são Herbert Blumer (1949), K. Kornhauser (1959), Herbele (1951), N. Smelser (1962) Gusfield (1955), entre outros.

³⁷ A idéia de liderança Comunitária é uma herança encontrada ainda hoje no Brasil por meio das Associações de Bairro, Associações de Moradores, no entanto, com algumas distinções de conjuntura que abordaremos mais adiante. Vale ressaltar, no entanto, que não estamos querendo dizer com isto que as lideranças comunitárias de um modo geral representam o continuísmo do utilitarismo norte-americano, pois não queremos incorrer no erro de sermos generalizantes, muito menos desconsiderar a importância de muitas lideranças comunitárias no Brasil.

baseada em um coletivo difuso e não-hierarquizado.³⁸ Contudo, ao negar as contribuições marxistas por acreditarem ser esta construção teórica ultrapassada, negam a contradição entre o capital e o trabalho que se materializa na cidade, e reduzem o marxismo a uma abordagem economicista, negando ainda o conflito existente entre as classes sociais e a expropriação do trabalhador.

Ao contrário dos paradigmas acima mencionados, a América Latina apresenta um contexto diverso com influência da corrente marxista e dos NMS. Não há, contudo, delimitações de classes bem definidas. Essa “variedade” das classes sociais sem delimitação demarcada dificulta a análise contemporânea, tendo em vista que, embora não haja definição clara, continuam a existir se pensarmos que uma parcela pequena da população explora e expropria a força de trabalho, e agora também a subjetividade da vida cotidiana, da outra parcela da população que se constitui maioria.

Nesse sentido, tanto Gohn (1997) quanto Scherer-Warren (1996) alertam que para o entendimento dos MS na América Latina é necessário considerar o passado colonial-imperial, seguido da oligarquia dos coronéis da República e, posteriormente, dos líderes populistas, que marcaram a história dos países deste continente, delineando especificidades histórico-culturais e territoriais que diferenciam a demanda e a atuação desses MS. Isto nos leva a ficar atentos à mudança nos debates que envolvem os MS não apenas no que se refere à conjuntura histórica, mas também no que tange à formação espacial do território que gera temporalidades e espacialidades distintas.

Portanto, complementando o alerta feito por Gohn e Scherer-Warren, Foweraker observa que “mobilizações massivas têm ocorrido na América Latina, mas pouca teorização sobre os movimentos tem sido feita” (*apud* GOHN, 1997, p. 211). Diante da multiplicidade de formas de protesto político que se prolifera na prática social em fins dos anos 1970 no cenário latino-americano se configura inicialmente, segundo Scherer-Warren (1996, p. 18), um panorama no qual “não há [...] um acordo sobre o conceito de movimentos sociais.

³⁸ No paradigma norte-americano as lideranças têm um perfil oligárquico de domínio das massas, enquanto que no paradigma dos NMS as lideranças atuam em grupo na formação de correntes de opinião (GOHN, 1997). Dessa forma, tanto o papel da liderança quanto a construção de identidades coletivas se diferenciam, sendo esta última criada pelos NMS por grupos e não por “estruturas sociais que preconfiguram certas características dos indivíduos” como no paradigma norte-americano (*Ibidem*, p. 123).

Tendo o Brasil, ao contrário dos demais países da América Latina,³⁹ uma formação espacial inicialmente fundamentada em assentamentos agrários (desde a colônia), o processo de transição para a conformação urbana em função da industrialização, em meados do século XX, gera conflitos. Segundo Moreira (2005), estes conflitos se dão devido aos reordenamentos de caráter rural, urbano e regional.⁴⁰ Ainda segundo este autor

Nos conflitos urbanos opõem-se capital e trabalho, com pano de fundo no mundo da indústria, numa pauta de reivindicações do operariado que predomina o pleito igualmente de mudança estrutural: reforma urbana, que redistribua terra e garanta o direito à moradia na cidade; redistribuição da renda, que reduza as desigualdades da riqueza; e estabilidade no emprego e ampliação da seguridade social, que estabeleça um modo de vida mais apropriado. (MOREIRA, 2005, p. 18/19)

Esses conflitos se referem à forma de regulação espacial que demarca a relação cidade-espço, nesse momento normatizada pelas “políticas territoriais do Estado, via ação superestrutural e políticas de infra-estrutura” (MOREIRA, 2005, p. 18/19). Posteriormente, na década de 1970, o Brasil passa pelo processo de reestruturação espacial que implementa o projeto de modernização conservadora. Com isso, as reformas demandadas pelos movimentos pró-reformas no período da industrialização são atropeladas, resultando em conseqüências quanto à dissociação da formação espacial brasileira e o projeto nacional, a partir da regulação do espaço pela lógica de mercado.

Na década seguinte, a política de privatização da gestão do território promove a (des)regulação na qual as Políticas Público-Privado são consolidadas e as Agências Reguladoras assumem “a função da execução e fiscalização das políticas territoriais”, ainda segundo Moreira (2005, p. 24). A construção social e histórica na cidade contemporânea aponta para a urbanização associada à tecnologia e ao crescimento do setor terciário, que se dá sob as bases da divisão social e técnica do trabalho. A configuração territorial originada a

³⁹ De acordo com Moreira (2005), devido à colonização espanhola os países da América Latina, exceto o Brasil, tem a formação espacial de caráter mineiro-urbana, tendo em vista a localização de minérios preciosos desde o início da exploração dessas terras, reforçando o eixo norteador de expansão espanhola: a política do metalismo.

⁴⁰ Nos conflitos rurais a oposição se dá entre os grandes proprietários e os camponeses em torno da reforma agrária. Já nos conflitos inter-regionais “pontuam as dissonâncias entre as velhas oligarquias rurais regionais e as novas nascidas da urbano-industrialização [...], ressaltando em particular o contraste que então se estabelece entre Sudeste e Nordeste” (MOREIRA, 2005, p. 19)

partir desta construção demarca socioespacialmente a segregação no/pelo espaço por meio das formas de sociabilidade capitalista que coexistem com as formas de sociabilidades não-capitalistas (*Ibidem*, p. 26).

No fim da década de 1970 e na década seguinte, diante das urgências patrocinadas pela repressão da ditadura militar (Golpe de 1964) associada à (des)regulação econômico-espacial encaminhada a partir da privatização da gestão do território, a mobilização em torno da redemocratização política do Brasil torna-se pulsante.⁴¹ Após quase 20 anos de ditadura torna-se possível aos movimentos de bases uma materialidade social que emerge com maior visibilidade na escala do cotidiano,⁴² o que para alguns autores é considerado como um período cujo conteúdo revela a pressão social para se (re) estabelecer os “valores democráticos” (BOSCHI, 1987) na mobilização, organização e articulação que reivindicam nas cidades, as cidades.⁴³ Reivindicar as cidades não se traduz, nesse momento, apenas superar a ditadura militar, mas também, e principalmente, reivindicar, condições de sobrevivência — moradia, infra-estrutura, acesso à saúde e à educação.

A cidade como uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção, de forma concomitante (SINGER, 1973), pelos agentes hegemônicos é compartilhada, de certa forma, com aqueles que têm na representação da cidade o espaço de luta, no qual as reivindicações sociais devem ser atendidas de modo a sanar as necessidades básicas da população. Esta flexibilização consentida por meio do início do processo de redemocratização torna-se imperativo para o desenvolvimento do processo de urbanização e seus conteúdos para além da indústria, pois a intensificação do processo de urbanização nesse contexto se dá não mais com intuito de criar condições favoráveis à industrialização, mas sim para garantir a reprodução e fluidez do capital financeiro agora cada vez mais concentrado nas metrópoles.

Assim, em sua dimensão espacial e histórica, os Movimentos Sociais Urbanos de caráter emancipatório, ou talvez possamos dizer de caráter popular, empreendem “lutas contra

⁴¹ Além do Brasil, a República Dominicana, o Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai também sofreram com os golpes militares.

⁴² Esses movimentos de base surgem num contexto no qual os questionamentos das formas tradicionais de se fazer política (partidos, sindicatos) são somados à ojeriza em relação ao Estado autoritário que caracterizou os Regimes Militares na América Latina.

⁴³ Com esta afirmativa não pretendemos aqui ignorar ou mesmo subjugar as lutas camponesas inseridas no mesmo processo. Apenas é necessário que façamos o recorte diante das especificidades e diferenciações no que tangem a dinâmica da apropriação do espaço e das próprias lutas que devem estar relacionadas, porém não generalizadas.

as formas de exploração social” (DAVIDOVICH, 1991, p. 24) instituídas principalmente nas grandes cidades, onde o espaço se torna cada vez mais fragmentado e as necessidades básicas da população ainda se faz urgente e imediata muitas vezes.

Decerto não devemos nos limitar à relação de carência para tratarmos os MSU, embora não possamos ignorá-la como algo superado. De acordo com as contribuições de Rodrigues (1991), Davidovich (1991) e Bitoun (1991) constatamos que a existência de carência/necessidade, ou seja, a falta de um bem material, não é a única motivação para a composição de um Movimento Popular. Ao contrário, a complexidade que envolve a diversidade dos grupos que assim são denominados torna a definição destes muitas vezes generalizada. Ademais, a carência pode ser a motivação para o (re)conhecimento de sua condição. Porém, para atingir algum nível de consciência, a carência, por si só, não cumpre este papel.

As reivindicações pontuais são feitas pelos MP que se mobilizam no sentido de sanar uma necessidade não atendida, como a luta por condições dignas de moradia e infra-estrutura básica. É por meio dessa iniciativa que surge a possibilidade da tomada de consciência pelo sujeito e a permanência deste na luta por algo que atenda a coletividade para além da reivindicação pontual e independente de suas necessidades individuais, porém sempre relacionado a elas. Conscientiza-se não pela existência da necessidade, mas sim pela construção feita a partir dela.

Com isso, a compreensão dos sujeitos sociais do processo de produção do espaço da cidade por meio do cotidiano vivenciado ou mesmo capturado nos permite construir um entendimento da dimensão do fenômeno da urbanização crítica que, segundo Damiani (1986, p. 30), seria “a impossibilidade do urbano pra todos, a não ser que se transforme radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais”.

O espaço galgado pelos Movimentos Populares e a atuação que estes empreendem no espaço urbano da cidade no sentido de romper com a impossibilidade exposta por Damiani (*Ibidem*) cumpre papel diferenciado na luta pelo direito à Cidade e na correlação de forças na qual estão inseridos. Em contextos específicos os grupos têm maior mobilização e visibilidade como foi a mobilização pelas eleições Diretas, por exemplo. No entanto, o fato dos MP não terem visibilidade constante em grandes manifestações e ações não indica necessariamente

sua apatia e/ou esfacelamento, ainda que esta seja a realidade de alguns grupos que se organizam apenas para conseguir reivindicações pontuais.

Nesse sentido, a atuação **política** é um marco que direciona as ações dos MP para esta construção, cuja espontaneidade aparente faz parte na verdade do processo de conscientização que forma os sujeitos sociais e faz ruir a tese descrita por Scherer-Warren (1996, p. 18) de que “para alguns toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto é movimento social, **independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta**” [grifo nosso]. Ao contrário, através do trabalho que desenvolvem, por meio de suas ações e a relativa consciência de classe, que os Movimentos Populares carimbam sua importância e tornam explícita a degradação e a pauperização do homem num contexto de produção de riqueza jamais gerada antes.

Segundo Rodrigues (1991, p. 28), esses grupos “explicitam-se territorialmente, como uma forma de participação da sociedade civil organizada na distribuição, ou na contestação, da riqueza e do poder”, além de evidenciar no espaço as contradições do sistema capitalista, bem como novas formas de sociabilidade não-capitalista. As resistências à imposição de uma cidade como mercadoria, portanto, construída a partir de consensos que despolitizam as mobilizações, reforçam o reclamo referente ao direito à Cidade e à justiça social, o que torna esse debate cada vez mais central nas reivindicações de diversos MP comprometidos em ultrapassar ações pontuais. O conteúdo desta luta, segundo Buonfiglio (2007, p. 01), caracteriza a abertura de “uma perspectiva de análise da cidade como objeto de luta”, de forma material — no que tange às infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento da vida — e imaterial — por meio da construção das relações e das lutas pela existência das condições e possibilidades da renovação criadora das *vivências cotidianas*.

Nessa perspectiva, a mobilização dos movimentos de bairros e das CEB's — Conselhos Eclesiais de Base — destacam a importância dessas organizações no processo de construção socioespacial e a reabertura política em nosso país por volta de 1985, apontando para outros caminhos onde, de acordo com a literatura da década de 1980, vislumbra-se a possibilidade de uma revolução a partir do cotidiano com os movimentos de base.⁴⁴

⁴⁴ Ver Scherer-Warren e Krischke (Orgs.), 1987.

A partir de práticas de resistências, advindas da experiência cotidiana no trabalho e na moradia, *construíram-se os elementos de um projeto futuro*, que se propunha ser libertador negando as experiências clientelistas do passado... Os oprimidos, fracos, humilhados, subalternos e outros... tomam o centro desse projeto e se propõe a conduzir seus destinos não mais guiados pela palavra da ordem do líder populista, do político de esquerda, monopolizador das verdades, ou da liderança peleguista, correa de transmissão dos despejos do governo autoritário então vigente. [grifo no original] (GOHN *apud* SANTOS, 2008, p. 15)

Porém, é importante ressaltar que somado a este “cenário”, neste mesmo período, começa a ser delineado o processo de reestruturação econômica. Esta se realiza com objetivo de dar continuidade às imposições instituídas a partir da lógica global⁴⁵, o que torna pertinente o questionamento de Boschi quanto ao processo de redemocratização e, acrescentaríamos, a possibilidade real de uma revolução a partir do cotidiano:

Toda essa mobilização desempenharia apenas o papel conjuntural de abrir caminho à transição para uma ordem democrática ou parte dela subsistiria sob a forma de estruturas de representação de interesses que sustentaria essa ordem a mais longo prazo? (BOSCHI, 1987, p. 14)

Carvalho (2003) nos dá pistas valiosas acerca do conteúdo do questionamento de Boschi. Ao propor uma discussão sobre a cidadania no Brasil, coloca em pauta o debate sobre a construção da democracia, com o fim da ditadura militar,⁴⁶ e o esforço para construção da cidadania. É certo de que a força da organização popular no período em que o processo de redemocratização política emerge no Brasil demonstra a pressão da sociedade civil organizada politicamente frente à repressão do Estado e a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, marca um novo ciclo para os MP e toda a sociedade brasileira.

Contudo, a pertinência da colocação de Boschi (1987) somada à contribuição de Carvalho (2003) nos proporciona maior clareza na análise de que, embora tenha sido implementado um discurso democrático, não houve, em momento algum, a discussão de um projeto de nação em que pudesse se concretizar de fato essa democracia, tendo em vista que

⁴⁵ Referimo-nos aqui ao processo de globalização da economia e a busca por instituir um mercado mundial.

⁴⁶ “O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar em 1985”. (CARVALHO, 2003, p.07)

A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o povo na retórica política. Não se diz mais “o povo quer isto ou aquilo”, diz-se “a cidadania quer”. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã. (CARVALHO, 2003, p. 07)

Do clima que pairava em meio aos acontecimentos da época, Carvalho enfatiza

Havia ingenuidade no entusiasmo, havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. (CARVALHO, 2003, p. 07)

Esta “ingenuidade” dos MP se dá diante das questões focadas nas reivindicações na década de 1980 relacionadas à sobrevivência, que alimentaram ainda a luta pela liberdade, direito à participação e, principalmente a livre escolha. Nesse sentido, trouxeram à tona a necessidade de reação, contestação, reivindicação⁴⁷. Contudo, diante do que expõe Carvalho (2003) até que ponto estamos tratando de uma conquista proveniente da organização e luta do MP? Até que ponto tratamos da concessão de um estado neo-liberal que estava por vir? Ou ainda, qual a mediação entre conquista e a concessão nesse contexto?

Dessa forma, ao longo do desenvolvimento das lutas dos MP observamos por meio da literatura disponível que a virtualidade inerente as relações sociais do espaço vivido ou, como prefere Sader (*apud* SANTOS, 2008), as experiências vividas são evidenciadas e entram em conflito com a forma com que se concretiza o espaço urbano na cidade diante da onda de privatizações e a implementação das Políticas Público-Privado (PPP) nos principais setores de regulação do espaço.⁴⁸

⁴⁷ Ammann (1991) parte do pressuposto de que o movimento social – de caráter popular – representa a ação coletiva **de caráter contestador**. Para esta autora este é um elemento essencial no sentido de objetivar a transformação da realidade social.

⁴⁸ Estes são os considerados setores estratégicos e estão relacionados ao petróleo, as telecomunicações, à energia elétrica e aos transportes (MOREIRA, 2005)

Com este choque, dois movimentos são desencadeados na década de 1990. O primeiro é o crescente movimento de cooptação de lideranças de MP que passam a ser absorvidos pelo Estado com intenção clara de direcionar, a partir dos interesses econômicos, o espaço urbano contemporâneo para a produção, circulação e acumulação do capital. Para tanto faz-se necessário vencer as resistências populares e manter a hegemonia do sistema capitalista que passa a difundir o discurso ideológico de superação das relações de exploração (SANTOS, 2008, p. 40), superação da luta de classes. O segundo movimento, em consequência do primeiro, é o intenso processo de burocratização de muitos movimentos de base (principalmente as Associações de Moradores). Com isso, a política neoliberal se concretiza de modo incisivo, instituindo fragmentações espaciais que, por sua vez, resultam,⁴⁹ mais uma vez, na cisão das próprias relações sociais e no crescimento acelerado da periferia urbana.

Em outras palavras, o cenário político dessa década traça direcionamentos que visaram desenvolver estratégias para atenuar os conflitos e construir consensos, criando as condições necessárias para a reestruturação econômica reforçadas por muitas Associações de Moradores, que estabelecem uma relação de cooperação com o Estado, silenciando, aos poucos, as bases comunitárias, as comunidades. Segundo Amparo Araújo⁵⁰, Secretária de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Recife, “uma das grandes vitórias do regime autoritário foi a questão da alienação que ele [o sistema autoritário] conseguiu fazer através dos meios de comunicação”. O monopólio da mídia e o bombardeio voltado ao consumo pelo consumo aos poucos levou a sociedade a pensar/discutir menos e comprar (e se endividar) mais. Fez e faz com que o padrão de qualidade de vida tenha se tornado um simulacro ao qual somente terão acesso àqueles que tiverem dinheiro para comprá-lo, fazendo com que a vida cotidiana, assim como o próprio espaço, seja transformada em mercadoria.

Essa mercadoria estabelecida por padrões diversos — beleza, relação, moradia, diversão, cultura, entre outros — passa a ser objeto de desejo de uma população que dificilmente terá acesso a ela, mas que a mantém como algo sonhado, desejado. Em meio a esta discussão a análise que nos é permitida fazer é a de que no bojo de um discurso “democrático” (todos agora têm liberdade de expressão, de consumo, de ir e vir), assistimos à

⁴⁹ De forma alguma queremos estabelecer simplesmente uma relação de causa e efeito, contudo, os resultados alcançados pela implementação do Regime Militar e, posteriormente, pela política neoliberal são sentidos até hoje.

⁵⁰ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2009.

tentativa incessante de tornar inerte e repetitivo o movimento que vem *da rua* por meio da própria rua, através da captura do cotidiano.⁵¹

As mobilizações, a formação de novos grupos, a construção de relações cada vez mais consolidadas, com base nas experiências vivenciadas, têm na *rua* espaço propício para se desenvolverem, o que justifica a tentativa de capturar as relações aí construídas. Ainda que a *rua* em diversos momentos, ou para muitos, seja tida como espaço de circulação apenas, seja de pessoas, seja de mercadorias, ou assuma, em certa medida, uma conotação negativa diante do aumento da violência e da insegurança que circunda, de alguma forma, as metrópoles brasileiras, este espaço pode assumir outro indicativo:

A rua? É o lugar (topia) do encontro sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. Quando se suprimiu a rua (desde Le Corbusier, nos “novos conjuntos”), viu-se as conseqüências: a extinção da vida, a redução da “cidade” a dormitório, a aberrante funcionalização da existência. A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função informativa, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela aprende-se. (LEFEBVRE, 1999, p.29/30)

É nesse movimento **do** espaço — a rua pulsante no cotidiano vivido das pessoas — que encontramos o espaço **dos** movimentos, ainda que ao longo do processo de mudança na/da cidade o sentido *da rua* tenha sido e seja sempre reelaborado até mesmo por parte da população periférica social e espacialmente. A reelaboração dos elementos da *rua* nos leva analisar a produção das cidades como produção de relações sociais (LEFEBVRE, 2001, p. 47), conduzindo-nos para a continuidade da reflexão no que tange a importância da construção de alternativas ao modelo de sociedade atual, cuja modernização parece nos levar

⁵¹ Sobre a tentativa de captura do cotidiano pelos agentes hegemônicos no contexto das fábricas, Alves & Antunes (2004) fazem um debate interessante em meio a construção referente a categoria “trabalho”, no qual o controle e a normatização da vida dos trabalhadores passa a ocorrer para além do chão da fábrica, através da captura de outras dimensões e espaços da vida do trabalhador.

“ao futuro” tecnológico, porém cada vez menos humanizado, passando a demarcar nuances na discussão que envolve o direito à Cidade e a vida plena nos lugares aos quais pertencem.

Para esta reflexão, acreditamos ser necessário desvelar a cidade em sua totalidade, tendo claro que “a totalidade não está presente imediatamente nesse texto escrito, a Cidade. Há outros níveis da cidade que não *transparecem* (não são transparentes) por definição” (LEFEBVRE, 2001, p. 48).

1.1 “Do caos à lama”, da lama à luta pelo Direito à Cidade

*“Eu não esqueço nunca o Nordeste onde eu nasci,
a cidade do Recife onde meus olhos se abriram para o mundo”.*
Josué de Castro

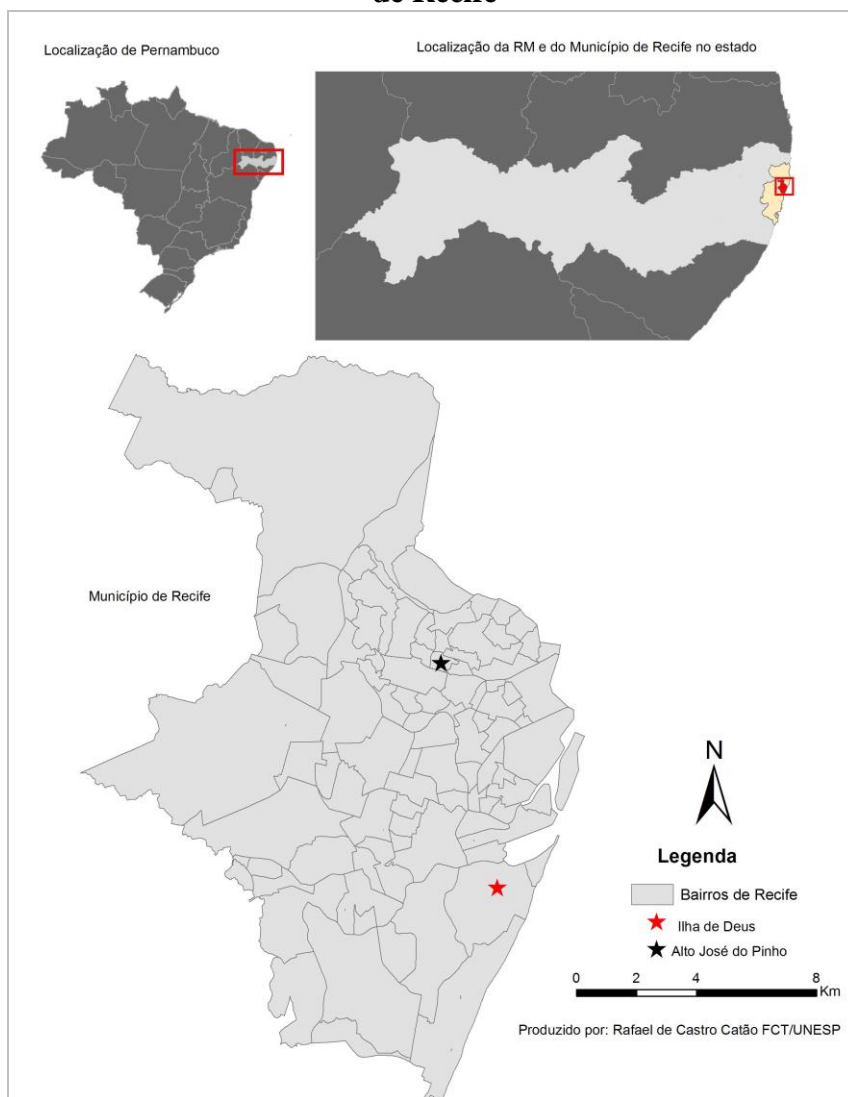
O processo de mudança na/da cidade absorve, em fins do século XX e início do século XXI, características muito particulares. O mundo modificado e globalizado se materializa no lugar, tendo em vista que, segundo Santos (2004, p. 337), “[...] o mundo [...] é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares”. Sendo assim, no espaço urbano em Recife a construção de propostas alternativas na luta pelo Direito à Cidade apresenta um histórico significativo que justifica, entre outras questões, abrirmos um parêntese na discussão construída até o momento de modo a entendê-la melhor por meio de uma aproximação empírica.

Continuaremos o debate a partir da reflexão acerca da transformação no espaço urbano em Recife no sentido de apreendermos as formações socioespaciais e as práticas dos MP no contexto da problemática urbana. Ou seja, em meio ao processo de transformação na/da cidade e os diversos usos que este espaço assume de que maneira a organização e mobilização da população se desenvolve ao longo do tempo.

Ao localizarmos Recife em Pernambuco e na Região Metropolitana dessa capital (mapa 1) buscamos elementos em sua configuração espacial ao longo da ocupação histórica que nos proporcionem maiores e melhores condições de pensar suas relações socioespaciais na construção permanente da luta pelo direito à Cidade. Isto porque a disposição de áreas de

planície, morros⁵² (colinas) e alagados e o processo de ocupação de cada uma delas no remete a um forte histórico de lutas e resistência,⁵³ desde o tempo de colônia.

MAPA 1 – Localização de Recife no Brasil, em Pernambuco e Na Região Metropolitana de Recife



Fonte: IBGE, 2007; Ministério das cidades, 2007.

Contudo, interessa-nos o processo de ocupação mais recente e por isso buscamos referência no início do século XX, quando a área da planície recifense era ocupada pela

⁵² Segundo dados disponíveis no site oficial da Prefeitura de Recife na composição territorial da cidade 67,43% correspondem às áreas de morro, sendo apenas 23,26% referente à planície. Disponível em < <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/> > Acesso em 05/05/2009.

⁵³ Dentre estas a Insurreição Praieira, a Insurreição Pernambucana, Conspiração dos Suassunas, Revolução Pernambucana, Cabanada, Batalha dos Guararapes, Guerra dos Mascates, entre outras.

população menos favorecida. De acordo com Bezerra (1965), os manguezais alagados da planície — com seu solo lodoso — era uma área de pouco interesse para as classes privilegiadas do século XIX e foram aos poucos sendo substituídos pelos mocambos.⁵⁴ Aos pouco também, parte dessa planície alagada foi aterrada em função da necessidade de um número significativo de pessoas que se deslocavam no início do século XX do agreste e sertão para a capital fugindo da seca e em busca de melhores condições de vida.

Ao tratar da formação dos alagados do Recife, Bezerra (*Ibidem*, p. 21) descreve a paisagem: “Os alagados do Recife são uma constante na sua paisagem. São marcantes mesmo. Por onde se penetre na cidade, eles se apresentam acompanhados de seus gêmeos, os mangues e os mocambos”. A ocupação dos mocambos em terrenos antes desvalorizados inicialmente não incitou conflito, pois

[a] vasta zona [de manguezal] ficou muito tempo sem interesse comercial ou industrial para a classe privilegiada. Somente muito tempo depois, quando a cidade foi se desenvolvendo e a área sólida diminuindo, é que ela lançou os seus olhos gulosos sobre a lama dos mangues. Começou a expulsar os caranguejos, os siris e os mocambeiros, sem maiores preocupações que a de aumentar os seus haveres. (BEZERRA, 1965, p. 34)

Consideramos significativo esse fragmento por dois motivos: primeiro por apresentar um movimento analítico para além da paisagem descrita a priori. Ou seja, observamos a transformação dessa paisagem a partir de “reorganização” do espaço diante de novos interesses motivados pela industrialização no Brasil e, posteriormente, pelo processo de urbanização que, embora relacionado à industrialização vai além dela (LEFEBVRE, 1999). Segundo, por nos apontar uma sistemática, adotada ao longo de décadas, que é a remoção de população de baixa renda das áreas centrais para a periferia, em geral sem condições mínimas de habitação.

Esse movimento, cuja ideologia urbanística tenta justificar por meio de melhorias que atende apenas a uma pequena parcela da população — a elite burguesa —, é também descrito na obra de Josué de Castro. O geógrafo pernambucano, inspirado na paisagem dos alagados, retrata, no romance *Homens e Caranguejos* (2007), a saga de uma população que foge da seca

⁵⁴ Os mocambos eram uma espécie de cabanas utilizadas no início do século pela população de baixa renda aproxima-se do que conhecemos hoje como os “barracos” em muitas comunidades periféricas.

em busca de perspectiva de vida melhor e instala-se nos *mocambos* espalhados pela cidade, sendo novamente expulsos quando essas áreas se valorizam. Sem perspectivas e nem condições financeiras, parte da população se desloca para as áreas de morros e outra parte para a região ribeirinha dos alagados.

O desenvolvimento das atividades industriais e a ampliação do comércio modificam o direcionamento “na construção” da cidade na primeira metade do século XX, atraindo um grande contingente populacional para a capital pernambucana. Segundo Bezerra (1965, p. 39), até 1951 esse movimento migratório para a planície faz crescer a valorização das áreas alagadiças em média 60,6%, o que aumenta o interesse das elites por essa área.

A partir dessa valorização, e com o advento da Política de Planejamento higienista proposta por Saturnino de Brito, o Interventor Agamenon Magalhães implementa em Recife a Política de Erradicação de Mocambos.

Na década de 40, cerca de 20 mil pessoas que habitavam os mocambos foram expulsas, da área de mangue hoje ocupada pelo canal Derby-Tacaruna, pelo interventor Agamenon Magalhães. Grande parte dos que permaneceram na cidade dirigiu-se para os morros zona norte - os morros de Casa Amarela – situados à noroeste da cidade, com 300ha, constitui uma área desprovida de infra-estrutura e em grande parte imprópria a moradia devido ao relevo acentuado e declividade das encostas superior a 30%, que mesmo assim, daí em diante, passaram a ser gradativamente ocupados até se constituírem na maior concentração de população pobre da cidade, com mais de 200.000 pessoas. (SOUSA, s/d, p. 02)

Semelhante a Reforma Passos,⁵⁵ ocorrida no Rio de Janeiro, a Política de erradicação de Mocambos foi autoritária e conservadora. Souza (2003) faz uma análise da Reforma Passos utilizando-a como contra-exemplo do que seria a Reforma Urbana e, que podemos

⁵⁵ Segundo Souza (2003, p.111/12), a Reforma Passos apresentava três objetivos: “um, econômico (adaptar o Rio, então capital da jovem república brasileira, às exigências de uma economia urbana capitalista, deixando para traz a velha cidade colonial, com suas ruas apertadas e sua paisagem arcaica); outro de natureza política, ou sociopolítica (‘limpar’ a área central dos cortiços e casas-de-cômodos, vistos como estando perigosamente próximos dos prédios que abrigavam o poder político formal e sediavam os negócios econômicos, por abrigarem pobres e indivíduos considerados ameaçadores, como capoeiras); e, finalmente, um objetivo ideológico-simbólico (modernizar e, assim, tornar mais digna a capital do Brasil, cuja imagem, tão associada a epidemias e outras mazelas, permitia um constrangedor contraste com as europeizadas rivais platinas, Buenos Aires e Montevideú)”.

direcionar também para a Política de Erradicação de Mocambos. Segundo esse autor, “a meta era *modernizar* a cidade, em função de imperativos econômicos, políticos e ideológicos, não torná-la mais *justa*” (SOUZA, 2003, p. 112).

A “renovação urbanística” ocorrida neste período, junto com o movimento higienista implanta o discurso de limpar e higienizar as cidades do mundo e indica o uso da ideologia como prática para redefinir a cidade através dos usos dos seus diversos espaços. O que nos remete a implosão-explosão da cidade tratada por Lefebvre

(metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites etc.). (LEFEBVRE, 1999, p.26)

No Brasil, como nos demais países periféricos, o movimento higienista é uma iniciativa sintomática, pois a limpeza dita necessária se refere à pobreza, mas não à análise e tratamento de sua causa relacionada ao sistema capitalista, mas sim o reforço da projeção dos fragmentos que trata Lefebvre (1999), o que demonstra a existência de ciclos sempre retomados: assim aconteceu a “erradicação”⁵⁶ dos Mocambos, posteriormente nos cortiços, e atualmente a tentativa incide sobre as favelas.⁵⁷

Apesar da ausência de infra-estrutura necessária, parte dos moradores conhecidos como mocambeiros devido ao tipo de habitação — os mocambos —, passam a ocupar os morros e os alagados ribeirinhos. Com isso, aos poucos os agentes econômicos iniciam nova especulação diante do movimento de ocupação, em um primeiro momento na área de morros — em meados de 1950 e 1960 —, e mais recentemente nas poucas áreas de mangue que restam em Recife. No entanto, no que diz respeito à ocupação na zona norte da capital pernambucana essa especulação não se dava no sentido de retirar essa população da área, mas sim cobrá-la para que pudessem ali permanecer.

⁵⁶ Não concordamos com esta expressão embora tenhamos decidido mantê-la com intuito de provocar a reflexão que sempre nos impele o prof. Emérito da UnB Aldo Paviani em suas falas sobre a ocupação do Distrito Federal: “as pessoas não são passíveis de erradicação, erradica-se erva daninha”.

⁵⁷ Notemos que a proporção do fenômeno cresce enquanto as medidas implementadas pelos programas do Estado, apenas ameniza, apazigua, e não resolve.

Segundo Freire⁵⁸ (2005, p. 03), a essa época já somavam no bairro de Casa Amarela em 1960 — um dos maiores da zona norte — população igual 126.234 habitantes.

Sem a implementação de políticas de urbanização para a área, Casa Amarela foi ocupada de maneira *desordenada*, provocando assim sérios problemas de urbanização e infra-estrutura. Nesse contexto, como o estado não cumpre seu papel social de fornecer as condições básicas de sobrevivência; a população pauperizada vai encontrar nos movimentos de bairro uma forma viável para se organizar e reivindicar melhorias de vida junto aos poderes públicos. (FREIRE, 2005, p. 03) [itálico nosso]

A urbanização a qual se refere a autora está restrita a implementação de infra-estrutura para sobrevivência como ela mesmo ressalta. Contudo, acreditamos que a desordem a qual se refere segue uma ordem claramente estabelecida: a de impor normas através da qual seja possível manter o controle por parte do Estado e, assim, garantir as condições para o processo de reprodução do capital. A ocupação da zona norte de Recife, tal como mencionada anteriormente, indica que este ordenamento não é a única possibilidade, visto que em meados da década de 1970 o movimento conhecido como “Terras de Ninguém” foi organizado pela população das áreas de morro. A motivação desse movimento foi a cobrança feita por famílias que se diziam proprietárias das terras — Marinho e Rosa Borges⁵⁹ — por serem herdeiras do Engenho de São Pantaleão de Monteiro.

O Engenho de São Pantaleão de Monteiro era localizado, de acordo com Sousa (s/d), na área onde hoje é o bairro de Casa Amarela. Ao contrário dos demais engenhos centrados na planície, este não foi prontamente parcelado pela dificuldade em instalar infra-estrutura para valorização e especulação de suas terras. Ainda segundo Sousa (*Ibidem*, p. 02), a cobrança imposta àqueles que ocuparam a zona norte numa espécie de “foro” era uma “prática já institucionalizada entre os mocambos da cidade”. Contudo, sem comprovação de que de fato os integrantes das famílias Rosa Borges e Marinho eram proprietários dessas terras explodiu o

⁵⁸ Eliane Oliveira de Lima Freire é prof^a Do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, e faz parte do Núcleo de Pós-Graduação de Estudos do Semi-Árido nesta mesma Universidade. Artigo publicado XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, realizado na Universidade Estadual de Londrina, entre 17 e 22 de julho de 2005. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/Eliane%20Oliveira%20de%20Lima%20Freire.pdf> Acessado em outubro de 2008.

⁵⁹ Informações adquiridas em matéria “A conquista das Terras de Ninguém” publicada no Diário de Pernambuco em Caderno Especial, em 07/02/2009. Disponível em http://www.diariodepernambuco.com.br/2009/02/07/especial5_0.asp Acesso em 25/02/2009.

Movimento Terras de Ninguém, no sentido não apenas de permanecer nas áreas ocupadas, mas de obter a titularidade da propriedade.

Esse movimento conseguiu a maior desapropriação de terras na história do Recife, implementado através da COHAB; cujo decreto nº7.008, de 29 de dezembro de 1980, assinado pelo governador do Estado, Marco Antônio de Oliveira Maciel, desapropriou mais de 20 mil lotes em Casa Amarela compreendendo as áreas de Guabiraba, Brejo, Nova Descoberta, Vasco da Gama, Oiteiro, Alto Santa Isabel, entre outros, todas integrantes da Propriedade Marinho, pertencente à Empresa Imobiliária de Pernambuco S/A. (SOUSA, s/d, p. 03)

Tal mobilização proporcionou maior estímulo para organização popular que, para dar continuidade ao movimento e ampliá-lo de modo a envolver as áreas populares do Recife, contou com o apoio dos Conselhos Eclesiais de Base (CEBs), que cumpriram um papel importante, tendo em vista que o regime ditatorial ainda era vigente e as Associações de Moradores haviam sido esfaceladas em sua maioria. A estrutura da igreja nesse momento serviu para restabelecer a organicidade do Movimento Popular em Recife, que se insere num contexto nacional de reorganização social.

À frente da corrente progressista da igreja, Dom Helder Câmara, Arcebispo da Arquidiocese de Recife e Olinda, tornou-se um ícone na luta popular em Recife por meio da constituição das CEBs. Ele compunha a Comissão de Justiça e Paz (CJP), “com atuação no acompanhamento jurídico a conflitos fundiários, e com a participação de diversas entidades do movimento popular” (MIRANDA; MORAES, 2007, p.417).

Na década de 1980, outros momentos compuseram a luta em Recife. Conquistas⁶⁰ pioneiras do Movimento Popular pela moradia e o acesso a terra urbanizada, a exemplo da implementação das Zonas Especiais de Interesse Social — ZEIS — como instrumento de regulação e controle do uso e ocupação do solo e contra a política habitacional de remoção de favelas, que foi concretizada ainda em 1983 por meio da Lei de Uso e Ocupação do Solo — LUOS — Lei n. 14.511/1983.

⁶⁰ Tratamos como conquista por que consideramos um ganho para os MP, mas temos ciência do nível de concessão por parte do Estado.

Por meio do Decreto 11.670/1980 foram criadas 26 ZEIS, tendo em vista a forte pressão para a remoção da população de baixa renda das áreas em processo de valorização. Foram elaborados, a princípio, através do Programa de Erradicação de Sub-habitação (Promorar) projetos de urbanização para “as favelas do Coque, Coelho e Brasília Teimosa, áreas que, historicamente, sofreram intensas pressões para a remoção de sua população e se tornaram marcos da resistência popular” (MIRANDA; MORAES, 2007, p. 416). Assim, a possibilidade de permanecer no local no qual a população constituiu história, construiu lutas e impôs resistências às ações de remoção da política habitacional implementada até meados da década de 1970, constitui um dos benefícios das ZEIS em Recife, e, portanto, uma conquista. Esse instrumento, posteriormente, teve sua importância reafirmada pelos MP que conseguem sob pressão de suas mobilizações a aprovação da lei nº 10.257/2001 – o Estatuto da Cidade.

Anterior a aprovação do Estatuto da Cidade, ainda em 1987 foi aprovado o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social — PREZEIS —, importante instrumento de planejamento e gestão participativos, embora tenha se tornado subutilizado.

Em nenhuma gestão o Prezeis se constituiu em um instrumento fundamental da política habitacional municipal – o que significa, de algum modo, um descaso por uma conquista dos movimentos populares, pela legislação e pelo sistema instituído de planejamento e de intervenção em favelas. Uma das dificuldades para que o Prezeis se torne prioridade governamental está na sua origem como projeto formulado pela sociedade civil, não podendo ser claramente identificado como projeto de uma gestão ou de um administrador – mesmo considerando que sua institucionalização tenha se dado na gestão de Jarbas Vasconcelos (1985-1988). (MIRANDA; MORAES, 2007, p. 420/21)

Não por acaso, o fórum do PREZEIS passa a ser esvaziado ao longo do tempo e a prioridade política de um direcionamento popular aos poucos é ignorada no contexto de uma cidade que, como as demais grandes cidades, é cada vez mais regida pelos interesses do capital global e dominação política e não pelos interesses da população local, por interesses econômicos e não por encaminhamentos de fato políticos.

Na luta pela sobrevivência básica de grande parte da população a institucionalização dos movimentos foi uma estratégia de ação necessária na década de 1980 como nos aponta a luta pelas ZEIS, a constituição do PREZEIS e mesmo dos movimentos de bairros como os

Conselhos de Moradores, os Clubes de Mães, entre outros. A legitimidade advinda desse processo de institucionalização e das ações mobilizadas a partir dela foi não somente reconhecida como também incentivada neste período. A luta desses grupos neste período foi fortemente marcada no sentido de instituir condições dignas de moradia, de infra-estrutura, emprego, entre as condições básicas para o desenvolvimento da vida: a centralidade da ação está voltada aos bens materiais de consumo coletivo e individuais em meio a um cotidiano engessado, em certa medida, por estas necessidades do imediato.

O que não impediu a expansão do movimento e das mobilizações dos grupos da zona norte de Recife para grande parte da cidade, de modo a reivindicar com força acesso aos bens de consumo coletivo, tais como água encanada, coleta de esgoto e saneamento básico, coleta de lixo, transporte público coletivo, entre outros.⁶¹ Na medida em que se realiza o acesso a parte destes bens, ainda que de forma limitada, observamos as práticas e propostas populares sendo absorvidas pelo discurso democrático do Estado, ao mesmo tempo em que uma espécie de silêncio toma conta das bases comunitárias tão ativas em Recife ao longo da sua história, assim como acontece em todo Brasil.

Dessa forma, o que tem significado de conquista para o MP é tratado pelo Estado como uma concessão de direitos sociais dentro de um marco regulatório neoliberal, sendo este mesmo Estado o responsável pelo esvaziamento dos espaços conquistados/consentidos, seja pela ausência de estímulo de participação, seja pelas limitações impostas para efetivação desta participação. Nesse sentido, podemos resgatar a discussão já iniciada quanto ao que Damiani (1986, p. 29) chama de “democracia consentida” após os 20 anos de Regime Militar e foi seguida do neoliberalismo dos governos da década de 1980 e 1990. Segundo esta autora

[...] garantiram a reprodução dos termos da capitalização no país: o capitalismo rentista, na concepção de José de Souza Martins⁶² (1989). Isto é (e relendo, à luz da cidade, sua análise): preserva-se e se atualiza o pacto com os latifundiários; as grandes empresas lucram, também, com empreendimentos rentistas, envolvendo a abertura de fazendas e o

⁶¹ Trabalharíamos com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD – 1988 no sentido de elucidar de forma quantitativa o nível desses acessos na década de 1980. No entanto, o banco de dados dessa pesquisa apenas está disponível para Unidades de Federação, o que consideramos não nos auxiliar de maneira significativa.

⁶² MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite (emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo)*. São Paulo, HUCITEC, 1989.

“moderno” trabalho escravo; nas cidades os negócios envolvem a capitalização da propriedade da terra, negócios cujos rendimentos são elásticos e amplos; e os níveis de emprego não chegam a ser animadores. (*Ibidem*, p. 29)

Isto nos remete, em certa medida, à representação ideológica do “caos” da “desordem” em que é moldada e reproduzida a cidade, e através do qual muitos planejadores tentam justificar suas ações, mas que assumem um ordenamento específico como nos mostra Damiani. O “caos da desordem” traduz uma prática ideológica imbuída de intencionalidades para a qual devemos estar atentos, e nos leva a resgatar o questionamento posto por Boschi (1987) no que se refere ao processo de redemocratização da década de 1980.

O crescimento dito “desordenado” em Recife, não apenas em termos de população que em 2007 é estimada em 1.533.588 habitantes,⁶³ mas ainda no contexto de relações sócio-econômicas faz com que a capital pernambucana passe a ser considerada uma metrópole regional no contexto nacional. Isto nos leva a analisar que a “opção”⁶⁴ por morar literalmente na lama, seja dos morros, seja dos alagados, em meio às circunstâncias do crescimento econômico, não se traduz, nesse contexto, em uma escolha de fato tendo em vista que ainda assim a segregação socioespacial é intensificada sem a construção de estruturas dignas de **sobrevivência**. Não por acaso, o enunciado do nosso subtítulo se refere a uma música de um artista popular da cena pernambucana que revolucionou não só a música, com o movimento *mangue beat*,⁶⁵ mas a própria leitura do que é ser do mangue, o que é ser da periferia.

As contradições da contemporaneidade centradas na construção do indivíduo do consumo, portanto, absorvem um elemento central para sua materialização: o espaço, e por meio dele institui fragmentações precisas no cotidiano também absorvido pela rotina que marca a dominação. Somado a isso, a própria institucionalização dos movimentos, antes uma

⁶³ Dados do IBGE. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acessado em 21 de março de 2009.

⁶⁴ Sem dúvida acreditamos que não existe opção nesta circunstância. Contudo, na falta de uma palavra que caiba no leque das possibilidades dessa parcela da população decidimos mantê-la.

⁶⁵ O movimento *mangue beat* é a união entre o folclore e o pop, o tradicional e o moderno, o local e o global; em suas letras são discutidas “a temática regional misturada com a tecnologia, e a introdução nas harmonias de componentes eletrônicos, mesclados com instrumentos tradicionais” (MARKMAN, 2007, p. 142). A transformação na cena musical pernambucana traz também uma atitude política diferenciada e que consegue se aproximar das parcelas mais variadas da população causando um sentimento de identidade e reconhecimento na cidade cantada por Chico Science e Nação Zumbi que este ano completa 15 anos de existência, apesar da morte de Chico Science em 1996.

estratégia de fortalecimento e organicidade, passa a restringir a sua autonomia diante da forte pressão e cooptação empreendida pelo Estado.

A lógica imposta de fora para dentro por meio de ações, que Santos (2004) denomina de *ações verticais*, define, muitas vezes de maneira velada, o modo como a cidade vai sendo reproduzida. As relações sociais, nesse quadro, desenvolvem-se sob novas condições de existência que se realizam de forma desigual a partir de uma

rotina organizada (no tempo e no espaço) da vida cotidiana que transforma radicalmente a sociabilidade, empobrecendo-a à medida que as relações entre as pessoas são substituídas por relações profissionais ou institucionais. Por sua vez, o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica – que requer a construção de novos espaços – que vai redefinindo as relações dos habitantes com o lugar no lugar, redefinindo a prática socioespacial (CARLOS, 2001a, p. 14). [negrito nosso]

Em meio a esta construção que não busca definir conceitos, mas sim entendê-los de modo a interpretar, ou melhor, ler a realidade da cidade e a sua complexidade, nos intriga ver que nesse processo os MP demarcam espaço, territorializam-se por meio de suas demandas como expõe Rodrigues (1991), no entanto, não avançam no sentido de reverter os conteúdos da urbanização tal como esta se concretiza na cidade: de forma incisiva e cada vez mais fragmentária e excludente.

Neste momento, ao mesmo tempo em que construímos nosso argumento de diferenciação entre os MP da década de 1980 e os grupos comunitários que tomaremos como objeto-sujeito de estudo, intencionamos acentuar a relação entre estes grupos e o espaço **da** cidade. Isto porque o processo de urbanização na contemporaneidade traz consigo signos e conteúdos que constroem este espaço por meio de sua própria negação ao tentar ignorar os conflitos e tensões sociais que concretizam, criando simulacros que negam não somente a cidade, mas o urbano enquanto possibilidade de realização do humano, embora não sem resistências, sem tentativas de subversões.

Na construção dessa negação, as ações e propostas dos MP são tratadas como concessão dos direitos sociais dados pelos agentes hegemônicos, entre estes o Estado. E nessa perspectiva, a esfera econômica e até mesmo a esfera política torna-se de difícil acesso para aqueles considerados “pobres na cidade” (SANTOS, 2004), ainda que a luta por concretizar o

direito à Cidade e pôr em prática as reivindicações da sociedade organizada sejam mantidas pelos MP existentes como é o caso da frente pela Reforma Urbana,⁶⁶ um dos maiores movimentos nacionais que e marca contundentemente a problemática urbana que está posta.⁶⁷

Problemática esta traduzida, dentre outras formas, pela leitura da cidade através das letras das músicas de Chico Science que desperta, em certa medida, no imaginário popular as contradições que se materializam na cidade,⁶⁸ mas que não necessariamente são pertencentes a ela.⁶⁹ Ou seja, traduz o que arriscaríamos chamar de ensaios sobre a cidade a partir da vivência, do espaço vivido, as possibilidades em meio ao “caos” manifestas através da música.⁷⁰

Vemos, então, que a cidade posta como um bolo a ser fatiado pelas classes dominantes, e do qual elas sempre ficam com as melhores fatias,⁷¹ leva sim, parte da população “*Do caos à lama*” por meio da implosão-explosão da Cidade (LEFEBVRE, 1999). No entanto, já que partimos do pressuposto de que o espaço também condiciona a formação social do sujeito, acreditamos que a partir da relação com o lugar a população parte da *lama à luta pelo direito à Cidade*. A produção e reprodução do espaço urbano, portanto, perpassa de forma direta pela compreensão das relações sociais que condicionam o espaço, mas que são, e insistimos com apoio de Santos (2004), também por ele condicionadas. E a cidade que em determinado momento passa a provocar o sentimento de estranhamento, traz à tona, concomitantemente, o reconhecimento, a identidade, a tradição em meio à contemporaneidade.

⁶⁶ A Reforma Urbana estava prevista como uma das reformas de base do Governo João Goulart (1961-1964). Um marco deste período foi o Seminário Reforma Urbana, realizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil em 1963 (BUONFIGLIO, 2007).

⁶⁷ A atuação do Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FRNU), criado em 1987, obteve conquistas significativas para o fortalecimento dos grandes movimentos sociais nacionais que lutam pela *cidade como direito* (RODRIGUES, 2007), com destaque para as mobilizações em torno da moradia representadas, entre outros, pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

⁶⁸ À exemplo disso a música “*A Cidade*”: “*a cidade não pára, a cidade só cresce; o de cima sobe e o de baixo desce[...] E no meio da esperteza internacional, a cidade até que não está tão mal; e a situação sempre mais ou menos, sempre uns com mais e outros com menos*”. Fragmento extraído do álbum “*Da Lama aos Caos*”, lançado em 1994.

⁶⁹ Referindo-se a crise na cidade, Damiani (2001, p. 118) faz um movimento semelhante ao afirmar que “A crise da cidade se revela de forma fragmentária, espetacular e violenta. Denuncia a aparência ‘especializada’ de crises sociais, mais própria e essencialmente, *crises na cidade e não da cidade*”. [itálico nosso]

⁷⁰ Chico Science e Nação Zumbi cantam ainda “*Posso sair daqui pra me organizar, posso sair daqui pra desorganizar*”; música – “*Da Lama ao Caos*”. Música do Álbum de mesmo nome, lançado em 1994.

⁷¹ De acordo com Santos (2001, p. 79) ao discutir a importância que toma a localização no mundo globalizado diz: “os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”.

1.2 O Movimento de Resistência: a criação do lugar e o lugar da criação

A relação com a *lama* do lugar, seja das áreas de alagados ou de morro, assume para maioria dos seus “novos” habitantes um sentido de identidade, ao contrário da visão pejorativa que as classes dominantes têm das áreas periféricas. Mais uma vez, buscamos em Josué de Castro (2007) aporte para identificar essa relação do homem com o meio ao longo do processo de transformações da cidade no fim da primeira metade do século XX. Assim, a resistência do mangue e das espécies que nele e dele sobrevivem é uma referência que aos poucos fortalece um sentido de identidade não apenas aos caranguejos, mas em parte destes habitantes que, de acordo com Castro (*Ibdem*), tornam-se um híbrido: o homem-caranguejo.⁷² Embora para outros esta relação seja perdida, ou para não sermos normativos nesse sentido, seja adormecida ao longo do tempo.

No que tange às resistências, não podemos ignorar que todas as formas de organização social que identificamos ao longo de nossa pesquisa referem-se a resistências diversas, sejam às possibilidades de transformações em meio às ações dos MP de caráter reivindicativo da década de 1980, sejam às dos MS de cunho conservador caracterizados em geral pelas elites decadentes da classe média.⁷³

No entanto, a preocupação que apresentamos inicialmente em distinguir as diversas correntes dos MS e, entre eles, os MP nos conduz ao intento de compreendermos uma resistência específica, e apenas por isso trazemos a denominação “Novos Movimentos de Resistência”, sem o intuito de criarmos apenas mais uma denominação, mas sim delimitarmos as diferenças entre estes e os MP da década de 1980, como apontamos nas seções anteriores. Dessa forma, ao analisarmos o contexto no qual o estranhamento na cidade se concretiza com maior intensidade diante de um cotidiano cindido social e politicamente, as ações dos MP — enquanto possibilidade de mudanças — concretiza-se de forma parcial em um primeiro momento. Em um momento posterior estes mesmo MP parecem sucumbir, em certa medida, à

⁷² Vide o trecho desta obra de Castro (2007) no qual ele descreve o ciclo do caranguejo. Possível ainda de ser ouvida em narração de vídeo disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=0vY8EZAloiM>> Acessado em 23/04/2009.

⁷³ Vale a pena ressaltar que a parte dessas organizações sociais uma parcela da população se encontra dispersa e sem qualquer envolvimento com estas ações, alheias, a parte, e, dessa forma, trazem à tona, mesmo que indiretamente, os antagonismo e contradições inerentes ao processo de construção coletiva, bem como suas limitações atuais.

estagnação diante das “conquistas consentidas”, bem como espaços de diálogos “abertos” pela nova democracia.

Ao analisarmos este movimento, ou talvez seja melhor dizer a falta dele, consideramos que a institucionalização dos movimentos de base, em meados da década de 1990 em diante, ao invés de fortalecer passa a facilitar a captura daqueles que atuam em suas comunidades.⁷⁴ Essa é uma questão fortemente pontuada pelos jovens entrevistados que têm como referência a luta das gerações que os antecederam, em geral familiares e/ou pessoas próximas. Observamos, então, que estas referências são passadas de uma geração a outra de forma direta ou indireta, e a experiência vivenciada ou conhecida da década de 1990 faz com que estes jovens ao se organizarem em grupos comunitários, estejam atentos à construção de possíveis capturas de suas ações, o que nos leva a considerar que haja sempre o resíduo das resistências.

Acontece que nesse momento a dominação na cidade passa a ser exercida de forma sutil, velada. A urbanização e seus novos conteúdos adentram o cotidiano e a subjetividade da sociedade e as redes técnicas e informacionais se tornam alguns dos principais instrumentos do exercício desta dominação que incide de cima para baixo nos espaços considerados opacos da cidade (SANTOS, 2004). É dessa maneira que vão sendo construídas as condições para a tentativa de eliminar os movimentos de resistências e homogeneizá-los num movimento *contra a rua*⁷⁵ e a favor do capital. No entanto, esses espaços denominados como opacos no contexto da racionalidade hegemônica são “espaços do aproximativo e da criatividade” (SANTOS, 2004, p. 326), por meio do qual são desenvolvidas novas estratégias de sobrevivência na luta não somente por **sobreviver**, mas principalmente por *viver* de maneira plena, como nos recorda certa canção: “*a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte; a gente não quer só comida a gente quer saída para qualquer parte.*”⁷⁶

⁷⁴ Esta captura pode acontecer por meio de editais municipais e governamentais ou mesmo projetos específicos que tragam para a gestão as principais lideranças dos movimentos, além da intervenção das ONG’s e mesmo dos partidos políticos diretamente.

⁷⁵ Sobre a confrontação entre argumentos contra e a favor da rua vide Lefebvre (1999), capítulo 1. No argumento tecido contra a rua questiona-se o espaço de encontro reduzindo-o apenas ao espaço de povoamento de coisas e pessoas, enquanto substrato, não sendo a rua espaço no qual se permite a constituição de grupos e sujeitos diversos.

⁷⁶ Composição de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito, a letra intitulada “Comida” e interpretada pelo grupo Titãs retrata uma reivindicação que vai além da questão material e objetiva, uma crítica a minimização das necessidades das pessoas que querem mais do que comida e trabalho, elementos importantes, mas que reduzem a vida e o direito à Cidade, à urbanidade. Fragmento extraído de <<http://letras.terra.com.br/titas/91453/>> em 25/04/09.

De acordo com Borja,

Todo movimiento social requiere um mínimo de conciencia y de organización. La toma Del carácter inaceptable de uma situación y de La posibilidad de modificarla u oponerse a Ella se realiza a través de um proceso que exige mayor o menor grado de organización. (BORJA, 1975, p. 15)

Nesse sentido, e diante das especificidades para as quais a discussão caminha, buscaremos da escala da cidade ao cotidiano justificar o nosso objeto-sujeito de pesquisa e seus diferentes graus de organização.

A Rede de Resistência Solidária (RRS) foge ao nível de análise institucional tecida até o momento e, por isso, buscamos por meio da escala — para além do recorte de tamanho ou extensão⁷⁷ de determinado fenômeno como convencionado na cartografia — as relações que as envolve, pois, como expõe Lacoste (1989, p. 74) “um fenômeno só pode ser representado numa determinada escala; em outras escalas ele não é representável ou seu significado é modificado.”

A idéia da Rede de Resistência Solidária (RRS) surge em 2005 e a sua organização inicial foi pensada pelos integrantes do grupo Êxito D’Rua,⁷⁸ jovens grafiteiros (as) que trabalham também com mídia alternativa. Segundo Galo de Souza,⁷⁹ um dos principais idealizadores também do Mutirão de Graffiti, “a RRS é a comunidade.” Segundo ele não há um grupo que administre ou esteja à frente da RRS. A idéia é construir uma rede de relações comunitárias e solidárias por meio da qual os grupos que já desenvolvem ações e discussões em sua comunidade possam trocar experiências e compartilhar vivências.

Em geral, os grupos de jovens envolvidos com as ações comunitárias — os chamados coletivos urbanos — já estão em alguma medida organizados na comunidade e passam a incorporar a RRS participando dos mutirões de graffiti, inserindo-se no circuito de produções

⁷⁷ Acerca dessa relação de escala além de recorte de tamanho e extensão do espaço físico ver artigo de Iná Elias de Castro. CASTRO, I. E. de. *O problema da escala*. In: CASTRO, I.E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. – 10ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

⁷⁸ Curiosamente, este é um coletivo urbano desterritorializado, pois cada um dos seus integrantes é de lugares diversos da cidade

⁷⁹ Conversa informal ocorrida no campo exploratório (etapa I) em 2008.

coletivas ou mesmo nas trocas cotidianas com as demais comunidades com o intuito de ampliar esta rede de trocas e vivências. Há também grupos que se organizam a partir das ações da RRS e ao longo do tempo vão se consolidando, ampliando e fortalecendo as ações comunitárias através do cotidiano, de modo a constituir relações sociais mais amplas, abrangentes e humanas na construção da luta pelo direito à Cidade. Contudo, ficam os questionamentos⁸⁰ sobre: (1) O que é central nesta luta para os grupos que compõem a RRS? (2) Quem são esses “novos” sujeitos? (3) Qual o nível de organicidade desse movimento que indica uma das formas de resistência contemporânea?

Assim, é necessário ampliar, ao longo de nosso trabalho, o entendimento da categoria de análise espacial escolhida para esta pesquisa: *o cotidiano*. Optamos pelo cotidiano para refletirmos o fenômeno da resistência e a mudança de demandas e estratégias de grupos diversificados na luta pelo direito à Cidade, pois

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação. (SANTOS, 2004, p. 321)

No contexto de dominação e resistência, os cooperantes da Rede de Resistência Solidária ao invés de mobilizar a “comunidade” — expressão usual no senso comum — para o enfrentamento com o Poder Público e demais instituições diante de suas carências materiais e imateriais, propõem que a comunidade se volte, inicialmente, para ela própria, de modo a “questionar para descobrir... Descobrir para AGIR...”⁸¹ Em princípio, o trabalho é **com** a comunidade e não **para** a comunidade, e o cotidiano nesse contexto pode desvelar o sentido dessas práticas e suas intencionalidades, bem como suas limitações.

O objetivo? Tornarem-se arquitetos dos seus próprios destinos, como propõe Harvey (2004), apontando para direcionamentos que construam um diálogo fortalecedor das relações

⁸⁰ Vale salientar que não intencionamos criar definições em nossa pesquisa, pois como bem situa Rodrigues (1991, p.27) “definições não dão conta da complexidade dessa forma de manifestação”. Assim, não temos a pretensão de enquadrar determinado fenômeno em conceitos que não dão conta de explicar a sua realidade.

⁸¹ Fragmento de texto retirado do vídeo sobre a Rede de Resistência Solidária disponibilizado na internet. Disponível em < <http://www.youtube.com/watch?v=WvFX-mmva3g> >. Acessado em agosto de 2008.

do espaço vivido, pois ainda segundo Harvey (2004, p. 208) “[...] com frequência é na escala geográfica da vida em pequena escala da cidade que se situam os ideais das organizações sociais utópicas”.

“A proposta é que a comunidade crie e produza o que ela necessita pra sobrevivência [...] que vá trazer, gerar o movimento dentro da própria comunidade [...]”⁸² A organização da RRS, portanto, se fundamenta na auto-gestão e na autonomia, ainda que ao longo da sua conformação encontre dificuldades, como veremos adiante. Nesse contexto, a fala que inicia este parágrafo — do cooperante Serjão — remete-nos, em certa medida, à idéia da revolução pelo cotidiano da década de 1980, mas, neste momento histórico de forma menos explosiva diante do processo de degradação das cidades e do modo de vida urbano que os impele a enfrentamentos distintos, mas ainda por uma realidade urbana transformada.

Os *coletivos urbanos* cooperantes da RRS tornam explícito o desejo de que as possibilidades de conscientização social que parte de suas próprias bases comunitárias e são para elas direcionadas, *a priori*, sejam ampliadas. Ao longo dessa construção há o embate claro entre ampliar a conscientização possível, por meio das estratégias de ação da RRS, com base em relações sociais que intentam ser mais humanizadas e justas social, econômica e espacialmente, e as limitações impostas, em certa medida, por uma sociedade em que, segundo Martins,⁸³ “o econômico predomina, em que a reprodução da riqueza abstrata é tomada como fim em si, os termos de troca, as relações de propriedade que lhes são inerentes expandem-se, submetendo-se crescentemente em seu favor o que era passível de *apropriação* pelo *uso*”.

As “novas exigências” sociais representam novas formas para um conteúdo de exploração e degradação do humano que não se altera,⁸⁴ apenas se intensifica, e nesse sentido não poderíamos considerar que este seja um contexto tão novo assim, apesar de seu aprofundamento e complexidade atuais. Hoje Recife apresenta mais de 10% de domicílios

⁸² Fala de Serjão, cooperante da RRS retirada do vídeo sobre a Rede de Resistência Solidária disponibilizado na internet. Disponível em < <http://www.youtube.com/watch?v=WvFX-mmva3g> >. Acessado em agosto de 2008.

⁸³ Trata-se do Prefácio à edição brasileira do livro *Espaço e Política*, de Henri Lefebvre, escrito pelo geógrafo Sérgio Martins, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e organização da tradução dessa obra; fragmento retirado da pág. 10.

⁸⁴ “[...] os mecanismos de repressão são constantemente renovados pelos setores da sociedade que retém o poder e não estão dispostos a entregá-lo de bom grado, o que significa que as formas de resistências também precisam ser repensadas a fim de fazer frente às novas exigências”. (RAJAGOPALAN, 2002, p. 207)

sem acesso a água encanada pela rede geral de abastecimento.⁸⁵ O desemprego aberto⁸⁶ chegou a 10,7% em janeiro de 2000.⁸⁷ Esses dados nos levam a considerar as limitações materiais ainda existentes. Nesse momento, porém, outras questões são colocadas frente às possibilidades de se pensar as resistências para além da sobrevivência, pela R-Existência (GONÇALVES, 2002), ampliadas diante do agravo não mais tão velado das condições de vida da população na periferia.

Também é possível perceber que a ação por meio da técnica nas esferas econômica e política na cidade são estruturadas de forma de difícil acesso e participação popular o que nos leva a pensar por quais meios há possibilidade em estabelecer uma atividade que proporcione coesão nas articulações dos coletivos urbanos e coerência à suas ações. Santos (2004) nos aponta uma pista ao constatar que, embora diante das redes técnicas e informacionais os “pobres” sejam passivos como todas as outras pessoas, isto é, ainda que a sua possibilidade de impacto diante do sistema econômico seja inicialmente mínima, “é na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos.”

Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também de carência de consumo político, carência de participação e de cidadania. [...] O consumo imaginado, mas não atendido – essa “carência fundamental” no dizer de Sartre –, produz um desconforto criador. O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência. (SANTOS, 2004, p. 326)

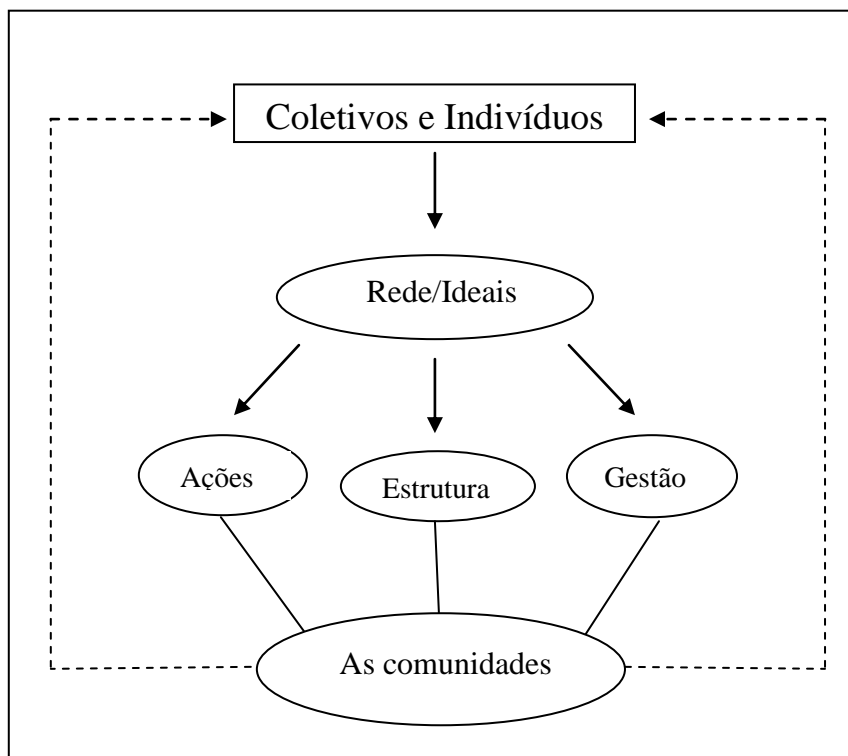
E é nessa esfera que a RRS estrutura suas ações estratégicas e aponta para uma proposta de metodologia por meio da qual as comunidades se tornem mais ativas e com objetivo de orientar a organização dos coletivos cooperantes, como observamos na Figura 1.

⁸⁵ Segundo dados do Censo 2000 do IBGE. Tabela – anexo 6.

⁸⁶ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE – o desemprego aberto, ou taxa de desocupação, refere-se a “percentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas. Informação disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>> Acessado em 13 de setembro de 2009.

⁸⁷ Dado da DIEESE – Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana do Recife (PED/RMR). “A População Economicamente Ativa (PEA) foi estimada em 1.452 mil pessoas, enquanto que o contingente de desempregados, para o mês de fevereiro, foi estimado em 302 mil indivíduos”. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/dados022000.xml>> Acessado em 25 de julho de 2009.

Figura 1 – Metodologia de organização e estrutura da RRS



Fonte: Organização: Rede de Resistência Solidária. s/d
*Material completo no anexo 7.

Tendo as comunidades como base os chamados coletivos urbanos e os indivíduos⁸⁸ formam uma rede com princípios de solidariedade e autonomia comunitária. Por meio dessa rede, neste caso a Rede de Resistência Solidária, as ações prioritárias são pensadas e discutidas no sentido de atingirem o objetivo de fortalecer o diálogo comunitário envolvendo a própria comunidade no processo de mudança. “A Rede é autossustentada pelas ações dos próprios coletivos cooperantes. Grupos e indivíduos produzem material de qualidade como música, roupas, alimentos e pinturas.”⁸⁹

Quanto à estrutura há uma socialização do trabalho e equipamentos necessários à produção dos materiais. Os grupos que tem ilhas de edição cedem espaço àqueles grupos que têm filmagens para editar e não possuem equipamentos, por exemplo, assim como

⁸⁸ No caso dos (as) universitários (as), pesquisadores (as), ou mesmo indivíduos que moram em uma comunidade e não compõe nenhum grupo [ainda].

⁸⁹ Material produzido pela RRS. Ver anexo 7.

compartilham o conhecimento dessa técnica estabelecendo trocas não só de produtos materiais, como também de conhecimento. Em alguns momentos a prática dessa socialização pode ser dificultada pela própria estrutura urbana da cidade, pois muitos grupos têm dificuldade de deslocamento devido as distâncias, mas também e principalmente pela falta de condições financeiras, obrigando em alguns momentos a realização de cotas no grupo, sendo escolhidos integrantes como “ponte” dessa troca inicial.

Quanto à gestão, “os cooperantes são protagonistas das idéias e das ações da Rede.”⁹⁰ Com isso, pretendem por meio do diálogo apontar ações que possibilitem o crescimento da comunidade, seja econômico, político e/ou cultural, com intuito de que assim todos desenvolvam um senso crítico, possam dialogar e decidir uma forma de organização horizontal. A centralidade desta estrutura proposta esta na possibilidade de que as populações da periferia, enquanto comunidade, libertem-se da “passividade nutrida pelo consumo”⁹¹

A leitura da Figura 1 nos aponta para o retorno às bases por meio da consolidação e fortalecimento do lugar, espaço único para os indivíduos cuja identidade assumida torna-se ímpar⁹² (SANTOS, 2004). *A criação do lugar* no sentido da construção da relação ativa entre o espaço e as relações sociais, proporciona *o lugar de criação*, assim o contrário também se faz verdadeiro, ainda que a incidência de ações verticais continue a incidir sob este espaço de modo a tentar quebrar essas relações e homogeneizá-las. No entanto, o lugar se faz forte a partir da valorização dos seus moradores e as ações dos movimentos de resistência buscam nessa relação à mediação para apropriação do seu cotidiano, ainda que muitas vezes não estejam pautados pela consciência da construção teórica sobre essa discussão.

Sujeitos de uma “nova consciência”? “Novas” resistências? Tendo sido os diversos conceitos de MS e MP pensados em um momento de efervescência de mobilização e reivindicações em fins da década de 1970 e década de 1980 no Brasil e na América Latina, encontramos neste momento histórico, primeiro decênio do século XXI, novos elementos, fato que nos conduz a absorver os conceitos preexistentes e ampliarmos a análise a partir de uma realidade que se diferencia do que foi há 30 anos. Pois os novos elementos sociais,

⁹⁰ Material produzido pela RRS. Ver anexo 7.

⁹¹ Sérgio Martins. Prefácio à edição brasileira de *Espaço e Política*, de Henri Lefebvre, 2008. p. 11.

⁹² Em relação ao conceito de *lugar*, Z. Milinar (*apud* SANTOS, 2004, p.314) nos diz que, “os lugares podem ser vistos como intermédio entre o Mundo e o Indivíduo para quem a lógica do desenvolvimento dos sistemas sociais se manifesta pela unidade das tendências opostas à individualidade e à globalidade”.

históricos e espaciais que direcionam as estratégias da RRS apontam, em verdade, para os sujeitos sociopolíticos da urbanização contemporânea, na qual, segundo Damiani (2002, p. 161) “a reprodução social atinge inteiramente a reprodução da vida”, sendo assim necessário incorporar o cotidiano como “um nível de análise do real”, assim como fazer a crítica à vida cotidiana que, ainda segundo esta autora (*Ibidem*), “põe acento na reprodução das relações sociais”.

2. AS ESTRATÉGIAS DA REDE DE RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA: CONTINUIDADES OU RUPTURAS?



Mosaico de fotos. Fotos: Ananda Martins; Alcides Martins Jr.; Rede de Resistência Solidária

A forma de organização proposta pela RRS, mostrada na figura 1, coloca-nos diante de um desafio que se traduz para os próprios grupos cooperantes da RRS: absorver e colocar em prática a necessidade ainda latente da formação de novos sujeitos coletivos na luta pelo direito à Cidade, enquanto realidade urbana transformada, renovada. O desafio de pensar novas estratégias que dêem conta de ir além da sobrevivência. E é justamente esse desafio que nos leva a discutir nesse momento as *estratégias* pensadas e desenvolvidas pelos coletivos urbanos que compõem a RRS, bem como as relações que os motivam, e os limitam.

As ações desenvolvidas pela população da periferia metropolitana têm em geral repercussão apenas no raio da sua própria comunidade, ou, quando muito, são veiculadas pelos detentores da mídia monopolizada, intencionalmente, como algo pejorativo e com distorções frequentes. Segundo Robinho, morador do Alto José do Pinho e cooperante da RRS através da banda “Os Maletas” e também pela rádio comunitária Alto Falante: “existe muita luta e pouco apoio,”⁹³ tanto no que se refere ao Estado, como no que tange, muitas vezes, à própria comunidade, aparentemente anestesiada em meio ao turbilhão do culto ao consumo e ao individualismo exacerbado, “cristalizando” as possibilidades de humanização das relações sociais.

Isso indica o processo de explosão-implosão tratado por Lefebvre (1999), no qual antigas formas urbanas são explodidas enquanto o sentido da Cidade é, em certa medida, implodido, desvirtuado. Há uma tentativa de unificar o espaço nos circuitos do capital para a sua valorização, o que resulta em limitações impostas ao desenvolvimento criativo da vida cotidiana, e mesmo de certas ações rotineiras da população como acontece com a dificuldade de mobilidade intraurbana.

No sentido de reverter esta conjuntura, percebemos que na América Latina muitos grupos com base na discussão comunitária e de solidariedade têm desenvolvido ações a partir e por meio da periferia metropolitana, cujas estratégias estão centradas no resgate do sujeito por meio da reconstituição da cultura, da tradição, da identidade e das diferenças, como é o caso do grupo peruano que desenvolve o “Programa Democracia y Transformación Global.”⁹⁴

⁹³ Entrevista realizada em 21/02/2009, no Alto José do Pinho.

⁹⁴ Informações sobre o programa disponível em <<http://www.democraciaglobal.org/>> Acessado em 02 de julho de 2009. Grupo indicado por Elaine Bonfim, integrante do Êxito D’Rua e cooperante da RRS, que esteve em viagem pela América Latina por mais de 1 ano entre 2007 e 2008 trabalhando com grupos diversos.

Os movimentos de resistência armada da América Latina, embora mantenham seu espaço na ideologia que defendem, compartilham o território de luta com movimentos que se armam de tintas e cores; que afiam a língua e desenvolvem uma linguagem própria no embate com o monopólio da mídia internacional, da massificação da cultura, e da tentativa de homogeneização da tradição considerada ultrapassada, a fim de criar consensos e padrões gerais.

O retorno à base comunitária na década de 1980 no Brasil se deu por meio de instituições constituídas por moradores da própria comunidade — como os Conselhos de Moradores, clube de mães — e a legitimidade das estratégias utilizadas pelos MP nesse momento não se perde de todo. Porém, novos elementos quanto às possibilidades e necessidades de ampliar a relação com a base comunitária mostram-se urgentes para a sobrevivência das próprias resistências e nos conduzem a analisar de que maneiras as estratégias de ação dos grupos cooperantes da RRS apontam para a possibilidade de um movimento emancipatório na luta pelo direito à Cidade.

Assim, consideramos três estratégias de ação na Rede de Resistência Solidária: (1) A organização em redes socioespaciais; (2) a partir da organização em rede, a construção de *eixos estratégicos de ação*; (3) por fim, a não institucionalização dos grupos comunitários. A articulação em *rede*⁹⁵ é a estratégia principal da organização dos grupos cooperantes da RRS. Por meio dela se idealiza a ampliação e fortalecimento dos grupos comunitários em suas bases em Recife. Castells (1999), em “*A sociedade em Rede*”, traz ao debate o impacto das mudanças tecnológicas na conformação da sociedade hoje e a relação do *Ser* nesse processo. De acordo com esse autor (1999, p. 38) “As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade”. Castells parte do entendimento de redes globais relacionadas à tecnologia. Contudo, como bem nos lembra Dias (2007) não são as redes e as técnicas que as envolvem as produtoras das relações sociais, mas sim estas relações que constituem redes “como forma efetiva de organização espacial” (DIAS, 2007, p. 23).

⁹⁵ Isto porque em nosso trabalho monográfico ao estudarmos as mobilizações socioespaciais na Ilha de Deus — comunidade situada no bairro do Pina — apontamos com atenção a importância de ampliar as relações e ações desenvolvidas no âmbito do grupo constituído pela Ação Comunitária Caranguejo Uçá, pois, de forma pontual, localizada e isolada suas intervenções não teriam força diante das ações verticais que incidem na cidade.

MARTINS, A. de M. *De Ilha sem Deus a Ilha de Deus: um lugar “esquecido”, mas que se faz lembrar pelas suas mobilizações sócio-espaciais*. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006. Sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Dias (2007) pontua que é importante considerar, por meio da lógica do território, mecanismos endógenos e exógenos.⁹⁶ Sobre essa questão Scherer-Warren expõe o que considera um dilema:

Como combinar as abordagens macro e microsociológicas para o entendimento das relações sociais (primárias ou secundárias, locais ou globalizadas) ou, ainda, a relação entre agência (das ações individuais às ações coletivas) e estrutura (institucionalidade do social), buscando uma perspectiva relacional que considere a integração das partes e do todo [...] (2007, p. 31)

Em seguida a autora indica que “tem que se buscar a historicidade de sua formação [das redes], as dimensões dialógicas entre os coletivos em ação, o sentido das ações e o surgimento de novas inter-subjetividades coletivas nas redes de movimentos” (2007, p. 36). Assim, interessa-nos entender a rede enquanto estratégia de organização para uma ação coletiva com base na dinâmica das relações sociais para além da estrutura dessas relações.

Os estudos realizados na Geografia por autores como Dias (2007), Serpa (2007), além da contribuição de Scherer-Warren (2007) — socióloga com pesquisa na temática nas discussões que envolvem as redes e os MS —, têm contribuído para as nossas pesquisas. Com base em Scherer-Warren,⁹⁷ Serpa (2007, p. 17) apresenta a idéia de rede como um “conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais [e que] diz respeito a uma estratégia de ação coletiva, a uma nova forma de organização e de ação coletiva (como rede).”⁹⁸ Corroborando com a contribuição de Serpa (2007), observamos que, como estratégia para uma ação coletiva a formação da Rede de Resistência Solidária (RRS) visa fortalecer as ações dos grupos atuantes nas/das comunidades (os coletivos urbanos). Constitui-se dessa

⁹⁶ “A lógica territorial também deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos — relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados pelos laços de proximidade espacial — e mecanismos exógenos — que fazem com que um mesmo lugar participe de várias escalas de organização espacial.” (DIAS, 2007, p. 20)

⁹⁷ SCHERER-WARREN, Ilse. *Metodologia das Redes no Estudo das Ações Coletivas e Movimentos Sociais*. In: **Colóquio sobre o Poder Local**, 6., Salvador, 1994. Anais... Salvador: NPGA/UFBA, 1996. p.165-176.

⁹⁸ Nessa perspectiva, com subsídio em Villasante (1996), Serpa ressalta a distinção entre as redes formais e informais, e, dentro disso, as redes globais, locais ou submersas que podem apresentar indicativos no que tange os diferentes modos de comunicação.

VILLASANTE, T.R. *Metodologia dos Conjuntos de Ação*. In: FISCHER, Tânia (org.). **Gestão Contemporânea — Cidades Estratégicas e Organizações Locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996. p. 37-51.

maneira trocas de experiências ao longo desta construção, bem como a formação de relações horizontalizadas por meio das quais a RRS não compõe uma entidade, mas os grupos cooperantes das comunidades são a própria RRS.

Esses grupos trazem, em sua maioria, a herança de luta das comunidades. São jovens que, não satisfeitos com o tratamento enquanto população em risco e/ou vulneráveis diante da ação do tráfico de drogas, da defasagem da educação e do ambiente escolar e das reduzidas possibilidades de ocupar as melhores vagas de emprego, organizam-se com intuito de construir alternativas. Essa construção acontece dia-a-dia e visa resgatar outros adolescentes na comunidade da inércia em que muitos se encontram, cientes de que organizados em rede podem se fortalecer.

Esta conformação nos remete ao que Scherer-Warren (2007, p. 35) vai chamar de “coletivos em rede”, e estes em “conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada [formuladas] através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjunta”. No caso da RRS as ações conjuntas têm em sua base a organização comunitária e a cooperação entre as comunidades de modo a fortalecer as relações sociais na periferia tornado-as centrais. Atualmente, mais de 60 comunidades compõem a RRS, e esta, por sua vez, compõe uma complexa superposição de redes⁹⁹ e relações intra e interurbanas.

A partir da articulação dos coletivos em rede, a segunda estratégia da RRS é a construção de *eixos estratégicos de ação*. São eles direcionados à (1) arte, (2) a cultura e (3) a comunicação. Esses eixos são pré-definidos diante dos trabalhos já realizados pelos coletivos urbanos que utilizam instrumentos de comunicação alternativa, técnicas áudio-visuais, o graffiti, a música contemporânea e a cultura tradicional. Grupos como o Coletivo Gambiarra (Campina do Barreto), o ParticiPilar (Comunidade do Pilar), Flores Crew¹⁰⁰ (San Martin), Mundo Paralelo Crew (Camaragibe), Ação comunitária Caranguejo Uçá (Ilha de Deus), entre os demais coletivos que fazem parte da RRS, acreditam no potencial de transformação dessas ferramentas, como expõe Elaine Bomfim, integrante do Êxito D’Rua e cooperante da RRS, ao citar estes elementos como estruturais no processo de idealização da RRS.

⁹⁹ Entre elas a rede ParticiPilar, da comunidade do Pilar; Rede Coque Vive, da comunidade do Coque; o próprio Núcleo de Documentação de Movimentos Sociais, da Universidade Federal de Pernambuco, coordenado pelo prof. Momesso, da Comunicação Social, entre outras.

¹⁰⁰ Crew é uma denominação utilizada por alguns grupos como *coletivo*.

O potencial transformador desses instrumentos não pode ser negado. Lefebvre (1991), contudo, tece algumas considerações importantes acerca das possibilidades de transformações sociais de forma e conteúdo radicais. Ele aponta para as transformações a partir da apropriação e do sentido criador do urbano, e demonstra como esse sentido foi reduzido, primeiro de forma prática, em seguida por meio de uma construção ideológica que torna a *apropriação* algo desacreditado. Para Lefebvre a cotidianidade programada domina e resulta de uma estratégia global de classes que envolvem três níveis: o *econômico*, o *político* e o *cultural*, e é também nesses níveis, de forma articulada, “que é preciso combater, lançando-se as palavras de ordem de uma revolução cultural com implicações econômicas e políticas” (LEFEBVRE, 1991, p. 208).

Diante da dificuldade imediata e histórica quanto ao diálogo e articulação nas/das comunidades, em meio ao monopólio da mídia massificada, as *ações estratégicas* organizada em eixos centrais podem integrar os lugares com informação e formação e incorporar os níveis de que trata Lefebvre (1991), quebrando as ações de promoção do emburrecimento coletivo. A dinamização das relações de solidariedade nesse contexto permite que as possibilidades do processo de reconhecimento através do trabalho promovam na comunidade a autonomia necessária frente ao consumo de massa e de marcas. Além disso, discute ainda a relação do trabalho e do (a) trabalhador (a), de modo a fazer com que “a comunidade acorde”¹⁰¹ para as ações verticais que objetivam capturar o seu cotidiano.

Segundo Damiani (2002), o cotidiano apresenta diversos níveis de alienação e “[...] envolve outros momentos da vida social, além do trabalho, sob sua lógica, momentos que já não são alheios, ingênuos à reprodução do capitalismo” (DAMIANI, 2002, p.161). No entanto, um espaço-tempo aparentemente trivial, cujas banalidades transfiguram-no como algo insignificante, como provoca Lefebvre (1991), indica a essência dessa trivialidade, pois é onde “[...] eles [os humanos, as pessoas] ganham ou deixam de ganhar a sua vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre. Aqui e agora” (LEFEBVRE, 1991, p. 27).

Lefebvre complementa

¹⁰¹ Fala de Galo Souza, integrante do Êxito D’Rua, em uma das conversas que tivemos no pré-campo em fevereiro de 2008.

O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da *produção* em sentido amplo: a maneira como é *produzida* a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para depreciação. [itálico do autor] (LEFEBVRE, 1991, p.30)

Pensar o cotidiano no contexto das redes socioespaciais pode parecer antagônico, o que motiva, em parte, os questionamentos de Scherer-Warren sobre as diferentes combinações de escalas para análise. Contudo, ainda de acordo com Damiani (2002, p. 161/162), é a categoria de análise do cotidiano que colocará “acento no social, como nível mediador entre o econômico e o político, totalmente atingido por essas outras esferas do real”, já que é nessa escala que a vida acontece. Ainda que articulados em rede é na escala do cotidiano que os coletivos urbanos cooperantes na RRS, ou seja, os coletivos em rede desenvolvem ações a partir dos três eixos centrais e estratégicos (arte, cultura e comunicação) para a resistência: resistência pela construção de fato coletiva da Cidade.

Nessa construção, a terceira estratégica que identificamos na maior parte dos grupos que compõem a RRS é a resistência à institucionalização. Observamos várias discussões na Ação Comunitária Caranguejo Uçá diante da cobrança do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para pleitear projetos no âmbito do Governo do Estado de PE. Contudo, a burocracia que a institucionalização traria ao grupo, na análise deles, facilmente o desmobilizaria. Dessa maneira, uma saída encontrada na Ilha de Deus foi o estabelecimento das parcerias com instituições consolidadas e reconhecidas pela sociedade para que as propostas de projetos sejam feitas por meio delas.

Um dos grandes parceiros do Caranguejo Uçá nesse sentido é o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (CREMEPE), intermediador na captação de projetos para desenvolver as ações nas comunidades. É importante destacar que a Ação Comunitária Caranguejo Uçá é um grupo consolidado e reconhecido pela sua atuação na cidade, mas, essa não é a realidade de todos os grupos comunitários. Embora não haja um padrão para eles, os grupos variam em relação ao nível de organização, quantidade de pessoas envolvidas, estruturação de suas ações, bem como à estrutura que dispõem, ou se dispõem de estrutura, na comunidade.

Elaine Bomfim,¹⁰² integrante do coletivo Êxito D’Rua, observa que em meio a um momento de refluxo na RRS os grupos nas comunidades aumentaram e vêm se fortalecendo ao buscar se enraizar a partir da construção de uma relação de identidade. Isto se dá em níveis de organicidade diferenciados de acordo com a demanda imediata de cada grupo, do apoio da comunidade ao fortalecimento dele e mesmo do lugar. Assim, embora tenhamos identificados três estratégias que consideramos centrais para a organização dos coletivos em rede, no dia-a-dia cada o grupo desenvolve autonomia para ampliar as possibilidades dessas estratégias para o fortalecimento de suas ações, como tem sido a opção de muitos em resgatar raízes históricas, como observamos no trabalho de campo.

Esse resgate e o processo de enraizamento social nos indicam a ampliação da (re)construção da historicidade que pode fortalecer a luta pelo direito à Cidade. Segundo Harvey, em palestra proferida no Fórum Social Mundial realizado em janeiro de 2009, em Belém (PA), é possível ampliar as possibilidades de realização desse direito. Para este autor o direito à Cidade é

[...] o direito de todos nós a criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. O direito à cidade não é o direito de ter – e eu vou usar uma expressão do inglês – as migalhas que caem da mesa dos ricos. **Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam.** O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. [grifo nosso]¹⁰³

Harvey ainda pondera: “quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à Cidade haverá também uma luta contra o capital.”¹⁰⁴ Resgatando Damiani (1993) e Lefebvre (2001) podemos analisar a utopia da cidade, construída de diversas formas e para todos (as), somente

¹⁰² Elaine é graffiteira e participa da articulação de espaços, momentos e ações que, segundo ela mesma, “permitam o diálogo criativo entre grupos e pessoas da Rede, e entre estas mesmas e a cidade (os temas, que a cidade respira; os desafios, as alternativas...)”

¹⁰³ Essa fala foi retirada do discurso de Harvey em palestra proferida na Tenda da Reforma Urbana do Fórum Social Mundial, realizado em Belém – PA, em 29 de janeiro de 2009. Conteúdo na íntegra disponível em <http://www.pt.org.br/portalpt/index.php?option=com_content&task=view&id=74571&Itemid=195> Acessado em fevereiro de 2009.

¹⁰⁴ Idem nota 103.

a partir de uma transformação radical da cidade e principalmente da sociedade e seus encaminhamentos. Assim, cabe-nos questionar mais uma vez, então: em que medida as estratégias apresentadas empreendem o debate e a luta contra o capital e pelo direito à Cidade? Qual a radicalidade nestas ações estratégicas com o objetivo de empreender esta luta?

2.1 A cidade enquanto obra: arte, cultura e comunicação de resistência

A tríade *arte, cultura e comunicação* são os *eixos estratégicos de ação* que direcionam as ações na Rede de Resistência Solidária (RRS). Os instrumentos dessas áreas são cada vez mais difundidos e utilizados na construção da resistência popular, principalmente pelos jovens, pessoas em faixa etária considerada de alto risco e vulnerabilidade nas periferias brasileiras contemporâneas.

Segundo entrevista concedida por Elaine Bonfim, o grande eixo da RRS sempre foi “a cultura e a comunicação alternativas”, no qual o movimento Hip Hop assume papel de destaque, assim como “a própria vida cultural da cidade do Recife.” Entendendo o movimento Hip Hop como uma cultura híbrida da *rua*, Coelho e Takaki¹⁰⁵ (2009, p. 04) acreditam ser possível, por meio dela, “transformar os espaço residuais da cidade como lugar de vivência,” apesar de todo o preconceito que envolve os movimentos e ações vindas da periferia urbana.

Tida pela classe dominante como um espaço precário e pobre, o preconceito direcionado a periferia é histórico, como descreve Chauí, com base em Kowarick¹⁰⁶

Preconceito que atinge profundamente os habitantes das favelas, estigmatizados não só pelas classes média e dominante, mas pelos próprios dominados. “Sem sombra de dúvidas, o padrão de moradia reflete todo um

¹⁰⁵ Artigo publicado nos anais do ENANPUR, 2009.

¹⁰⁶ Trecho reproduzido por Chauí (1993) extraído de KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados. De uma forma mais ou menos acentuada, este processo perpassa todos os patamares da pirâmide social em que os mais ricos procuram diferenciar-se e distanciar-se dos mais pobres. Mas a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem que condensa todos os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa, e no mais das vezes, também considerada perigosa: a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública. (KOWARICK *apud* CHAUI, 1993, p.57/58)

O estigma faz com que muitos moradores tornem-se, em determinado momento, cada vez mais passivos no processo de construção e criação do seu próprio cotidiano. Baudrillard (2004) atribui a essas massas populacionais a denominação de “a maioria silenciosa” e lança questionamentos:

Por que após inúmeras revoluções e um século ou dois de aprendizagem política, apesar dos jornais, dos sindicatos, dos partidos, dos intelectuais e de todas as energias postas a educar e a mobilizar o povo, por que ainda se encontram (e se encontrará o mesmo em dez ou vinte anos) mil pessoas para se mobilizar e vinte milhões para ficar “passivas”? — e não somente passivas, mas por francamente preferirem, com toda boa fé e satisfação, e sem mesmo se perguntar por que, um jogo de futebol a um drama político ou humano? (BAUDRILLARD, 2004, p. 17)

De fato podemos identificar, a partir das dificuldades de mobilização das resistências populares, parcelas significativas da população silenciosa e inerte. Robinho, do Alto José do Pinho, relata que “em momentos nos quais reuniões importantes ocorrem (Associação de Moradores, Orçamento Participativo) muitos preferem ficar em casa vendo a novela das oito.” Porém, não podemos cair na armadilha de responsabilizar essa população pelas mazelas que as cometem. Podemos facilmente questionar quais as práticas educativas de fato a que essa população tem acesso? Qual é a cultura política, ainda que consentida, proposta e praticada em nossa sociedade?

Muito provavelmente, numa análise mais aprofundada dos mecanismos e práticas socioespaciais que organizam o território na cidade, ao contrário do que parece posto esta mesma “maioria silenciosa” guarda em si o potencial de romper com as estruturas que

intencionalmente as silenciam e as tornam alheias. Partindo de uma perspectiva dialética, reafirmamos nosso pressuposto inicial, no que tange a importância das experiências de vivência no lugar ao longo do processo de construção dos sujeitos sociais. E, ao considerarmos a resistência desta população a qualquer forma de organização social total e planejada, enquanto sujeitos, ainda que em potencial, defendemos a possibilidade de ações efetivas de caráter emancipatório a partir e por meio do espaço.

Constatamos estas possibilidades ao observarmos que, ao mesmo tempo parte da população encontra-se aparentemente estagnada política e socialmente, enquanto a outra se mobiliza. Na primeira situação a inércia não se limita às comunidades periféricas, mas acontece também em meio as classes médias (embora estas em outros níveis de inércia diante do poder de consumo que têm). A segunda situação mostra que a parcela da população, aí sim das comunidades periféricas, que se mobiliza, organizam-se em grupos para mostrar que a periferia não é como tem sido veiculada pela mídia ao longo do tempo, de modo que a comunidade pode e deve fazer algo pela própria comunidade.¹⁰⁷

A exemplo dessa mobilização, citamos a proposta de moradores da Ilha de Deus, zona sul do Recife, em fazer um resgate histórico-social. Segundo Nuninho,¹⁰⁸ integrante da Ação Comunitária Caranguejo Uçá, a idéia surge em parte por “inspiração” na luta de suas mães e avós pela permanência e melhorias na Ilha de Deus, cujo único acesso — a ponte — recebeu o nome “Vitória das Mulheres.” Contudo, essa organização acontece também por não aceitarem os estereótipos que lhes são atribuídos em função da sua periferização social, tal como nos apresentou Chauí. Como grupo cooperante da RRS, a Ação Comunitária Caranguejo Uçá, assim como o Coletivo Gambiarra Imagens, o Êxito D’Rua, o Mundo Paralelo Crew, Flores Crew, entre todos os outros, apresentam ações variadas e com finalidades diversas que, segundo Elaine, diante dos desafios em comum, “algumas coisas podemos fazer juntos, em coletivo”, como resgatar a comunidade, sua identidade e sua cultura.

¹⁰⁷ Em meio a essa discussão podemos visualizar a dialética espacial que Baudrillard parece não considerar, tendo em vista que para este autor o sentido e conteúdo são rejeitados por esta população que prefere o espetáculo, sendo regidas pelo *sentido do consumo*. Claro que com isto não queremos negar a existência da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997), no entanto, esta é uma imposição que não se totaliza por completo e, assim, deixa brechas para sua superação como aponta os Movimentos Populares.

¹⁰⁸ Entrevista realizada em 27/02/09, na Ilha de Deus, Recife, PE.

Entendemos aqui a cultura no sentido amplo relacionado às ações culturais, e incluímos no nosso entendimento a cultura política, a cultura comunitária cuja solidariedade e relação de vizinhança são demarcadas em sua ordem próxima (LEFEBVRE, 1991). Segundo Santos, “o conceito de cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade, ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado” (2002, p.65).

Nessa perspectiva, no eixo estratégico da comunicação, um dos instrumentos que vem sendo difundido entre os coletivos urbanos da RRS são as rádios comunitárias. Muitas vezes articuladas a projetos de oficinas de audiovisual, grupos de percussão, teatro de rua e bibliotecas, a rádio comunitária é uma forte ferramenta para envolver e mobilizar o maior número de pessoas nas comunidades, ainda que em quantidades quase homeopáticas. No espaço da rádio é possível agregar os demais eixos estratégicos de ação — a arte e a cultura —, pois a atuação dos DJs, MCs, dos grupos musicais ligados ao Hip-Hop e aos demais ritmos musicais, assim como os dançarinos de break, e mesmo os (as) graffiteiros (as), converge a partir das propostas feitas para a grade de programação desse veículo de informação alternativo. A qualidade dessas informações e ações está cunhada na consciência e no compromisso social.¹⁰⁹

A atuação nas rádios comunitárias, mutirões de graffiti, dentre outros, são consideradas *ações estratégicas* no sentido de construir perspectivas de ampliação do diálogo com a comunidade. A expansão do leque de informações, que não são difundidas pela mídia de massa, leva a discussões que estão direta ou indiretamente relacionadas ao dia-a-dia dos habitantes da comunidade. Assim também acontece com os trabalhos referentes à produção audiovisual: tem-se um instrumento diretamente associado ao resgate histórico-social, principalmente no que diz respeito aos jovens, pois ao buscarem na história de sua comunidade, e de outras, elementos para suas filmagens e os aprendizados técnicos resgatam sua própria história. Com isso, aos poucos constroem o entendimento de que também fazem parte desse amplo processo de construção social e um elemento, inicialmente técnico, passa a

¹⁰⁹ Não podemos descartar que pessoas se inserem nesse processo ao longo de sua construção com intuito de obter benefício próprio. Entretanto, estamos tratando de ideais que norteiam ações que visam ser amplas, mas não genéricas, discutidas e não impostas como verdades absolutas, o que faz com que aqueles que não tenham afinidade com este propósito logo percam espaço ou se afinem com estas idéias a partir do reconhecimento da importância coletiva do que está sendo proposto.

ter um sentido político-social a partir da apropriação do sujeito por meio do tempo e do espaço, sendo possível se pensar em articular os níveis político, cultural e mesmo o econômico, de que tratou Lefebvre em *A vida cotidiana no mundo moderno* (1991).

A repercussão disso no cotidiano da comunidade é colocada por Elaine, na maioria das vezes, como

[...] pequenas, porém fundamentais. Na auto-estima, por exemplo, as pessoas envolvidas desde cedo nas ações em rede, em coletivos ou movimentos, são pessoas críticas, ativas, e que não baixam sua cabeça com facilidade diante de forças opressoras.

A partir do graffiti muita gente começou a fazer escolhas de vida que trazem melhorias para sua comunidade e para si mesmo. Pouco a pouco, as bases vão assentando. Às vezes uma comunidade, ou um grupo, dá um salto e isso repercute em todos os demais, quando estamos conectados, quando estamos em rede. Recuar e avançar faz parte, e resistir é importante. **[entrevista complementar. Elaine Bomfim. Coletivo êxito D’Rua. Agosto de 2009]**

Poderíamos atribuir este movimento ao que Harvey (2004) denomina de retorno ao corpo, processo no qual o indivíduo se volta a sua própria individualidade e, a partir disso, possa compor uma coletividade de forma consciente e consolidada. Dessa forma, embora esteja tratando de redes tecnológicas, Castells (1999) nos proporciona uma discussão interessante acerca do Ser social no intenso processo de transformação urbana e todas as contradições inerentes a ela tal como se apresenta: globalizada e fragmentada. De acordo com esse autor, ainda que as redes tecnológicas sejam desenvolvidas de modo a integrar os mais diversos espaços e atividades mundiais para a reprodução do capital não há controle para impedir que esta mesma tecnologia seja apropriada por sujeitos históricos e sociais que lhes indiquem finalidades diferentes.

Considerando a enorme discrepância de estrutura entre uma rádio comunitária e uma rádio comercial, é possível se apropriar das técnicas necessárias para operar os equipamentos, como vêm fazendo alguns grupos da RRS no Pilar, na Ilha de Deus, no Alto José do Pinho, entre outras. Como instrumento inicialmente associado ao eixo estratégico da comunicação as rádios comunitárias agregam também a arte e a cultura, tendo em vista que estes eixos embora distintos não devem ser dissociados. Obter o domínio sobre o funcionamento desta técnica permite utilizar esse aprendizado que está imbuído de conteúdos de potencialidade

transformadora como meio de ampliar a democratização da informação e do diálogo e da cultura comunitária na periferia.

Atuantes no Brasil com maior intensidade desde 1995, as rádios comunitárias tem um formato livre, ou seja, “entram no ar, ocupam um espaço no dial, sem concessão, permissão ou autorização por parte do Governo, sendo, portanto, caracterizadas como ilegais” (PERUZZO, 1998, p. 02¹¹⁰) segundo a lei 4.117 de 27 de agosto de 1967, e Decreto 236 de 1967. Apesar disso, continuam no ar e é reconhecida como uma poderosa estratégia de transformação, um importante instrumento de contracultura como relata Amparo Araújo,¹¹¹ ao dizer que “as rádios comunitárias são instrumentos poderosos. Não é à toa que são tão perseguidas, são sistematicamente fechadas; elas vão de encontro a grandes empresas que geralmente são monopolizadas por políticos”.

Na articulação em rede [socioespacial] esse instrumento se difunde nas comunidades por meio da proposta de **estrutura** indicada na metodologia de ação mostrada no final do capítulo 1 deste trabalho. A rádio comunitária Alto Falante do Alto José do Pinho é o contato mais solicitado por coletivos de outras comunidades para montagem técnica e manuseio dos equipamentos necessários para estruturar a rádio mais comumente conhecida como rádio-poste. A troca em detrimento da venda de um serviço fortalece as relações de solidariedade entre os grupos que se disponibilizam e posteriormente, de acordo com Oliveira¹¹² (*apud* COSTA & FRANÇA, 2009, p. 03), “as potencialidades do rádio permitem que o universo referencial da transmissão possa ser construído a partir da prática social e discursiva dos ouvintes e não apenas ofertar vertical e unilateralmente um mundo radiofônico e simbólico a eles”.

Para parte dos coletivos atuantes na RRS a rádio comunitária é também apoio para terceira estratégia que identificamos no início deste capítulo: a não-institucionalização dos grupos comunitários. Ao longo dos anos, a experiência vivenciada pelas comunidades com as Associações de Moradores passou a ser tida como algo viciada diante da intensa cooptação

¹¹⁰ Texto extraído da internet. PERUZZO, Cíclia. **Participação nas rádios comunitárias no Brasil**. Biblioteca on-line de Ciências da comunicação, 1998. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf> > Acessado em 01 de julho de 2009.

¹¹¹ Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Recife.

¹¹² OLIVEIRA, Valdir de Castro. *A reconfiguração do Espaço Público nas ondas das rádios comunitárias*. Disponível em: <http://www.obore.com/felafacs/trabalhos/trab6.doc>.

das lideranças dos MP em Recife. A não-institucionalização remete aos grupos o intuito de manter autonomia frente a qualquer entidade ou instituição as quais estabeleçam relação, seja por meio de parcerias para desenvolver projetos que beneficiem a comunidade, seja por proposta vinda de instituições públicas, como, por exemplo, no caso da intervenção do Governo do Estado de Pernambuco na Ilha de Deus na realização da urbanização dessa área.

Há, entre os grupos, ampla discussão diante da cobrança para que estes se apresentem como pessoas jurídicas e possam “concorrer” aos editais públicos relacionados à produção audiovisual e projetos relacionados à arte-educação — as concessões oferecidas. Há também certo tensionamento entre os canais institucionais e a esfera da luta não-institucionalizada, o que faz com que alguns grupos, como no caso do Alto José do Pinho, transformem a rádio comunitária em pessoa jurídica ao invés dos grupos em si, já que se presume que a comunidade possa se apropriar desse espaço, bem como dos projetos nele desenvolvidos com maior facilidade, ao menos em tese.

Além das rádios comunitárias, a produção de jornais de paredes e zines incorporam uma discussão polêmica e politizada e é também *ação estratégica* na RRS, agregando os três eixos estratégicos de ação. Os jornais de parede são divulgados nos diversos espaços da cidade e é utilizado pelos cooperantes da RRS como uma mídia alternativa de custo acessível quanto à confecção. O conteúdo desses jornais revela temas recorrentes nas comunidades. Na figura 2, o jornal produzido por pessoas de coletivos diferentes discutem a violência doméstica contra a mulher. Outros discutem relações comunitárias e de solidariedade. Assim, de acordo com as pospostas feitas ou as demandas surgidas, as edições vão sendo produzidas.



Fonte: Jornal de Parede Rede de Resistência Solidária. Ano 1. I Edição. Março de 2007.

Os zines são colagens e desenhos feitos à mão, em geral em folhas de papel A4. A liberdade em relação aos temas tratados é um fator que o diferencia da publicação convencional em revista, além da forma com que é produzido. Neste material, arte, cultura e comunicação encontram-se também explicitamente articuladas e materializadas por meio dessa produção que, poderíamos dizer, ocorre no nível cultural, mas seus desdobramentos tendem a ser, sobretudo, políticos.

Em geral distribuídos entre os grupos, os zines trazem os elementos de debates políticos compostos a partir de rimas com a estrutura da linguagem utilizada pelos integrantes do movimento Hip-Hop, os DJs e MCs. A linguagem de protesto e/ou de informação dá a esse material um conteúdo baseado no discurso de resistência e cidadania. Alguns como os “DESclassificados,”¹¹³ produzido pelo coletivo de mesmo nome, publica textos de temas variados, em geral relacionados à saúde, educação, mídia e política, entre outros, levantando críticas ao modelo posto e se colocando enquanto resistência a partir dessa ação comunicativa. O conteúdo do zine produzido pelo evento *Fuzão – Cultura de resistência*¹¹⁴ traz discussões sobre liberdade, solidariedade e comunidade.

¹¹³ Ver anexo 8.
¹¹⁴ Anexo 9.

Quem organiza essa produção? Quem administra as divisões de tarefas e/ou à arrecadação de recurso? O coletivo cooperante que traz a demanda ou faz a proposta. Com apoio e auxílio dos demais coletivos que tenham idéias, habilidades (pintura, produção de textos, etc) e material para contribuir, o coletivo cooperante propositor deve assumir, em certa medida, a proposta que, se aceita pelos grupos, é acolhida e mobiliza no sentido de concretizar a produção. Como isso ocorre na prática? Com dificuldades, pois há limitações de todas as ordens: materiais e imateriais. Dificuldade de deslocamento, dificuldade de tempo — as urgências da vida ainda pedem passagem —, dificuldades, por parte de alguns, no entendimento que a construção solidária e coletiva não discrimina, constrói em coletivo, e a coletividade pode vir da periferia, mas não se limita a ela.

Algumas pessoas, minoria atualmente, “discriminam” a participação dos (as) universitários (as) e pesquisadores que não são originários da realidade periférica. Reconhecemos que em parte isso acontece diante da prática de muitos pesquisadores que se propuseram a pesquisar grupos sociais, levantam as informações e os dados que precisavam para sua pesquisa e vão embora, muitas vezes sem sequer dar resposta sobre os resultados de suas pesquisas. No entanto, estando a sociedade em constante processo de transformação, na academia muitos estudantes e pesquisadores (as) que fazem essa opção de pesquisa tem questionado essa ação e modificado sua postura, propondo-se a colocar a pesquisa a serviço da sociedade, ao invés de fazer da sociedade experimentos de laboratório para os seus resultados.

Nos grupos da RRS percebemos essa atitude em situações isoladas, a maior parte dos coletivos reconhece a importância de agregar e não fragmentar as relações que emergem da periferia não no sentido de localização periférica, mas no sentido de construção de identidades com o que esta periferia pode oferecer para a sociedade.¹¹⁵ A construção de bibliotecas comunitárias e a constituição de grupos de teatro de rua apontam para a riqueza imaterial da criação de possibilidades, ainda que no marco de uma sociedade regulada por um sistema econômico que mais que produzir mercadorias tendem a forçar a produção de relações.

¹¹⁵ Dessa forma, também há muitas possibilidades de a universidade, por exemplo, oferecer espaços às comunidades; na Universidade Federal de Pernambuco, estudantes de medicina têm proposto projetos de extensão comunitária, que ainda que esteja sob uma lógica de simulacro – a universidade cumprindo seu papel social – atende a uma demanda imediata.

De encontro a essa estrutura o TRilha — Teatro de Rua da Ilha — é um dos grupos que vem sendo fortalecidos por esta iniciativa da Ação Comunitária Caranguejo Uçá. As apresentações são realizadas na rua em diversos espaços da cidade. Com a peça “*A nossa fome não é visceral, a nossa fome é intelectual*” (Figuras 3 e 4) traduz um pouco, a nosso ver, a busca da questão posta: mais do que “sobreviver ou sobreviver, mas sobreviver ou viver plenamente” (LEFEBVRE, 1991, p. 27), ainda que em certa medida. Atrair os jovens para leituras e para a educação em seu sentido pleno de conhecimento é algo difícil nas comunidades. Mas, por meio de ações como o envolvimento com a organização da biblioteca e o conhecimento dos livros e o teatro de rua, a estratégia indica o reconhecimento da importância da educação para a transformação socioespacial.

FIGURA 3



Foto: Acervo Ação Comunitária Caranguejo Uçá. s/d
Peça “*Nossa fome não é visceral; nossa fome é intelectual*”.
Nuninho – Integrante da Ação comunitária Caranguejo Uçá. Desenvolve atividade no TRilha,
na Rádio Comunitária Boca da Ilha; já participou de oficinas de fotografia, e vídeo.

FIGURA 4

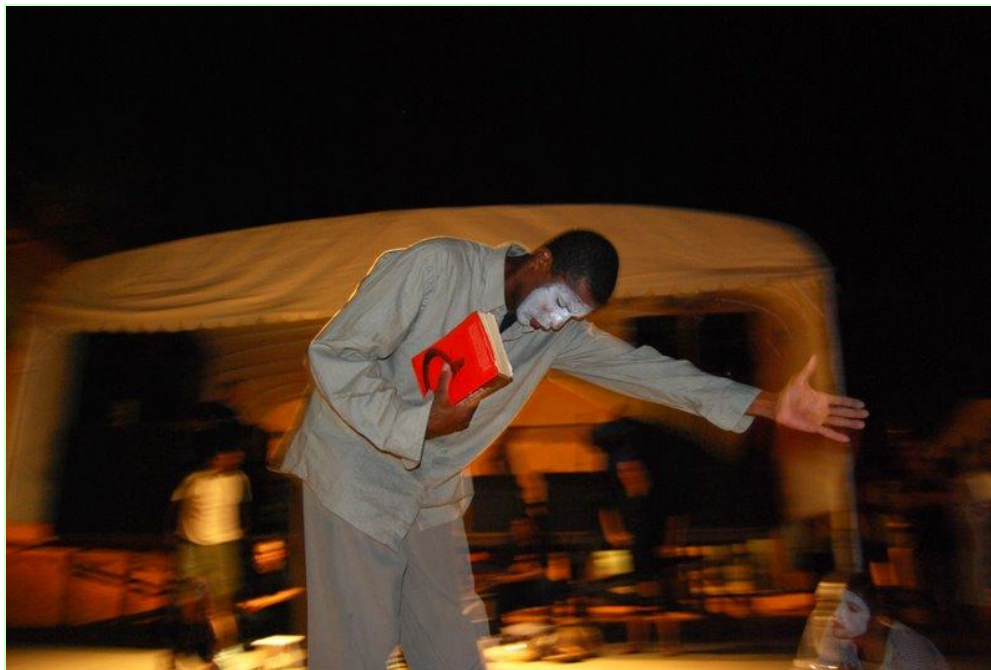


Foto: Acervo Ação Comunitária Caranguejo Uçá. s/d
Peça “*Nossa fome não é visceral; nossa fome é intelectual*”.
Esmeraldo – Integrante da Ação comunitária Caranguejo Uçá. É gari durante o dia e desenvolve
atividade no TRILha e na Rádio Comunitária Boca da Ilha nos horários livres.

Semelhante ao teatro de rua, o campo do audiovisual, bastante explorado pelas comunidades atualmente, é alvo de grande parte das oficinas que são oferecidas por meio de projetos que acontecem em parcerias com ONGs e/ou instituições públicas como o Governo do Estado de PE, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico. Articula os três eixos estratégicos de ação na RRS. O coletivo Gambiarra Imagens, da comunidade de Campina do Barreto, em Chão de Estrelas (Recife), que em 2006 contava com apenas 7 pessoas no grupo, cresceu a partir das produções audiovisuais tendo hoje uma produtora que, além de desenvolver atividades na comunidade, disponibiliza este serviço para contratação de interessados.

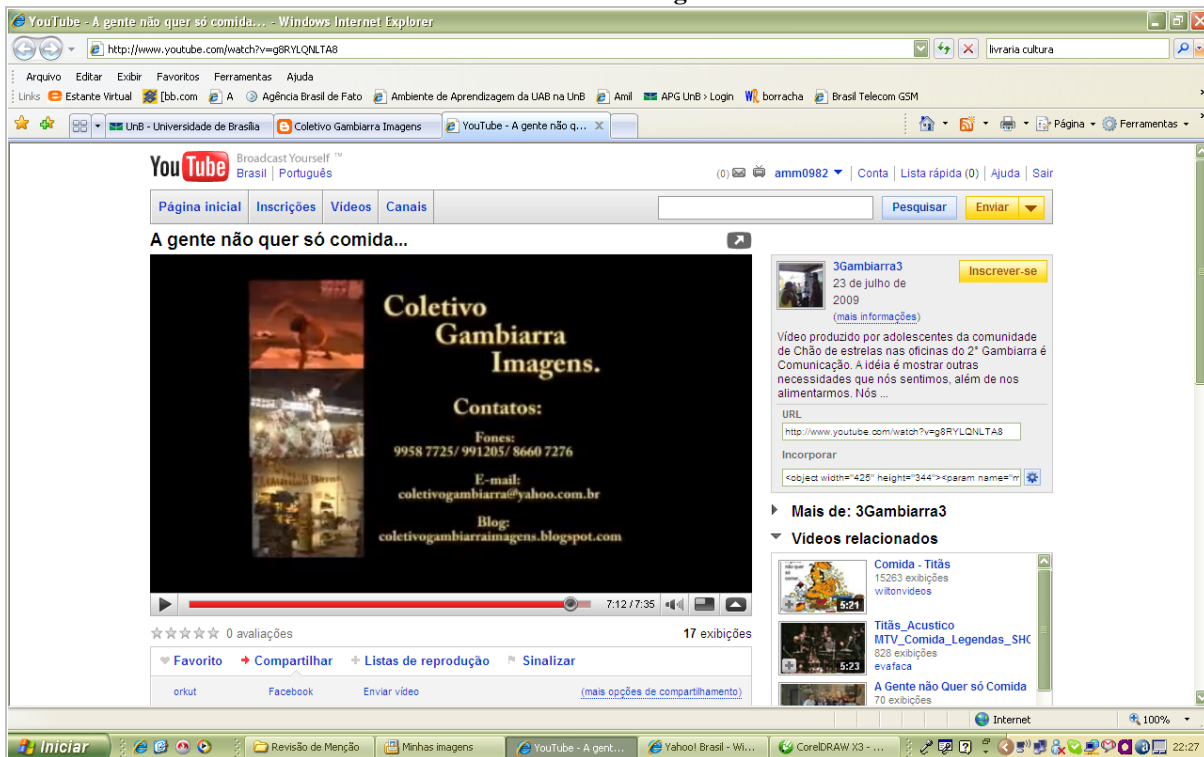
Com isso, os jovens têm a possibilidade de construir — conquistar — uma perspectiva de poder desenvolver algo no futuro. O resultado das oficinas realizadas no “2º *Gambiarra é Comunicação na Comunidade de Chão de Estrelas*” foi exibido em praça pública do centro do Recife, no Parque 13 de Maio. O vídeo “*A Gente Não Quer Só Comida*”, produzido por adolescentes da comunidade, traz para o cerne da questão o direito à cultura, ao lazer e à comunicação e com isso, ainda que de forma implícita e não totalmente consciente, o direito à vida urbana transformada e renovada. (Figuras 5 e 6)

Figura 5 – Print Screen da tela de exibição do vídeo na internet com uma das cenas finais



Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=g8RYLQNLTA8>. Acessado em 28 de julho de 2009.

Figura 6 – Print Screen da tela de exibição do vídeo na internet com identificação da produção – Coletivo Gambiarra Imagens



Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=g8RYLQNLTA8>. Acessado em 28 de julho de 2009.

Acompanhando o foco dos trabalhos voltados para a produção audiovisual, os grupos de percussão têm se tornado cada vez mais estratégico. Na cidade onde o maracatu tem espaço durante todo ano, não mais somente no Carnaval, a percussão resgata não somente a cultura da festa, mas a identidade africana. A periferia, composta em maior parte por população negra, busca na música e na dança as suas (as nossas) origens e com isso tomam ciência do processo de exploração não apenas da raça negra, mas dos índios, das mulheres, dos menos favorecidos. O reconhecimento dessa exploração, ainda que em certa medida, fez com que ao longo do tempo movimentos de resistências diversos surgissem no/pelo espaço: dos negros, dos índios, dos mestiços, e, agora, do movimento da periferia, estereotipada e fortemente explorada em sua miséria material, porém subestimada em sua riqueza imaterial.

Traçando um contraste quanto à forma, as representações musicais contemporânea trazem à cena o Hip-Hop como instrumento central na organização da RRS. As ilustrações e/ou descrições feitas por suas letras traduzem o sentido político da música que também tem grande atrativo entre os jovens e crianças, tantos os que se envolvem no processo de criação das músicas quanto os que optam pela dança que este ritmo embala com as batalhas de break.¹¹⁶ Assim acontece também com os diversos ritmos culturais: os grupos de coco, umbigada, entre outros, que se desdobram em um movimento de resgate e ampliação do conhecimento adquirido.

Compreendemos, assim, a importância dessas atividades para os diversos grupos envolvidos no sentido do desafio que reconhece Elaine desde o início da formação da RRS:

[...] criar espaços fortes e legítimos de produção cultural e de comunicação alternativa na cidade, a partir das comunidades. Fortalecer com informação, formação, ferramentas, estrutura e muito diálogo as pessoas das comunidades (e nós mesmos, inseridos nessa “comunidade”). Fazer ver e ouvir a imagem, o som e a palavra daqueles que vêm dos espaços que chamamos periferia. Essa produção traz para a cidade os desafios, a visão de mundo, a cara e a cor da maioria. Somos uma rede de afetos, capazes de mudar nossos hábitos destrutivos através das relações. Isso não quer dizer

¹¹⁶ As batalhas de break são desafios que um grupo lança para outro grupo quanto a desenvoltura, a inovação e a complexidade dos passos embalados pelo Hip-Hop. Vide vídeo

<<http://www.youtube.com/watch?v=d8nDXILkAVU>> Acessado em 01 de julho de 2009.

que nós estamos vacinados e imunes a estas forças, e este é outro dos desafios de se articular em rede, dar conta de que os opressores também somos nós. [Entrevista Complemetar. Elaine Bomfim. Coletivo êxito D’Rua. Agosto de 2009]

Ao mesmo tempo em que a luta cotidiana ainda se mostra sendo feita pelo imediato, na urgência de tirar os jovens das ruas ou do cerco do tráfico e das drogas, na urgência de fazer algo para dinamizar a renda da/na comunidade, mostra-se também para além desse imediato na construção de suas histórias, na reconstrução da historicidade. Isso, porém, não elimina a emergência da vida imposta pelo arranjo dado à estrutura e função da cidade. Observamos que os limites agora não mais são conferidos somente pela reivindicação por infra-estrutura básica, mas também a partir do discurso hegemônico difundido por inserir-se de uma forma ou de outra no mercado de trabalho.¹¹⁷

No âmbito dos *eixos estratégicos de ação* que destacamos — arte, cultura e comunicação —, as *ações* que citamos até o momento são estratégias por meio das quais esses eixos são agregados. As produções audiovisuais, a construção, manutenção e programação das rádios comunitárias, a produção de jornais de parede e zines e o trabalho com a música e a dança são atividades dinâmicas e atrativas, e, por isso, *estratégicas*.

Dentre as ações estratégicas há ainda o Mutirão de Graffiti e as Produções Coletivas. Esta última será tratada no subcapítulo 2.1.1. Já os Mutirões de Graffiti, embora seja um assunto ampliado no capítulo 3, apontam características importantes a serem inseridos nesse momento, pois é uma *ação* aparentemente pontual, por acontecer no último domingo de cada mês, mas que podemos considerar como uma intervenção no *lugar*. Levando em consideração o caráter “momentâneo” dessa ação, observamos que os desdobramentos são intencionados como algo permanente.

Realizado mensalmente em comunidades diversas por iniciativa de grupos da comunidade, o mutirão não se resume em essência a um evento no qual os (as) graffiteiros (as) se reúnem para pintar. Embora muitos se aproximem do mutirão sem o conhecimento de sua proposta e muitas vezes da própria comunidade no qual está sendo realizado, estamos

¹¹⁷ Discussão embasada ainda em notas de debate com o prof. William Rosa da UFMG ao longo da construção das idéias aqui apresentadas.

tratando de uma *ação*, como já destacamos. Esta ação pressupõe uma preparação anterior e uma mobilização de um grupo da comunidade que vai assumir a organização direta desse movimento.

Os demais coletivos urbanos atuantes na RRS vão dar suporte à iniciativa que parte de uma determinada comunidade que traz algumas demandas gerais, mas também outras demandas específicas. No Mutirão do mês de março de 2009, um grupo da comunidade do UR-07 solicitou aos demais grupos da RRS que o mutirão acontecesse nessa comunidade. Além dos temas de violência e cidadania sugeriu que fossem tratadas nos diálogos com a população e nas graffitagens questões relacionadas à educação ambiental, já que a UR-07 está próxima a um fragmento de Mata Atlântica ainda preservada. As interações entre diversos sujeitos sociais, a localidade para além de sua forma e o uso realizado do espaço faz com que uma ação pontual possa ter desdobramentos posteriores na/para comunidade que pode gerar espacialidades a repercutir na cidade de forma mais ampla.

Ao longo dos dois meses em que realizamos trabalho de campo (Etapa II) e participamos das reuniões da RRS, que antes eram realizadas periodicamente nas comunidades e agora foi fixada no centro da cidade,¹¹⁸ constatamos que as avaliações têm sido sistemáticas e algumas lacunas pairam no ar. Seria, então, o mutirão uma continuidade de tudo que as comunidades periféricas já estão habituadas: um tumulto e logo depois o silêncio?

É inegável que o movimento da *rua* toma forma e emerge nos Mutirões de Graffiti¹¹⁹ por meio dos quais muitos se reconhecem e se aproximam, o que nos leva a pensar que, apesar do silêncio aparente, permanece o caráter persistente e resistente no sentido de que a relação que pelo cotidiano ser de luta e identidade. Podemos identificar, mesmo que de forma implícita, que a partir dessa relação a luta se faz, em parte, por trazer para o *seu lugar* as experiências boas do mundo, e projetar esse lugar com toda a sua riqueza e cultura humana de volta para ele [o mundo]. As comunidades deixam claro que não querem a imagem de pobres (“coitados”), e sim a de guerreiros, com formas e cores que trazem seus protestos, contribuições, cor e vida à cidade. Essas ações

¹¹⁸ As reuniões da RRS acontecem todas as terças-feiras, às 18h, no Sindicato dos Médicos de Pernambuco — SIMEPE.

¹¹⁹ Voltaremos a tratar melhor essa ação dos grupos da RRS no capítulo 3 com a experiência na Comunidade do Pilar.

[...] ocorrem sempre no presente e é a partir da vinculação entre o passado – com toda nossa historicidade – e o futuro – com o projeto utópico que almejamos – que poderemos construir as mudanças. Estamos, então, certos de que as espacialidades e temporalidades do cotidiano não se separam da dimensão do concreto e nesse sentido, como afirmamos anteriormente, devemos fugir do risco das reificações; senão estaremos caminhando na direção da naturalização das fraturas sociais, passando a ver como normais a segregação socioespacial e as enormes desigualdades na apropriação da cidade. (FERREIRA, 2009, p. 14)

Com intuito de romper com essas “desigualdades na apropriação da cidade” de que trata Ferreira (*Ibidem*), mas respeitando as diferenciações de tempo e espaço desse processo, a vida e a cor aparecem então na cidade por meio dos Graffitis, somadas às críticas e os protestos. O que em meio à trama que envolve as periferias recifenses parece espontaneidade, desordem ou desorganização, guarda em sua essência o movimento de pensar a RRS e suas *ações estratégicas* como estímulo à construção, enraizamento e fortalecimento dos coletivos em suas comunidades.

2.1.1 As produções coletivas como ação estratégica

De modo a ampliarmos um pouco mais o entendimento sobre o funcionamento da RRS, trataremos nesta seção de uma *ação estratégica* específica desenvolvida pelos grupos comunitários cooperantes da Rede de Resistência Solidária: a *Produção coletiva*. Assim como as outras ações — as produções de material audiovisual, a produção de zines, as grades de programação das rádios comunitárias, entre outras —, a *Produção Coletiva* é norteadas pelos *eixos estratégicos de ação* que tratamos no item 2.1.

Embora esta ação não tenha surgido com evidência em nosso trabalho de campo (Etapa II e III), optamos por fazer uma análise numa seção específica diante da questão econômica, elemento que de diversas formas permeia ao mesmo tempo o que limita e o que pode motivar as ações dos Movimentos de Resistência Popular. No entanto, essa nossa opção

não ocorre apenas pela centralidade que o nível econômico tem na sociedade atual, mesmo reconhecendo que também é importante para a população periférica acessá-lo. Nossa motivação se dá em função da atitude dos indivíduos da sociedade moderna, tanto nas áreas periféricas, quanto nas áreas ditas centrais, de valorizar os produtos e a cultura importada, e mesmo as pessoas que são de fora: de fora do país, de fora da sua região, de fora da sua realidade.

Sabemos que o nível econômico para a população menos favorecida tem foco no que é necessário e imediato à sobrevivência, e, portanto, em muitos momentos é considerado prioritário. Contudo, segundo Lefebvre (1991), ao tratarmos o nível econômico não devemos fazê-lo isolando-o de modo a priorizá-lo em detrimento dos níveis político e cultural, destacados por esse autor. É preciso restituir a revolução em sua totalidade.

O fim, o sentido (isto é, a orientação e a finalidade) se determinam assim: realização da economia de abundância, produção industrial em crescimento pela automatização completa, em função das necessidades sociais (e não das necessidades individuais programadas), as quais se detectam como demandas da sociedade urbana em gestão. A automatização da produção não pode ter como fim e sentido a automatização dos consumidores. Essa substituição revela uma trapaça colossal. No nível do econômico considerado isoladamente, o ato revolucionário vai a pique, perde de vista o objetivo. (LEFEBVRE, 1991, p. 298)

Ao analisarmos a sociedade capitalista e o crescimento econômico tido no último século observamos a prioridade dada à economia, ao acúmulo e concentração de capital. Ao mesmo tempo em que o aumento significativo da população pobre no mundo se materializa sem restrições. Em Recife, os indicadores de renda demonstram as discrepâncias nos valores dos dados apresentados. A renda média em Recife, de acordo com os dados do Censo do IBGE de 2000, varia entre os bairros e as Regiões Político-Administrativas.¹²⁰ Na tabela 1 podemos observar que a frequência de renda dos responsáveis pelos domicílios por RPA de acordo com a quantidade de salários mínimos apresenta significativa diferença entre a RPA 6,

¹²⁰ Ver mapa do Recife com a divisão das Regiões Político-Administrativas no anexo 10.

onde se localiza o bairro de Boa Viagem,¹²¹ por exemplo, e a RPA 2, onde estão localizados os bairros populares da zona norte de Recife (Alto José do Pinho, Alto Sta Terezinha, Alto do Pascoal, entre outros).

Tabela 1 – renda média dos responsáveis por domicílio por quantidade de salário mínimo, por Região Política Administrativa – Recife – PE

Renda Frequência	RPA's (Subdistrito)						Total
	RPA 01	RPA 02	RPA 03	RPA 04	RPA 05	RPA 06	
até 1sm	4875	10384	12555	11533	13097	16117	68561
de 1 a 2sm	7184	19729	25746	20167	21561	25968	120357
de 2 a 5sm	4206	11701	14634	13718	16485	18613	79358
de 5 a 10sm	2977	5809	6551	10732	8917	14062	49048
mais de 10sm	3310	4907	14313	11514	4269	21915	60229
Total	22554	52530	73798	67665	64329	96674	377553

Estatístico: Frederico Lara de Souza
Banco de dados estatístico do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais – NEUR – UnB
Dados do Censo Demográfico do IBGE, 2000.

Analisando a tabela temos o indicativo, ainda no caso das RPAs 6 e 2, dos extremos quanto a população que tem renda superior a 10 salários mínimos. No entanto, se observamos as mesmas RPAs e os valores indicados para a renda de até 1 salário mínimo dos responsáveis por domicílio constatamos que a RPA 6 continua com os valores mais altos. Justificamos esses valores considerando que em Recife a divisão tradicional por bairro camufla, no que se refere aos dados, as localidades populares existentes, cuja origem deve-se a ocupações recentes diante das impossibilidades de acesso à moradia ou resistências às tentativas de expulsão devido a ação especuladora do mercado imobiliário.

No caso do bairro de Boa Viagem, na RPA 6, o PIB elevado oculta, no que se refere aos dados, a existência da realidade dessas ocupações, como é o caso da comunidade do Entra Apulso em Boa Viagem, a Ilha de Deus no Pina, entre outras.. Por conta disso, ao serem sistematizados os dados do censo demográfico do IBGE de 2000 para a produção do Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, foi proposta a delimitação dessas localidades e a identificação dos dados referentes à sua realidade de modo a destacar essas áreas denominadas de Unidades de Desenvolvimento Humano – UDHS (PCR, 2005).

¹²¹ Bairro de classe média, classe média alta com população aproximada de 100.388 habitantes, segundo Censo demográfico de 2000, IBGE.

Temos ciência de que ainda que discutamos aqui a luta pela vida plena e a transformação da cidade não podemos nos desvincular da realidade das comunidades periféricas do Recife, nem da periferia das demais cidades brasileiras, que ainda apresentam dificuldades relacionadas à moradia, infra-estrutura, emprego e renda. Apesar das diferenciações, em essência o crescimento das periferias reivindica condições de sobreviver dignamente na cidade. Muito embora o acesso a determinados bens e serviços coletivos em muitas comunidades já esteja efetivado, observamos que a qualidade do serviço ofertado e pago por esta população é muitas vezes prejudicada.

A tabela do anexo 11, com a lista de todas as ZEIS do Recife e indicadores relacionados à renda, habitação e vulnerabilidade quanto à educação, veremos que o acesso à instalação sanitária está acima de 80% para todas as ZEIS, segundo os dados do censo do IBGE 2000. No que se refere ao acesso à água encanada por domicílio a maior parte das ZEIS parece estar bem assistida. Contudo, ainda temos muitos casos de leptospirose relacionados às condições de saneamento básico, muitas vezes inexistente, com o agravante da destinação inadequada dos resíduos sólidos¹²² (Tabela 2).

Tabela 2 – Destinação de resíduos sólidos (lixo) por domicílio em Recife por RPA - 2000

Destino lixo Frequência	RPA (SUBDISTRITO)						Total
	RPA 01	RPA 02	RPA 03	RPA 04	RPA 05	RPA 06	
Coletado por serviço de limpeza	1419	4084	5255	4791	4659	6065	26276
Colocado em caçamba de serviço de limpeza	146	122	133	59	183	241	887
Queimado (na propriedade)	0	11	79	18	17	51	177
Enterrado (na propriedade)	0	0,8	13	11	1	0,3	27
Jogado em terreno baldio ou logradouro	95	102	149	84	221	279	932
Jogado em rio, lago ou mar	79	85	10	77	87	281	621
Tem outro destino	2	9	19	0,1	8	34	74
Total	1743	4416	5660	5042	5180	6955	28997

Estatístico: Frederico Lara de Souza
Banco de dados estatístico do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais – NEUR – UnB
Dados do Censo Demográfico do IBGE, 2000.

¹²² Em 2008 foram 14 mortes por leptospirose em Pernambuco, com mais 800 pessoas infectadas, segundo matéria de O Globo de 27/04/2009. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2009/04/27/com-14-mortes-por-leptospirose-em-2008-pernambuco-faz-campanha-para-combater-doenca-755453290.asp> >

Estas e outras questões não podem ser desconsideradas ao serem pensadas as *ações estratégicas* coletivas, e não são. De modo a dinamizar a economia da comunidade por meio de sua própria produção, os coletivos cooperantes da RRS desenvolvem produções de camisetas, reunindo nesta ação a arte, a cultura e, através delas, a comunicação, novamente acionando os *eixos estratégicos de ação* da RRS. As “*produções coletivas*”, como são chamadas, consistem no processo de realização de todas as etapas da produção de camisetas com a “logomarca” da RRS (Figuras 7 e 8). O objetivo desta ação é, além de gerar renda para os envolvidos, implementar a discussão sobre o que representa o ato de produzir o próprio bem a ser consumido.

FIGURA 7



Foto: Ananda Martins. Agosto de 2009.
Um dos produtos confeccionados e vendidos pelos coletivos urbanos da RRS

FIGURA 8

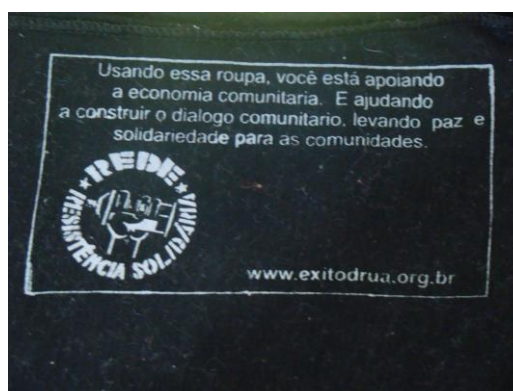


Foto: Ananda Martins. Agosto de 2009.
Marca feita na parte interna do produto.

O processo de produção acontece (1) por produção própria do coletivo em sua comunidade, por meio de realização de oficinas com jovens entre nove e vinte e cinco anos, cujos produtos materiais são as camisetas pintadas com artes diversas, e (2) pode acontecer ainda por meio da troca entre comunidades que não possuem produção própria, mas participam de alguma das fases produtivas — corte e costura,¹²³ pintura ou venda.

Entre os coletivos que tem produção própria podemos citar o Mangue Crew,¹²⁴ do bairro do Totó, e o coletivo Nova Geração, da Várzea. O discurso de resistência sem

¹²³ Em alguns momentos, por exemplo, por meio de algum edital para “projetos sociais” são pensadas oficinas de corte e costura e customização para promover o conhecimento técnico e desenvolver a discussão dos símbolos e dos signos envolvidos neste processo.

¹²⁴ Crews seria o mesmo que coletivos na linguagem entre os grupos.

preconceitos através dessa ação, traz à sociedade uma reflexão necessária sobre os jovens marginalizados das periferias: o caminho para a construção de uma nação socialmente mais justa é o abandono e a exclusão dessa população? Se fossemos pensar a partir da lógica formal de imediato a resposta viria com um discurso de inclusão social pautado pelo moralismo já conhecido pela parcela marginalizada da população. Contudo, a dialética nos indica as contradições existentes nesse discurso demonstradas na revolta e indignação daqueles que sofrem a discriminação por morarem na favela e todos os estereótipos que esta condição traz como descreveu Chauí (1993).

Ao pensar as produções coletivas como *ação estratégica* tem-se como prioridade “divulgar, informar, dialogar, sensibilizar, formar um novo comportamento de cooperação, gerando questões e soluções na luta dos problemas atuais,”¹²⁵ modificando as perspectivas de ver e viver o mundo. Sendo a referida ação dividida nas fases de corte e costura, pintura e a venda do produto final, os grupos cooperantes da RRS que não possuem produção própria contam com um Núcleo de Produção de Pintura, localizado no Alto do Pascoal, mantido pelo Êxito D’Rua.

A partir desse Núcleo de Produção de Pintura é feita a distribuição das camisetas para venda nas comunidades. A venda acontece nas lojas associadas,¹²⁶ como a “Epidemia Visual” (Marcus Freire) e o “Box de Troca” (Água Fria), ou nas sedes dos grupos que tem essa estrutura como é o caso da Ação Comunitária Caranguejo Uçá, ou ainda em eventos de arte, cultura e comunicação alternativas que acontecem na cidade (Figura 9).

FIGURA 9



Pintura de camisetas – I
Encontro Pernambucano de
Graffiteiras.
Foto: Autor desconhecido.
Maio de 2009.

¹²⁵ Fragmento de texto da RRS extraído do sítio do CMI-Recife. Disponível em <<http://lists.indymedia.org/pipermail/cmi-recife/2006-June/0601-u6.html>> Acessado em setembro de 2009.

¹²⁶ Vide Anexo 12. Material que acompanha as camisetas.

Poderíamos, então, pensar neste ciclo de produção como algo próximo do que seria a economia solidária. Em entrevista a revista *Estudos Avançados*, o economista Paul Singer, conhecido pela sua contribuição na temática da economia solidária define esta modalidade

[...] como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros.¹²⁷

Posto que seja uma modalidade bastante empregada hoje no Brasil por cooperativas e a RRS não apresente essa organicidade, a aproximação da lógica de cooperação para o desenvolvimento da ação produtiva, e não produtivista, faz com que consideremos a importância desse processo na vida cotidiana dos (as) envolvidos (as). A motivação dos grupos está relacionada com o que fala Singer ao dizer que

As pessoas que não têm capital e nem poder têm tarefas, poucas tarefas, e podem passar a vida inteira cumprindo as mesmas tarefas, o que é profundamente alienante do ponto de vista do desenvolvimento humano. **O trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer**, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção. [negrito nosso]¹²⁸

¹²⁷ Entrevista concedida a revista eletrônica *Estudos Avançados*, vol.22, no. 62, São Paulo, Jan./Abr. 2008

¹²⁸ Idem nota 127.

Ou seja, o trabalho como uma forma de desalienar essa vida cotidiana normatizada e restrita nas cidades contemporâneas. A partir disso, os coletivos em rede visam empreender uma experiência que possa ser libertadora baseada em relações sociais de solidariedade de modo a promover à autogestão. As relações sociais, portanto, “não [seriam] redutíveis às relações de produção nem às superestruturas políticas” (DAMIANI, 2002, 162), diante da base solidária que as caracteriza.

Como instrumento estratégico, esta ação vislumbra algo para além da possibilidade de geração de renda. O envolvimento das pessoas e dos grupos em contato com o conhecimento técnico e com o aprofundamento da arte como ferramenta de transformação, amplia a discussão do consumo de massa a qual estão submetidas às relações sociais. A submissão como uma estratégia dos agentes hegemônicos acontece na tentativa de capturar o cotidiano e as relações do vivido que nele se desenvolvem. Isso porque as relações de produção se expandem para o nível de produção da vida, constituindo uma cotidianidade como “lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada” (LEFEBVRE, 1999, p. 129).

Diante dessa regulação as ações estratégicas dos movimentos de resistência, entre elas as produções coletivas, são pensadas levando em consideração as possibilidades de que se tornem práticas emancipatórias, cada vez menos limitadas pelos arranjos socioespaciais da sociedade atual, de modo a promover não somente descontinuidades no circuito do consumo indiscriminado, mas romper com uma lógica que transforma cidadãos em consumidores.

Todavia, embora seja a produção coletiva uma proposta de ação prioritária, percebemos pouca dinamização e desenvolvimento da mesma articulado em rede. Está mais presente nas falas dos cooperantes como algo dos grupos em suas comunidades ou algo que envolva dois ou três grupos apenas, o que nos remete a uma lacuna, ou mais ainda, a dificuldade em manter a articulação entre os lugares numa rede de forma ampla e horizontalizada.

Por outro lado, a manutenção dessa ação nos lugares, nas comunidades, pelos grupos comunitários que assumem esse processo, nos aponta para a consolidação dos coletivos na comunidade e mais uma vez o fortalecimento do processo de construção de identidade, o que não acontece sem dificuldades. O esforço em revigorar os coletivos em rede e envolver as pessoas nesta trama, ainda que de maneira inicialmente limitada com uma dinamização

aparentemente tímida, continua sendo válido no movimento de consolidação dos coletivos urbanos. A solidez advinda dessas conexões entre ações práticas pode proporcionar crescimento e consciência aos grupos cooperantes envolvidos nesse processo,¹²⁹ possibilitando brechas para que a periferia possa romper com o ciclo de necessidades para além da sobrevivência de forma cada vez mais efetiva.

Mesmo ante a impossibilidade momentânea em ampliar e aprofundar o nível de informações sobre essa ação estratégica em específico, e a dificuldade de tornar os sujeitos dessa *ação* mais concretos, é possível inferir uma análise importante para a pesquisa que ora apresentamos: observamos que a articulação da Rede de Resistência Solidária se dá por meio das ações e não por uma estrutura organizacional que caracteriza, em geral, os movimentos com maior organicidade, independente de serem institucionalizados ou não.

Na trama das relações socioespaciais, tal estrutura trará implicações positivas no que se refere à autonomia dos coletivos urbanos cooperantes da RRS. Porém, em meio à interação, na cidade, com os demais agentes sociais, essa autonomia poderá ser condicionada por outros fatores que não podem também ser desconsiderados. A correlação de forças entre os diversos interesses na cidade trará aos grupos comunitários da RRS outros desafios para manutenção de suas ações e a prática de seus ideais de maneira a estabelecer continuidades quanto às relações de solidariedade em um espaço urbano que contemple o espaço

Dos atores sociais, incorporando a composição dos grupos sociais, suas ações, reações e interações; da localidade, mas não apenas na forma, também estão em jogo as trocas, as interações do lugar com as imediações e com o mais distante; e, finalmente, do realizado, que daria conta da análise do uso que se faz de cada parte do lugar. (FERREIRA, 2009, p. 04)

¹²⁹ Entrevista complementar com Elaine Bonfim, comunidade da Mangabeira, coletivo Êxito D’Rua; realizada em agosto de 2009.

2.2 Na trama das relações socioespaciais

O espaço urbano no qual Ferreira (2009, p. 04) propõe que sejam contemplados, para análise e entendimento, os três elementos descritos, nos conduz novamente a pensar a centralidade da periferia e o seu fortalecimento a partir da construção do lugar. Essa construção, no entanto, acontece em meio a uma trama de relações sociais que se materializam na cidade. Nesse contexto, as possibilidades de rupturas com a lógica fragmentadora na cidade contemporânea se chocam com a construção de coletividades que apontam para as idéias e ideais comunitários, com base na solidariedade que, segundo Freire (2005), é o verdadeiro compromisso

Comprometer-se com a desumanização é assumi-la e, inexoravelmente, desumanizar-se também. Esta é a razão pela qual o verdadeiro compromisso, que é sempre solidário, não pode reduzir-se jamais a gestos de falsa generosidade, nem tampouco ser um ato unilateral, no qual quem se compromete é o sujeito ativo do trabalho comprometido e aquele com quem se compromete a incidência de seu compromisso. (FREIRE, 2005, p. 09)

Assim, a análise das estratégias de ação da RRS na luta pelo direito à Cidade aponta para o “direito a não ser excluído da centralidade e do seu movimento” (LEFEBVRE, 1999, p. 137), sendo a centralidade aqui a própria periferia e a problemática urbana que a permeia no contexto da cidade. As continuidades e discontinuidades históricas presentes ao longo do processo de organização social evidenciam no processo de reflexão “as articulações para que as decupagens sejam as articulações e não para desarticular o real” (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

As articulações entre os coletivos em rede se dão numa complexa trama de relações sobrepostas na cidade. Esta, estruturada pelos agentes hegemônicos para garantir a reprodução do capital nos remete a análise de Lefebvre (2008, p. 18) quanto às “atividades práxico-sociais, na medida em que elas se imbricam num espaço complexo, urbano e cotidiano, assegurando até certo ponto a reprodução das relações de produção (relações sociais)”. Nesse contexto, Ribeiro (2007a, p. 55) faz um apontamento pertinente acerca da “grande cidade”

moderna que “manifesta um momento complexo de sociabilidade humana (vida coletiva), da conformação do indivíduo à divisão do trabalho social e à cooperação social, isto é, ao amoldamento oriundo do meio social interno da sociedade histórica em que vive”.

Esta seria a norma que orienta a ruptura expressa no movimento histórico que ultrapassa fronteiras existentes no passado de modo a favorecer a estrutura promovida na “grande cidade moderna.” Poderíamos propor uma discussão complementar de modo a refletir até que ponto ações, como as que a RRS desenvolve, mantêm o Estado confortável e cômodo em não assumir suas responsabilidades quanto a promoção social, civil e política.

Se partirmos do princípio de que as ações propostas pela RRS não são postas de modo a assumir este papel, mas sim o de promover a reflexão dentro da comunidade acerca de qual é o papel do Estado, assim como o das ONGs que atuam nestes espaços, e qual é o seu próprio papel no processo de transformação socioespacial, essas ações não manteriam a comodidade desse Estado que continua Mínimo para o social e amplo e flexível para o capital. No entanto, analisamos que a cotidianidade constituída de modo a explorar o lugar social, cuja passividade é cuidadosamente controlada (LEFEBVRE, 1999), “incentiva” essa autogestão, sabendo quais instrumentos utilizar quando for preciso limitar a autonomia da população e dos grupos organizados.

Para Lefebvre (1999, p. 129), “a cotidianidade não se instaura no seio do ‘urbano’ como tal, mas na e pela segregação: a dos momentos da vida, como a das atividades”. Em Recife, as tramas de relações que se cruzam e se sobrepõem estabelecem disputas e correlações de forças que acentuam esta segregação do/no espaço da cidade.

A atuação das ONGs, muito forte em Recife assim e em todo Brasil, deve ser aqui diferenciada, pois existem grupos da comunidade que se transformam em ONG — como é o caso da Rádio Alto Falante no Alto José do Pinho —, existem as ONGs externas que desenvolvem trabalhos em algumas comunidades — como o Centro Josué de Castro que já estabeleceu parceria com a Ação Comunitária Caranguejo Uçá em 2005 e 2006 —, e a atuação de ONGs internacionais por meios de “parcerias” com grupos da comunidade.

Segundo SEABRA (2003), as ONGs são formadas em torno das motivações de projetos financiados pelas políticas neoliberais, “as quais, recortando a realidade de múltiplos interesses, parecem aproximar aquilo que pertence à racionalidade sistêmica porque está nos seus fundamentos, daquilo que ainda está imerso no mundo da vida, tido portanto por

irracional” (SEABRA, 2003, p. 308). No entanto, essas organizações sociais tendem a criar condições para reprodução do modo de produção vigente e as necessidades dos agentes hegemônicos de reproduzi-lo, movimento que vai de encontro com o pensamento dos coletivos em rede que lutam para manter, entre outras coisas, sua autonomia e a possibilidade de romper como esta prática neoliberal.

As condições para a ruptura parecem estar em construção por aqueles que, segundo Souza (2007), seriam os “novíssimos movimentos sociais” para referir-se as formas diferentes de organização que tem sido gestadas desde a década de 1990 e iniciam nos anos 2000, ainda que de forma embrionária. No caso da RRS, segundo Robinho (Alto José do Pinho), essa construção acontece com a realização das ações que plantam “uma semente de conscientização, e o acompanhamento dessas sementes é feito por cada grupo ‘nativo’ ligado a Rede de Resistência Solidária”. Robinho complementa, referindo-se ao Alto José do Pinho:

Pelo menos aqui na comunidade Alto José do Pinho toda a essência da ação ainda está sendo cultivada pelos integrantes. Oficinas de graffiti, de poesia, a luta pela territorialidade, atividades culturais, e de lutas para o desenvolvimento comunitário estão sendo praticados por aqueles que já desenvolviam ações antes do mutirão de Graffiti acontecer, promovido pela RRS. Sabemos que demos um grande avanço nessa batalha cotidiana, os jovens estão mais integrados nas lutas em busca de melhor qualidade de vida própria e do coletivo. **[Entrevista complementar. Robinho. Alto José do Pinho. Agosto de 2009]**

Nesse contexto, temos o indicativo das brechas ao tratarmos da Rede de Resistência Solidária — com as produções audiovisuais, graffitis, a comunicação alternativa —, brechas em um sistema estruturado com forte intervenção do Estado que desenvolve em geral ações assistencialistas, reforçando o que Santos (2001) denomina como um *sistema perverso*. A ação da RRS é direta na e para a comunidade, pois há o ideal de que essa volta à base pode transformar o cotidiano para concretizar a vida plena, ainda utópica, mas concreta em sua virtualidade (LEFEBVRE, 1999).

Os limites às ações estratégicas da RRS aparecem na separação entre pares que como bem lembrou Lefebvre (2001) não devem estar desarticuladas do real, tais como a teoria e a prática que as permeiam. No que diz respeito a esse par dialético em específico, ainda que seja legítima a “acusação” dos movimentos quanto à omissão que atribuem a Academia e ao

conhecimento nela produzido, muitos já aceitam a inserção dos pesquisadores em suas redes diante do reconhecimento de que estes possuem um saber novo para eles, cientes ainda de que a coerência desse saber somente tomará forma com a troca de suas experiências cotidianas.

O conhecimento é também aqui uma estratégia não somente dos agentes hegemônicos que por meio das instituições e do Estado, principalmente, intervém na cidade; mas deve ser também uma estratégia dos movimentos de resistência e

[...] não pode ficar isolada. Ela visa a prática, ou seja, em primeiro lugar, uma confrontação incessante com a experiência, e, em segundo lugar visa a constituição de uma prática global, coerente, a prática da sociedade urbana (a prática da *apropriação*, pelo ser humano, do tempo e do espaço, modalidade superior da *liberdade*). (LEFEBVRE, 1999, p. 131) [itálico do autor]

A possibilidade de ruptura com a aparente inércia de parte da população nas comunidades, em geral os jovens, provoca o direcionamento de algumas ações do Estado¹³⁰ a fim de coibir o movimento social com práticas repressoras que reforçam e estabelecem continuidades quanto à conformação da cidade pela ordem verticalizada.¹³¹

De encontro a esta conformação a organização comunitária como caminho estratégico para a construção da emancipação socioespacial, assim como os movimentos populares na década de 1980, apontam para a possibilidade de ruptura por meio do resgate do sujeito e da construção de uma consciência de fato cidadã. No entanto, a base da estrutura capitalista continua intocada e permanece historicamente recriando formas para sua reprodução diante da permanência da propriedade privada que continua a justificar a normatização da vida social.

¹³⁰ Estas práticas não são oficialmente adotadas pelo Estado, no entanto, a conivência com a situação já conhecida nos leva a acreditar que haja tolerância às ações violentas com a justificativa de “manter a ordem”, ou seja, a normatização da vida de acordo com os preceitos das minorias que se mantêm no poder.

¹³¹ Em matéria do Jornal do Comércio de 18/08/09, o caderno Cidades traz na primeira página denúncia a repressão por parte da Polícia Militar à comunidade do Pilar. Segundo a matéria casas são sistematicamente invadidas e moradores espancados, gerando medo e insegurança na comunidade que está a poucos metros da Prefeitura do Recife, no centro da cidade. Sem intencionarmos cair no denunciamento vazio, acreditamos que estas práticas são reproduzidas por toda a cidade nas comunidades periféricas o que caracteriza não a inércia de parte da população, mas o medo imposto por uma norma violenta, em seu aspecto físico e psicológico.

Ainda que com limitações cujo enfrentamento se faz necessário, as ações estratégicas da RRS tende a dar possibilidade aos jovens, que participam desse movimento, de (re)conhecer a realidade para transformá-la, mesmo tendo ainda que romper a barreira das necessidades urgentes à sobrevivência. O que é tido em um primeiro momento como uma perspectiva de sobrevivência continua visando a vida em sua forma plena ou o mais próximo disso.

Podemos analisar este envolvimento pelo graffiti ao observarmos que alguns têm o estilo de protesto. Outros trazem as flores e as cores, pois na luta também é preciso ser doce, ter sonhos e a beleza que nada mais é do que a beleza de como pode Ser a vida, consciente de si social e espacialmente. Quando assumem ser aquele o seu lugar, assumem a consciência, ainda que em certa medida, do que o espaço representa na sua formação e construção enquanto sujeito social (ver figuras 10 e 11). O lugar apropriado, vivido, possibilita a criação de um cotidiano de possibilidades e descobertas, de construções e desconstruções necessárias à ruptura da repetição que toma conta da subjetividade existente do cotidiano, da TV que aliena, da mídia que bombardeia a comunidade com informações inúteis e comportamentos individualistas e consumistas acima de tudo e qualquer coisa, do sistema que aponta para o que Damiani chamou de sujeito aos destroços.¹³²

FIGURA 10



Foto: Ananda Martins. Fevereiro de 2009.
Graffiti na Comunidade de Campo do Banco – bairro da Várzea – Recife.

¹³² Fala da Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani, da USP, na mesa Conteúdos Contemporâneos da Urbanização, realizada na I Semana de Geografia da UnB, entre 15 e 19 de junho de 2009.

FIGURA 11



Diante disto, poderíamos acrescentar que a luta é sim pelo direito à Cidade nos termos de Lefebvre: enquanto obra das pessoas na construção do dissenso, com base na alteridade, na liberdade de forma plena e, assim, na superação de práticas de repressão e de opressão que limitam a vivência, existentes desde a era industrial para garantia da operacionalidade do capital. Ao se manter enquanto continuidade histórica na cidade impede que a população organizada, em alguma e qualquer medida, rompa com a estrutura posta e concretize esse direito.

Os grupos comunitários, então, passam a se organizar com elementos diferenciados de modo a concretizar o direito de construir e vivenciar a Cidade para além da norma. Segundo entrevista com Amparo Araújo é possível visualizar essa mudança na forma de atuação, que não se torna menos política por apresentar menor organicidade aparente. Ela relata a existência de um grupo formado por ex-fundaquianos,¹³³ ex-moradores de rua, que cumpriram medida sócio-educativa em meio fechado e hoje são agentes multiplicadores a partir da experiência vivida. Esses jovens

identificam crianças que se encontram na mesma situação que eles já estiveram e iniciaram o trabalho com a oferta de um simples café da manhã aos domingos. Depois de alguns anos descobriram que as pessoas não queriam só comida, queriam também diversão e arte, literalmente como diz a música. Eles foram à secretaria e achei muito interessante que eles identificaram que uma ONG, durante a semana, usava uns instrumentos de

¹³³ A FUNDAC — Fundação Estadual da Criança e do Adolescente — é a antiga FEBEM — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — onde jovens menores infratores são retidos para medidas sócio-educativas.

percussão que são da Prefeitura do Recife e eles queriam usar aos domingos esses instrumentos ao identificar essa necessidade dos jovens que moram na rua sem qualquer perspectiva, mas que são capazes de desenvolver esse trabalho: teatro, música, percussão, fazer instrumento — formam um grupo multicultural. As pessoas vão pedir dinheiro, eles foram pedir apoio, que foi dado por meio da secretaria pela gerencia da juventude para esse grupo como multiplicadores no programa “Territórios da Paz” diante do conhecimento adquirido ao longo de suas vidas. **[Entrevista: Amparo Araújo – Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da PCR. Fevereiro de 2009]**

A Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, como um dos agentes sociais a compor as relações socioespaciais na cidade, abre espaço para iniciativas como as desses jovens que, nas tramas das relações socioespaciais e nas correlações de forças existentes, enfrentam desvantagens quanto às perspectivas e aos acessos se comprados às classes dominantes. A situação mencionada por Amparo Araújo demonstra que estes grupos não só persistem, mas resistem em busca de uma R-Existência (GONÇALVES, 2002) no interior da qual as diferenças sejam respeitadas e a Cidade possa ser construída a partir de movimentos plurais.

Outros agentes sociais estão presentes no espaço urbano em Recife: as ONGs, locais, nacionais ou internacionais ampliam sua atuação e promovem, em certa medida, às condições para reprodução da força de trabalho que viabiliza a cotidianidade programada. Contudo, entidades como o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) desenvolve ações de apoio às ações propositivas e críticas de comunicadores como Roger de Renor, que em parceria com a TV universitária apóia ações e grupos como os da RRS. Essas parcerias acontecem em geral por meio dos movimentos de resistência a partir dos eixos estratégicos de ação: arte, cultura e comunicação.

No caso de Roger de Renor, trata-se de um comunicador que apresenta um programa de auditório diário — Sopa Diário — com um formato totalmente alternativo onde músicos locais e debates sobre as comunidades são apresentados de modo a trazer as lutas que

estão sempre presente no cotidiano, dissimuladas entre os que possuem interesse em manter as representações oficiais, os dominantes, e os que pretendem transformá-las, os dominados. Tiger militante, músico e rapper, oriundo do Alto José do Pinho traz consigo esse poder simbólico que na prática se traduz na capacidade de fortalecer o Rap Nordestino enquanto arte

engajada. O que pode ser constatado através do seu trabalho artístico solo, que denuncia a violência, o preconceito e todas as formas de injustiças sociais.¹³⁴

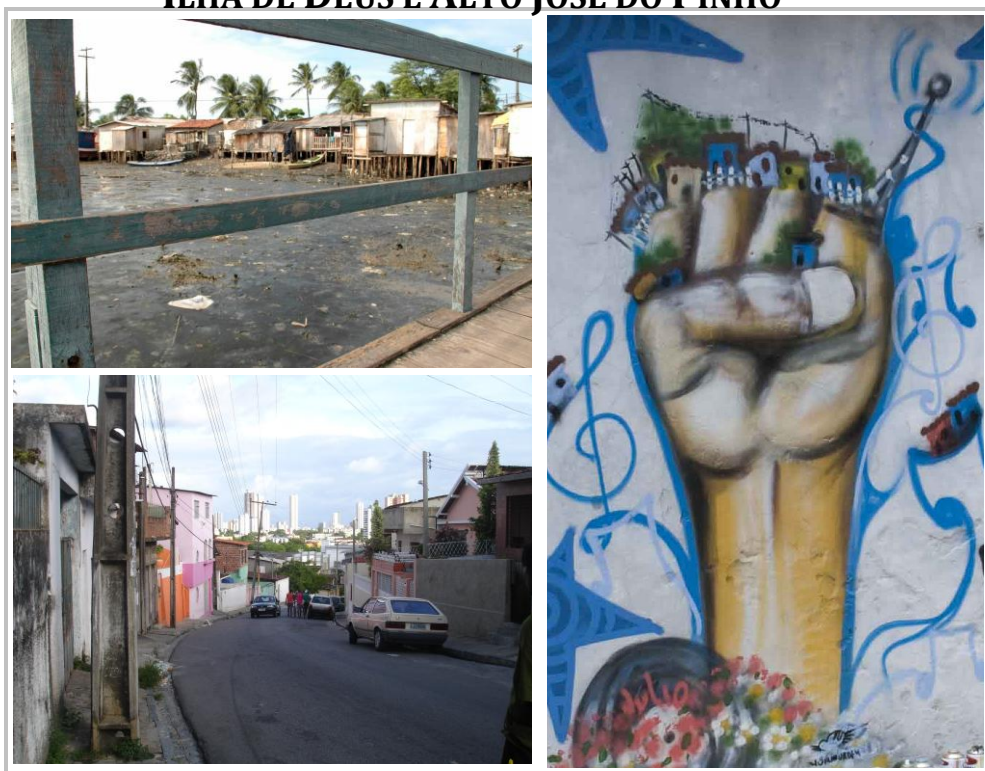
Com a proposta de desenvolver um novo formato do programa direto das comunidades, Roger visa trazer também a periferia para o centro do debate e a questão urbana para a discussão coletiva.¹³⁵ Ações externas à RRS como as de Roger repercutem positivamente nas ações estratégicas que a RRS desenvolve “internamente” pelo reconhecimento da periferia e sua importância, além de debater os problemas dessa população de maneira mais aberta e sem sentidos pejorativos. Ao contrário, nesses espaços de mídia alternativa, proporcionado pela TV Universitária, os coletivos urbanos expõem seus trabalhos e divulgam o sentido comunitário da resistência no lugar.

As estratégias de redes como a RRS não se encontram, portanto, isoladas no contexto urbano-metropolitano em Recife. Se há entraves para o desenvolvimento de ações que visem à emancipação do sujeito e da coletividade, existem também movimentos no sentido de romper com essas estruturas a partir e por meio do movimento da periferia. O lugar pode ser uma estratégia possível para a construção da ruptura necessária com as práticas urbanas direcionadas, acima de tudo, para a valorização do espaço enquanto mercadoria. E a partir disso é possível analisar em que medida podemos encontrar o sentido da *rua* como espaço de encontro e não representação do desamparo, para o fortalecimento da luta e a construção da Cidade.

¹³⁴ Notícia veiculada no sítio da FUNDARPE – Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – em 10/07/2009. Disponível em < <http://www.fundarpe.pe.gov.br/no-sopa-de-auditorio-hip-hop-afoxe-e-som-eletronico-organico> >

¹³⁵ Esses debates, através da parceria com o CCLF são transmitidos ao vivo pela TV Universitária, disponível também pela internet: < <http://www.concepto.com.br/cclf/ombudspe01.php> >

3. A RESISTÊNCIA COTIDIANA: ILHA DE DEUS E ALTO JOSÉ DO PINHO



Fotos: Ananda Martins/ Alcides Martins Jr.

*Mais do que máquinas precisamos de humanidade.
Mais do que inteligência precisamos de afeição e doçura.
Sem essas virtudes a vida será de violência e tudo estará perdido.*

Charles Chaplin¹³⁶

Todas as discussões tecidas ao longo da nossa pesquisa culminam nesse momento para os recortes espaciais inicialmente escolhidos para aproximação da análise proposta, ou talvez seja melhor dizer para o espaço do aproximativo e da criatividade como vimos em Santos (2004). Tendo em vista que propusemos construir um entendimento do lugar pelo mundo por meio de uma construção que visa ser sempre dialética, e de modo a ultrapassar a aparência da forma do mundo que se materializa nos lugares: vamos, neste momento, inverter essa ordem para compreendermos o mundo através do lugar, no qual buscamos as relações do vivido, a afeição e a doçura proposta por Chaplin diante da nossa necessidade de humanidade.

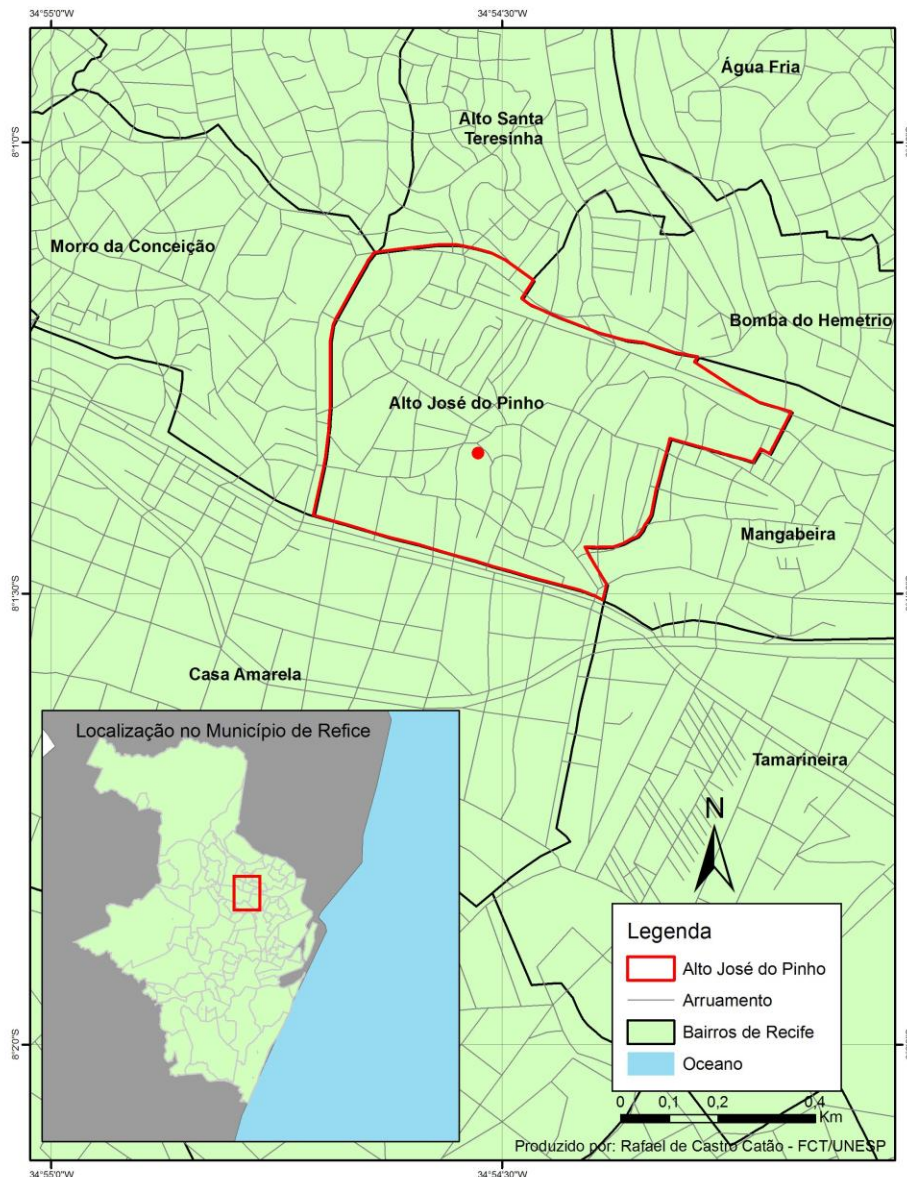
No Alto José do Pinho nos deparamos com um quantitativo populacional de 19.754 habitantes (Tabela 3). É um bairro que, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (PCR, 2005) é considerado uma UDH que abrange parte da Zona Especial de Interesse Social de Casa Amarela composta ainda pela Mangabeira (Mapa 2). Esta é uma área em que há o predomínio de colinas densamente ocupadas por comunidades pobres implantadas desde as décadas de 1940, 1950 e 1960 do século XX (PCR, 2005), como discutimos no capítulo 1.

Indicador/ano	1991	2000
População Total	19.247	19.754
Menos de 15 anos	6.087	5.360
15 a 64 anos	12.145	13.122
65 anos e mais	1.015	1.272
Razão de Dependência	58,50%	50,50%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, 2005

¹³⁶ Discurso proferido por Chaplin ao final do filme “O Grande Ditador”, lançado em 1940 e dirigido pelo próprio Chaplin.

MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DO ALTO JOSÉ DO PINHO EM RECIFE



Fontes: IBGE, 2007. Ministério das cidades, 2007.

Já a Ilha de Deus, localizada na zona sul da cidade, com aspectos físicos completamente distintos do Alto José do Pinho, tem em média 924 habitantes (PCR, 2005). Neste caso estamos tratando de uma ZEIS localizada no interior do Parque dos Manguezais, no bairro do Pina (Mapa 3).

MAPA 3 Localização da Ilha de Deus



Fontes: IBGE, 2007. Ministério das cidades, 2007.

A Ilha de Deus é constituída por pescadores que já ocupavam o local nas primeiras décadas do século XX (PCR, 2005), a comunidade vive em área de alagado, de mangue e, além de ser uma ZEIS, é também uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA) o que, a princípio, impediria a consolidação dessa comunidade neste local (Mapa 4).

MAPA 4
Limites da ZEIS Ilha de Deus e da
ZEPA Parque dos Manguezais



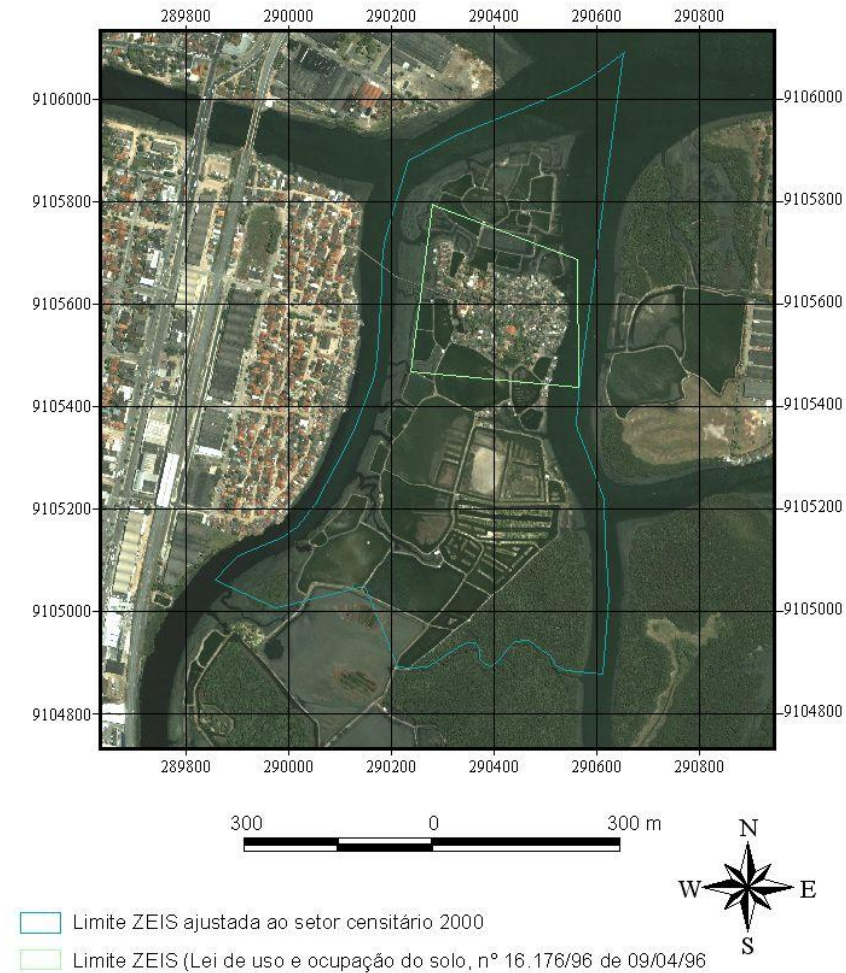
Fonte: GEOSERE - UFRPE, 2006.

Contudo, ao ser consolidada como uma ZEIS, através da lei municipal de Uso e Ocupação do Solo — 16.176 de 1996 —, a população dessa comunidade tem reconhecido o direito à moradia. Isso lhes garante a continuidade da permanência, tendo sido a área da ZEIS,

inclusive, reajustada de acordo com o setor censitário do IBGE em 2000 (mapa 5).

MAPA 5

Limites da ZEIS Ilha de Deus



Fonte: GEOSERE - UFRPE, 2006.

A realidade do Alto José do Pinho narrada por Robinho, Cal, “Primo” e Ailton Peste nas diversas experiências que acumulam, assim como as narrativas feitas por integrantes da Ação Comunitária Caranguejo Uçá na Ilha de Deus — Nuninho, Garotinho, Ed, João, Jô, entre outros participantes —, nos traz de volta questões já levantadas anteriormente: o conformismo, o silêncio da comunidade, as barganhas “políticas”, a omissão do Estado naquilo que a população de fato precisa e/ou quer, a intervenção das ONGs, a resistência: o tênue limiar entre a concessão e a conquista em meio a experiências do vivido que fortalecem

as relações com o lugar e parecem causar um misto de elementos incentivadores e/ou desanimadores quando tratamos da vivência cotidiana e as relações com os diversos agentes na cidade.

De modo a explicitar melhor cada um dos grupos e as especificidades das relações do lugar, trataremos rapidamente de cada uma das comunidades. Teremos o cuidado, no entanto, de não distanciá-las, pois a realidade vivida faz parte de um processo que não se dissocia, ainda que em certa medida fragmentado.

3.1 O Alto que escreve outra história: coletivos em rede

Em termos de área e população o Alto José do Pinho é maior e mais denso que a Ilha de Deus. Este fator traz elementos que ampliam em alguma medida a diversidade dos grupos existentes neste lugar. Com uma variedade de grupos culturais ligados aos maracatus e reisados,¹³⁷ grupos ligados à igreja ou ao candomblé, bandas ligadas ao Hip Hop e ao rock com reconhecimento não apenas local, mas também nacional como é o caso dos “Devotos,¹³⁸” o Alto José do Pinho se apresenta como uma das comunidades que conseguiu quebrar certo estigma negativo por meio das atividades culturais, e assim desenvolver um formato peculiar de militância política.

Dessa comunidade são apresentados dados referentes à educação e renda que variam de acordo com a faixa etária (tabela 4). O nível educacional da população adulta apresenta melhoras segundo os dados (tabela 5), no entanto, as dificuldades não parecem ter diminuído e ainda se apresentam no dia-a-dia de forma bastante significativas.

¹³⁷ De acordo material disponibilizado no sítio da Fundação Joaquim Nabuco, o reisado é constituído de músicos, cantores e dançarinos que anunciam a chegada do messias. “*Luis da Câmara Cascudo, no seu Dicionário do Folclore Brasileiro, diz que Reisado é a denominação erudita para os grupos que cantam e dançam na véspera e Dia de Reis. [...] Fazem parte do espetáculo os ‘entremeios’ (corruptela de entremezes), pequenas encenações dramáticas que são intercaladas com a execução de peças, embaixadas e batalhas. Os personagens são tipos humanos ou animais e seres fantásticos humanizados, cheios de energia e determinação*”. Acessado em Julho e 2009. Disponível em

<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=316&textCode=5772&date=currentDate>

¹³⁸ Banda de hardcore liderada pelo vocalista Cannibal.

Tabela 4 – Nível Educacional da População Jovem da UDH Alto José do Pinho – Recife

Faixa (anos)	Taxa de		% com menos de 4		% com menos de 8		% freqüentando	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	27,5	14,5	-	-	-	-	91,1	93,7
10 a 14	16,3	7,6	61,1	37,4	-	-	89,7	95
15 a 17	9,5	4,9	22,5	12,4	84,6	54,1	71,7	89,1
18 a 24	10,8	5,4	11,3	13,9	56,2	52,9	-	-

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

Tabela 5 - Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) da UDH Alto José do Pinho - Recife

Indicador	1991	2000
Taxa de analfabetismo	25,4	16,3
% com menos de 4 anos de estudo	36,3	27,2
% com menos de 8 anos de estudo	71,4	61,5
Média de anos de estudo	4,8	6,1

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

Sem dúvida alguma consideramos esses dados importantes quando pensamos que a educação é algo essencial para a formação do sujeito social ativo e por isso os expomos aqui. Temos ciência da importância dessa melhoria. Ao mesmo tempo não observamos os desdobramentos destes dados referentes ao nível educacional dos jovens do Alto José do Pinho quanto à renda, por exemplo, que em 2000 ainda apresenta uma média de R\$157,80 por habitante (tabela 6).

Tabela 6 - Renda, Pobreza e Desigualdade na UDH do Alto José do Pinho – Recife

Indicador	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	113,2	157,8
Proporção de Pobres (%)	57,8	32
Índice de Gini	0,52	0,48

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

Buscamos, então, desvendar a realidade desses dados, pois queremos mais do que eles podem nos apontar ainda que nos apoie. Queremos analisar a partir dessa realidade de que maneira as ações da RRS permeiam o cotidiano dessa comunidade, assim como possivelmente de outras, o que nos leva a buscar em nossos fragmentos empíricos, neste momento mais do que em outros, os indicativos das ações estratégicas da RRS e como a comunidade responde a elas.

Inicialmente é importante destacar uma peculiaridade de nossas observações: ela aconteceu em um momento do ano único na cidade de Recife, os preparativos para o Carnaval, o que causa alguma alteração no dia-a-dia das pessoas, pois a movimentação dos grupos culturais aumenta¹³⁹ e a dinâmica da comunidade se altera em função disso. Ainda assim, os grupos que jogam dominó na praça, as crianças que correm escadaria abaixo, ou acima, a vizinha que conta causos, permanecem na rotina e trazem os moradores do Alto para suas histórias de vida, bem como para as do lugar.

Consideramos mesmo que seja “o seu lugar”, o lugar no qual se reconhecem no mundo, pois ainda que com oportunidades de ir para outros lugares e permanecer fora diante de perspectivas e possibilidades melhores de vida, de acordo com os padrões da sociedade atual, eles decidem ficar. Com a banda “Os Maletas,” Robinho e Cal viajaram em turnê por três meses pela Europa. Quando questionados porque não permanecer por lá e assim construir melhores possibilidades a resposta vem de pronto: “nós queremos poder vivenciar ‘as coisas’ boas do mundo na nossa comunidade porque é aqui o lugar que crescemos e a partir do qual conhecemos e reconhecemos o mundo.”

Reconhecemos nesta fala, que se repete em lugares e com pessoas diferentes, o sentido do lugar e começamos, então, a observar

A realidade ordinária, cotidiana, que nasce no lugar e o constitui, feita de fatos e situações, que mantém a vida, [...] o que torna a cotidianidade um tema a se examinar, compreendendo “o extraordinário do ordinário”, o “sentido do insignificante”. Dessa forma, a história pode começar no lugar. [...] Relacionar cotidiano e lugar é envolver as relações próximas, ordinárias, singulares à mundialidade. A vida cotidiana, mais íntima, ao mesmo tempo situa seu lugar na sociedade global. Pela mediação do cotidiano no lugar,

¹³⁹ Na programação do carnaval multicultural da Prefeitura de Recife tem programado um pólo descentralizado de atrações no Alto José do Pinho: o pólo “Mangue no Morro”.

somos levados dos fatos particulares à sociedade global. (DAMIANI, 2002, p. 164)

Essas relações próximas e singulares as quais se refere Damiani deram origem a publicação “*Aqui do Alto a História é outra: a narrativa dos moradores do Alto José do Pinho*” (LEITE, 2009) por meio da qual pudemos retomar o contato com o Alto José do Pinho e suas histórias, e a efervescência cultural já tradicional desse bairro que, no início de sua ocupação, era conhecido com Alto da Munguba.¹⁴⁰

Com todos os problemas das comunidades periféricas de Recife, moradores engajados do Alto José do Pinho conseguem ao longo do tempo modificar parte de sua história e a imagem que muitos têm dessa comunidade. Ainda que haja muitas pessoas ociosas diante das poucas perspectivas de trabalho, Robinho defende que “as pessoas só querem uma oportunidade”, possibilidades de uma vida melhor, o que ainda se encontra restrito a uma “boa” casa, um “bom” trabalho, o que acaba implementando o discurso de inclusão.

No entanto, vemos nas atividades desenvolvidas com a música, a poesia e a comunicação comunitária possibilidades de irmos além dessa restrição na formação do sujeito, embora saibamos que o caminho inicial é este: “o moleque quer dançar, fazer uma arte e se divertir”. A partir disso, e ao longo da construção de sua história, a arte se transforma em instrumento para algo além e não mais como fim em si mesmo. O nível cultural se amplia de tal forma que seus desdobramentos passam a ser políticos a partir de determinado momento, podendo ser ainda relacionado ao nível econômico, ensaiando o prerrogativa de Lefebvre para implementar a revolução, que, segundo esse autor (1991, p. 208), só é possível se for total.

Na construção da história do Alto na cidade o cotidiano desde sempre foi marcado pelos encontros nas calçadas e as atividades de venda informal na Praça 04 de outubro, como descreve Leite, com base nos relatos dos moradores do Alto.

A Praça 04 de Outubro, sempre teve seu movimento peculiar, com seus moradores habituais e vendedores que a partir das 15h começavam a instalar

¹⁴⁰ Munguba é uma árvore de pequeno porte abundante nesta localidade no início do século XX. (LEITE, 2009, p. 26)

seus tabuleiros com os mais variados produtos: Seu João que morava na Rua do Chafariz vendia amendoim e rolete; Dona Josefa da Rua 10 vendia tapioca; Maria de Ramos vendia passarinha e peixe frito; Seu Baraúna e Domingos vendiam laranja baía, e Seu Antônio com sua garrafa de oxigênio enchia bolas de festa fazendo a alegria da garotada. Nos arredores do Cinema Guarany estavam os vendedores de amendoim, doce japonês, “afelô”, algodão doce, salada de frutas, pirulito, picolé, pipoca, cachorro quente, pastel, entre outros. Todos vendiam bastante, mas a atração era o Galego da geladeira, e seu incomparável “raspa-raspa.” (LEITE, 2009, p. 37)

Desde a década de 1940, com o aumento da ocupação, a dinâmica da comunidade já era repleta de relações próximas. Muito dessa dinâmica se perde um pouco com o passar do tempo diante das imposições de ações verticais fragmentadoras que submetem a comunidade, assim como a cidade, cada vez mais à lógica do emprego para obter as condições de consumo. Muitos resistem, e estabelecem e mantêm relações horizontalizadas que permanecem próximas, ainda que nem sempre harmoniosas.

A Rádio Comunitária Alto Falante tem sido um importante instrumento para o processo de “sacudir” a comunidade e resgatar sua história. O Alto José do Pinho tem sido um importante apoio na RRS para ampliar a possibilidade de comunicação alternativa e envolvimento das comunidades. Segundo Cannibal, vocalista da banda “Devotos” e morador do Alto

A Alto Falante é nossa menina dos olhos. [...] Agora estamos com as oficinas de rádio comunitária, que estão rolando lá no Alto José do Pinho [...]. Temos o projeto de colocar rádios difusoras, como é a do Alto José do Pinho, em outras comunidades. Já colocamos uma na Ilha de Deus, uma na comunidade do Pilar e uma lá na Muribeca [Jaboatão dos Guararapes].¹⁴¹

As trocas, para fortalecer outras comunidades, é um elemento presente no discurso e, em certa medida, também na prática das pessoas envolvidas. Porém, a rede de coletivos nem sempre se desenvolve em torno da RRS, mas muitas vezes independente dela. Ações como o mutirão de graffiti, como expôs Robinho, teve desdobramentos positivos, mas algumas outras

¹⁴¹ Entrevista publicada no blog “Andando em PE”, em 12/06/2008. Disponível em <http://andandoempe.wordpress.com/2008/06/12/tirando-leite-de-pedra-entrevista-com-cannibal-da-devotos/>

ações desenvolvidas no Alto não estão restritas a iniciativas dos grupos cooperantes da RRS e também proporcionaram oportunidades e desdobramentos.

Entre estas outras ações podemos citar o Poesis — grupo de leitura e produção de poesia; o Maracatu de Baque Solto Estrela da Tarde e o Maracatu Estrela Brilhante; os Caboclinhos de Carijó, e Tabajaras; o Afoxé de Ylê de Egba; a Sociedade dos Amigos do Alto José do Pinho, entre outros. Esses grupos resgatam a tradição e com isso resgatam também parte da comunidade. Suas atividades estabelecem trocas com comunidades que também estão em processo de (re)construção desse resgate social e de identidade.

Identificamos que essas trocas se fortalecem a partir de momentos considerados mesmo triviais, como bem nos advertiu Lefebvre (1991): é a visita às outras comunidades “para tomar uma cerveja, jogar uma pelada e trocar com a comunidade” como expõe Zé Brown, vocalista da banda “FACES do Subúrbio” e morador do Alto José do Pinho. A partir de uma embolada — ritmo de Repente tradicional no Nordeste — composta por Zé Brown, sentimos que a identidade da periferia se afirma apesar das práticas urbanas fragmentárias. A não negação dessa periferia mais do que o sentido de identidade provoca um sentimento de orgulho por parte da população, principalmente os jovens.¹⁴²

Toda esta efervescência político-cultural acontece em meio às dificuldades pela falta de condições materiais. Robinho ressalta que as barganhas políticas ocorridas, em geral, de quatro em quatro anos não é o caminho que consideram viável para que os grupos possam desenvolver os trabalhos com autonomia. Ele reafirma com veemência “não fazemos pacto com essa farsa.”¹⁴³ Em uma sistemática semelhante as das cooperativas se organizam para montar as condições mínimas que precisam, já que além de tudo a mídia comercial insiste em expô-los por meio de práticas assistenciais. Os meios de comunicação de massa transmitem ainda para a cidade uma realidade de pobreza com as quais estes grupos não somente não se identificam como combatem diariamente (tanto a exposição negativa, quanto a pobreza material em si).

Embora tenhamos identificado pouca interação dos grupos do Alto José do Pinho em

¹⁴² Na música Zé Brown canta “[...] sou de Casa Amarela, sou do Alto Zé do Pinho, sou da Bomba do Hemetério, sou de Água Fria, sou de Peixinhos, Alto Zé Bonifácio, sou Morro da Conceição, sou Iburá de Baixo, Santo Amaro [...]”. Música *Butadas*, do CD “Como é triste de Olhar”. Vídeo disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=fd32O9MiP-w>>

¹⁴³ Refere-se ao que denomina como violência quando de quatro em quatro anos os cabos eleitorais chegam com políticos “desconhecidos” que fazem promessas e só voltam quatro anos depois

espaço de discussão da RRS (entre estes as reuniões semanais), observamos que o ideal comunitário de suas ações, e de fortalecimento coletivo na/da periferia, continua sendo algo comum entre os grupos, mesmo aqueles que efetivamente participam menos diretamente das construções da RRS.

Algumas trocas acontecem diretamente de comunidade para comunidade como na proposta inicial da RRS para a consolidação das tramas horizontais na RRS. No entanto, observamos tanto pelas reuniões da RRS quanto pelas visitas ao Alto José do Pinho que ainda há dificuldades em ampliar amarrações mais firmes nessa trama de forma a integrar diretamente os coletivos cooperantes, de forma a tornar a articulação mais fluida.

A dificuldade de deslocamento das pessoas, as preocupações necessárias com o imediato: o morar, o alimentar-se, o pagar as contas que são colocadas como símbolos da conquista da cidadania, os limitam. Mas não os impede de persistir. Segundo Robinho, “o maior pagamento que a gente tem é que o jovem está envolvido com a gente e não está envolvido com as drogas” — um problema que tem se ampliado não só nas comunidades em Recife, mas em diversas outras cidades do país e do mundo. Estas pessoas tornam-se multiplicadores do conhecimento que adquiriram desenvolvendo ações de resgate. Não obstante, reconhecem ser insuficiente, já que acreditam que seja necessário que a comunidade como um todo se envolva mais e de fato, agindo ativamente para a transformação social.

Nesse sentido, apesar das limitações a efervescência cultural é um fator importante para o reconhecimento do Alto José do Pinho na cidade. A troca por meio da RRS, seja no apoio ao conhecimento referente às rádios comunitárias, seja nas possibilidades de formar/capacitar grupos por meio de oficinas¹⁴⁴, amplia as relações entre as periferias e delinea a teia que formará a rede socioespacial dessas relações.

Contudo, sabemos que a cultura, assim como as produções coletivas ou mesmo a arte e a mídia alternativas, representa instrumento para uma luta que, como expôs Harvey com bastante segurança, vai além destas formas e deve objetivar a essência política da luta, cada vez mais necessária, contra uma estrutura hegemônica e homogeneizante. A tentativa de capturar as iniciativas emancipatórias de modo a normatizá-las coloca em risco a autonomia

¹⁴⁴ A exemplo dessa possibilidade a proposta em pensar uma oficina de corte, costura e costumização de mulheres da Ilha de Deus, que tem equipamentos disponíveis, pelas costureiras do Alto José do Pinho, demonstra as parcerias que são construídas entre o Alto José do Pinho e a Ação Comunitária Caranguejo Uçá e que podem e devem ser ampliadas para outras comunidades da cidade.

dos grupos em termos políticos, já que em termos financeiros, no que tange as necessidades materiais, as limitações ainda são existentes e/ou dependentes.

A cultura como instrumento de transformação social no Alto José do Pinho apresenta potencialidades amplas pela construção histórica dos sujeitos sociais que, assim como Josué de Castro, não esquecem o Recife e a periferia que lhes abriram os olhos para o mundo. E por isso, reforça Robinho, a integração em rede por meio da RRS pretende

Desenvolver ações pelas quais iremos de encontro ao nosso maior objetivo comum, que é fazer com que as pessoas se livrem do consumismo e do grande capital econômico privado. Pois, cada vez explora mais nossa comunidade fazendo com que ela se mantenha dependente de produtos industrializados; [é preciso] levar a política da auto-suficiência comunitária e social. **[Entrevista Complementar. Robinho. Agosto de 2009]**

Sendo um dos desafios da RRS “a criação de lugares fortes e legítimos de produção cultural e de comunicação alternativa na cidade, a partir das comunidades”. O Alto José do Pinho apresenta elementos que podem fortalecer o diálogo entre as pessoas, fazendo com que a comunidade se veja, se ouça e reconheça a riqueza da periferia colocada a mostra pela comunidade em sua articulação em rede a partir da produção cultural e social.

Essa produção traz para a cidade os desafios, a visão de mundo, a cara e a cor da maioria. Somos uma rede de afetos, capaz de mudarmos nossos hábitos destrutivos através das relações. Isso não quer dizer que nós estamos vacinados e imunes a estas forças, e este é outro dos desafios de se articular em rede, dar conta de que os opressores também somos nós. E aí vamos crescendo. **[Entrevista Complementar. Elaine Bomfim. Agosto de 2009]**

Nesse sentido não é a RRS que permeia o cotidiano das comunidades, mas o cotidiano nas comunidades que dá subsídios à formação da RRS. As *ações estratégicas* da RRS permeiam o lugar enquanto ação política potencializadora de algo que a comunidade já apresenta. Sejam os mutirões de graffiti, sejam as rádios comunitárias, os grupos de poesia, estas ações estratégicas estão contidas na RRS, mas Vêm das comunidades e da periferia que,

com flores e cores reescrevem suas histórias

A resistência cotidiana no Alto José do Pinho, somada ao Alto Santa Terezinha, Alto José Bonifácio, Bomba do Hemetério, Alto do Pascoal, Morro da Conceição, Peixinhos, entre outras comunidades desvela um cotidiano latente, ainda que cindido, com laços fortes a partir de relações aparentemente triviais, que se mostram essenciais para a construção e fortalecimento da relação com o lugar a ponto de ter confundida sua história com a da comunidade, num misto de lutas, festas, debates e criação. O lugar proporciona a reconstrução do sentido da *Rua*, modificando a representação de violência e ociosidade. Acreditamos que esta dinâmica de trocas entre os coletivos em rede pode resgatar e ressignificar o encontro nesse espaço para o fortalecimento desse lugar. O Alto mais do que conta sua história: o Alto a reescreve todos os dias a partir do que consideramos, desde o início, o movimento a favor da *rua*.

3.2 A Ilha de Deus: resistência e permanência

A Ilha de Deus, ao contrário do Alto José do Pinho, é uma pequena ilha onde há apenas um acesso — a ponte — e o número de habitantes, também em função de seu tamanho, é bem menor. Assim como o Alto José do Pinho os dados apresentados mostram “melhora” nas condições de vida da população. No entanto, como em diversas outras comunidades socialmente periféricas, não há evolução na renda dessa população cuja base de sustentação é tirada do próprio mangue (Tabelas 7, 8 e 9).

Tabela 7 - Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária na ZEIS Ilha de Deus - Recife		
	1991	2000
7 a 14	71,7	50,5
10 a 14	58,9	39
15 a 17	49,2	31
18 a 24	38,1	34,5
Mais de 25	54,7	51,4

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

Indicador	1991	2000
Média de anos de estudo	2,1	2,5
% com menos de 4 anos de estudo	68,2	20
% com menos de 8 anos de estudo	94,3	53
% com mais de 11 anos de estudo	0	0,9

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

Indicador	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	164,7	105,5
% sem rendimento	3,4	42,3
% com rendimento até 1 salário mínimo	66,5	35,8
% com rendimento de 1 a 2 salários mínimos	21	16,3
% com rendimento acima de 10 salários mínimos	0	0

Nota: O salário mínimo em 2000 era R\$ 151,00.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

Os dados referentes aos níveis educacionais apresentam algum progresso, mas a renda média por domicílio mostra uma queda, ficando inclusive abaixo do salário mínimo à época (em 2000). As condições difíceis de vida, mais uma vez, desvelam a riqueza da criatividade para sobrevivência. A luta desde sempre existente na Ilha de Deus faz com que esta comunidade, por meio da atuação dos seus moradores, assumam um papel político de destaque em Recife.

Com o foco da análise e abordagem voltada a Ação Comunitária Caranguejo Uçá, coletivo cooperante da RRS, observamos que há menor diversidade de grupos¹⁴⁵ — provavelmente também em função do tamanho e do contingente populacional. Através de ações contínuas ao longo dos nove anos de existência o Caranguejo Uçá já conseguiu construir uma estrutura material significativa por meio de parcerias e projetos, mas assim

¹⁴⁵ O Centro Educacional Saber Viver é um espaço existente na Ilha de Deus há mais de 30 anos cuja atuação se assemelha a das Associações de Moradores da década de 1990. Financiada por uma ONG da Alemanha, este centro dispõe de cursos profissionalizantes para produção de pão, picolés e vassouras, e a direção é a mesma há mais de 20 anos.

como a maioria dos coletivos cooperantes da RRS resiste à institucionalização como estratégia de manutenção de sua autonomia.

Ao contrário de grupos como o Gambiarra, de Campina de Barreto, o Caranguejo Uçá tem sede própria, rádio comunitária — *Boca da Ilha* — acervo para biblioteca (Figura 12), instrumentos de percussão, equipamentos para um pequeno laboratório de informática, máquinas de costura para oficinas de customização, equipamentos de câmera e vídeo para os trabalhos relacionados à produção audiovisual. No entanto, essa estrutura material não foi conseguida repentinamente, e ao ouvir os moradores desse lugar podemos constatar que sua história se diferencia diante das especificidades apresentadas no lugar e tem atraído muitos “olhares”.

Figura 12



Foto: Acervo da Ação Comunitária Caranguejo Uçá. s/d
Encontro para organização do acervo da biblioteca na sede da Ação
Comunitária Caranguejo Uçá

O fato de a Ilha de Deus ocupar uma área de manguezal e desenvolver atividades voltadas para a carcinicultura faz com que muitos questionem a ocupação que se iniciou na primeira metade do século XX. No entanto, a preservação do manguezal do Pina se deve, em parte, a essa ocupação. Depois de muitas idas e vindas parte dos moradores iniciou um trabalho de conscientização ambiental na própria comunidade diante da importância e

necessidade desse ambiente, aparentemente inóspito, mas que garantem o alimento para para os pescadores e catadoras de marisco.

A prática de remoção das comunidades em áreas consideradas frágeis quando ocupadas pela população de baixa renda foi implementada sistematicamente no século XX, embora quando se trate dos empreendedores imobiliários essa fragilidade torna-se contornável por meio da técnica. No entanto, com as particularidades da constituição das ZEIS, e sendo a Ilha de Deus uma destas, a relação de proximidade não somente com a população, mas com o lugar e o ambiente do mangue diluí, para nós, o choque inicialmente constatado referente à ocupação de uma ZEPA que é também uma ZEIS.

Nos Deparamos, sim, com o embate entre o direito de morar e a necessidade de preservar. No caso da Ilha de Deus não consideramos ser um embate de fato conflituoso, pois como tratamos de uma comunidade tradicional de pescadores,¹⁴⁶ a maior parte dos seus moradores apresenta certa compreensão. Sabem que aumentar as áreas de seus viveiros e desmatar o mangue ainda preservado é proporcionar argumentos para aqueles que têm interesse na remoção dessa população. Ademais, não podemos remontar mais uma vez ao discurso, para nós ultrapassado, de que há degradação devido à ocupação por uma população pobre de baixa renda.

Assim, tão resistente quanto o manguezal do Pina que sobreviveu a urbanização avassaladora da cidade, são os moradores da Ilha de Deus que resistiram as pressões de sua retirada. Hoje o local passa por uma intervenção do Governo do Estado de Pernambuco que propôs a urbanização da Ilha de Deus para melhorias nas condições de habitação para a população. A intervenção é resultado da resistência e da luta travada ao longo dos anos e pelo reconhecimento do lugar e da atuação política de seus moradores, contrários ao estereótipo de “pobres coitados”, distinguindo a responsabilidade dos agentes sociais diversos na degradação ambiental e, principalmente, na degradação humana na cidade do Recife hoje.

Ao vivenciarmos a realidade do morro e a realidade do mangue não podemos simplesmente ignorar as diferenciações. Estas não ocorrem em função da localização apenas, mas em função da atuação dos grupos. No Alto José do Pinho identificamos várias ações desenvolvidas com foco na comunicação e cultura alternativas e o enfrentamento acerca da

¹⁴⁶ A um documentário muito interessante produzido sobre os pescadores urbanos na Ilha de Deus: “Quando a maré encher”, que mostra essa relação próxima dos moradores que combatem a retirada predatória de caranguejos e mariscos.

luta pela permanência e por condições melhores de habitação ocorreu de forma mais acirrada na década de 1960 e 1970, como vimos no capítulo 1.

Na Ilha de Deus o direcionamento dado às ações por meio da arte e comunicação também está fortemente presente. No entanto, enquanto no Alto José do Pinho a efervescência cultural transborda e desce escadaria abaixo, ou seja, difundiu-se pela comunidade e pela cidade, na Ilha de Deus os embates políticos apresentam enfrentamentos tensos diante das ameaças constantes de “remoção”. Estas ameaças acontecem principalmente por conta da valorização dessa área pela especulação imobiliária.

Atualmente essa prática não ocorre mais por meio da ação direta do Estado. Porém, há certo receio entre a população de que com a urbanização haja uma valorização que tente expulsá-los por força do mercado. Um caso semelhante conhecido é o de Brasília Teimosa, que com a urbanização promovida pelo Governo Federal e a Prefeitura de Recife na primeira gestão do presidente Lula na presidência (2003-2006), teve parte dos moradores removidos para um conjunto habitacional no bairro do Cordeiro.

A preocupação com a permanência no lugar e a conservação do ambiente de onde muitos ainda extraem a sobrevivência é algo recorrente na fala de Nuninho, integrante do Caranguejo Uçá, e de outros moradores. Para ampliar a conscientização daqueles mais recentes na Ilha, cujos laços ainda estão sendo construídos, jovens como Nuninho, Garotinho, Ed, utilizam a Rádio Comunitária — batizada “Boca da Ilha”¹⁴⁷ (Figura 13) —, além das ações que envolvem a comunidade nesta iniciativa.

¹⁴⁷ Isto porque na década de 1990 havia bocas de fumo e tráfico de drogas na Ilha de Deus que por iniciativa da própria comunidade foram extintas, sendo a rádio “Boca da Ilha” uma referência a esta história.

FIGURA 13



Foto: Acervo da Ação Comunitária Caranguejo Uçá. s/d
Rádio Boca da Ilha – Sede do Caranguejo Uçá

Os jovens do Caranguejo Uçá constroem críticas por meio das peças encenadas pelo TRIlha, mobilizam parcerias para trazer educação para a comunidade¹⁴⁸ em outros formatos e buscam em outras experiências ampliar as possibilidades de comunicação com a comunidade. A rádio Boca da Ilha, como expomos anteriormente, é uma parceria com o Alto José do Pinho e a Rádio Alto Falante. Com exceção das produções coletivas, as demais ações estratégicas pensadas em rede por meio da RRS se encontram presentes de forma marcante na Ilha de Deus. Ainda que a preocupação com a solidariedade nas relações muitas vezes se desenvolva no discurso, esbarra na prática de um cotidiano que apresenta dificuldade em realizar o diálogo com a própria comunidade.

Esta parece ser uma problemática presente nas diversas comunidades periféricas, cuja dificuldade reside ainda na ausência do entendimento da sua realidade no contexto da cidade. De volta à temática do ambiente Nuninho nos relata seu entendimento da visão da cidade enquanto totalidade tomando como exemplo os rios que margeiam o Parque dos Manguezais: “naquele ponto, ele diz, é apenas uma parte de um rio que vem de longe e traz em seu curso suas águas e a histórias de muitas cidades” — referindo-se ao rio Pina e Jordão. Com isso defende sua comunidade e as ações que desenvolvem no sentido de conservar aquele espaço.

¹⁴⁸ Em 2006 foi feita uma parceria com a Universidade de Pernambuco, via Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado para realização de um cursinho pré-vestibular na própria Ilha de Deus.

Ao reclamar da quantidade de lixo depositado nos rios e o esgoto lançado neles, questiona: “de onde vem este lixo? Da nossa comunidade? É daqui que muito de nós tira o seu sustento, não seria coerente poluir nossa sobrevivência”.

Não aceitam, portanto, uma responsabilidade que não lhes pertence, mas assumem a co-responsabilidade de intervir para mudar esta realidade denunciando, por exemplo, que “O Recife das águas é uma farsa,” fazendo referência a um programa da Prefeitura de Recife que visa desenvolver turismo pelos rios de Recife. A partir destes elementos e da vivência da cidade, nossa crítica corrobora com as de Nuninho. Pensar um programa de turismo nos rios da cidade, de geração de renda para empreendedores desse ramo, sem discutir em quais condições esses rios se encontram — poluídos, assoreados em muitos pontos, com as margens desmatadas, etc. —, bem como a população que ainda sobrevive dele nos parece antagônico e apresenta nuances de conflitos e discordâncias entre as esferas competentes para solucionar essas questões.

Em comparação ao Alto José do Pinho, as relações do Caranguejo Uçá com as instituições do Estado parecem mais tensas e o objetivo, segundo Nuninho, é, sem dúvida, “permanecer sendo uma pedrinha no sapato deles; uma pedra no sapato do sistema que não vai conseguir vencer nossa resistência.” Nesse ponto, há ainda certa divergência entre os depoimentos de Robinho que acredita que a RRS é ativa no processo de ampliação das trocas, pois tem para si que “a RRS somos nós” e a fala de Nuninho que acredita que o ideal da RRS tem sido desvirtuado.

Temos aqui um conflito que não é mais entre grupos/comunidade e instituições do Estado, mas uma clara divergência na concepção e no entendimento do que é a RRS hoje para e nas comunidades. Em meio a essa discussão Nuninho deixa claro que o objetivo e as propostas da RRS são os objetivos e as propostas das comunidades, porque a RRS é a comunidade e a comunidade quer estar articulada em rede. Sua crítica caminha no sentido de que as comunidades não estão tão ativas na RRS, esta que parece distante das comunidades.

Mas como pensar esse descompasso se a RRS existe em função das relações horizontalizadas entre as comunidades? Segundo Nuninho, as relações têm sido reduzidas e não ampliadas como poderia possibilitar a RRS, “alguns indivíduos deturpam a história pelo Ter e deixam o Ser à margem.” Nuninho e Ed reconhecem a força da RRS, sua potencialidade, mas reclamam que as comunidades não estão presentes de fato, seja pela

dificuldade de acesso ao centro, onde ocorrem semanalmente as reuniões da RRS, seja pela ausência de trocas entre as próprias comunidades.

Constatamos que, ainda que involuntariamente, a RRS a qual Nuninho se refere está concentrada nas figuras de Galo de Souza, alguns outros (as) graffiteiros (as) e universitários (as), que têm participado com mais frequência das reuniões semanais realizadas no centro de Recife. Mesmo sendo válida as observações feitas por Nuninho, sabemos que é preciso ocupar os espaços para que a crítica seja construída também de forma coletiva, a fim de que as ações tenham maior interação com a comunidade nas quais acontecem igualmente de forma coletiva.

Apesar desse contexto levantado por Nuninho, e ele é coerente com a realidade atual, Elaine coloca alguns contrapontos relevantes: ela observa que a RRS passa por um período de refluxo no qual muitas das suas ações e estratégias precisam ser repensadas e as pessoas, assim como as comunidades, precisam rever sua atuação em rede. Ao mesmo tempo, os grupos em suas comunidades têm passado por um processo de enraizamento e fortalecimento em seus lugares, o que faz com que novos coletivos urbanos surjam e outros já existentes sejam ampliados.

Ainda assim, Nuninho é taxativo:

a RRS tem que estar na comunidade, as informações sobre as produções devem ser descentralizadas e o Mutirão de Graffiti [principal ação da RRS atualmente] deve ser repensado, pois não há interação com a comunidade. O que vamos fazer na comunidade? O que a comunidade vai fazer durante a ação? **[Entrevista concedida por Nuninho. Ilha de Deus – Ação comunitária Caranguejo Uçá. Fevereiro de 2009]**

Notamos que a relação dos grupos das diversas comunidades com a RRS é diferente diante da construção crítica e as demandas de cada coletivo. Identificamos na ilha de Deus conflitos que não nos foram revelados no Alto José do Pinho. O Caranguejo Uçá reivindica trocas mais horizontais não apenas no discurso, mas na prática das ações. Propõe discutir, mais a fundo, as questões que conformam a realidade das comunidades na contemporaneidade, envolver-se na sua comunidade e na comunidade do outro, tendo claras as limitações dessa proposta.

Para tanto continuam apostando nos eixos estratégicos de ação com foco na arte, na cultura e na comunicação alternativas. Criaram, além do TRIlha, o maracatu da Ilha e, com o auxílio dos que (assim como eu) “vem de fora”, desenvolvem atividades relacionadas à saúde, com Rodrigo Oliveira — médico recém formado engajado na saúde comunitária —, e ao cinema. Semanalmente é exibido ao ar livre filmes diversos para a população da comunidade que, dentro do possível, discute os conteúdos apresentados.

Tendo claro o reconhecimento dessas atividades para a comunidade não podemos, no entanto, passar a creditar a estes instrumentos a transformação social necessária para podermos pensar a Cidade. Mais uma vez reconhecemos a potencialidade dos instrumentos da cultura e da comunicação alternativas, apesar da captura destes elementos pelo mercado e pela cultura de massas. No entanto, por si só estes instrumentos não possuem esse poder. Assim, a possível parceria com o Alto José do Pinho acerca da possibilidade de realizar oficinas de corte e costura, a troca e construção conjunta nas produções audiovisuais com o coletivo de Caranguejo Tabaiares, a luta pela sobrevivência com a alegria pela vida que se encontra na *rua*, tudo isso nos aponta para o que Gonçalves (2002) chama de resistência pela R-Existência.

A possibilidade dessa R-Existência presente nas falas, ainda que com outras palavras, dos diversos sujeitos sociais com os quais conversamos representaria para nós a construção do caminho da vivência plena para além da sobrevivência, obviamente não dissociada dela. A vivência para além da sobrevivência, por sua vez, remete-nos à possibilidade de tornar as reivindicações de bens imateriais objeto de luta concreto. Reforça a luta pelos bens materiais de necessidade básica dos movimentos populares em geral e reivindicam os bens imateriais como a cultura, a comunicação, a formação, o reconhecimento da individualidade e da coletividade do sujeito social e histórico, para além da concessão dos agentes hegemônicos.

3.3 O Mutirão do Pilar: a experimentação da Rua

A construção da conquista, para além da concessão, nos foi indicada ao vivenciar, no campo, a experiência do Mutirão de Graffiti do Pilar. Realizado em fevereiro de 2009, foi

uma experiência que consideramos fundamental para nossas análises. Embora neste momento possamos parecer descritivos em demasia acreditamos que este movimento seja necessário para o entendimento dessa ação na/para comunidade.

Inicialmente retomemos um pouco da história do Mutirão de Graffiti e os objetivos que fizeram com que a RRS propusesse essa ação mensalmente em comunidades diversas. Em verdade, a proposta de realização dos mutirões de graffiti parte da RRS, mas, a escolha das comunidades nas quais serão realizados os mutirões parte da demanda dos coletivos da comunidade, que reivindicam a realização do mutirão e assumem a preparação e organização da comunidade para este momento.

Nossas impressões pré-mutirão nos reconduzem à crítica feita por Nuninho quanto à importância da presença da RRS, ou seja, das demais comunidades, nesse processo de preparação da ação, que no caso do mutirão do Pilar ficou a cargo basicamente da rede ParticiPilar com forte atuação de Luciana e Cleiton. E nesse sentido algo curioso nos chama a atenção quanto à reivindicação do Mutirão de Graffiti no Pilar, que envolve duas questões: a primeira diz respeito à necessidade e importância de movimentar a comunidade tendo em vista que há uma proposta da Prefeitura de Recife para urbanização do Pilar, que está há poucos metros da instituição (Figura 14).

FIGURA 14



Vista da sede da Prefeitura de Recife a partir da Comunidade do Pilar.
Foto: Ananda Martins. Fevereiro de 2009.

A segunda questão é o marco referente à volta de um dos participantes e morador do Pilar ao convívio da comunidade, afastado por questão de segurança. Destacamos esta segunda questão por nos remeter a uma fala, sentido e sentimento, que embora aparentemente triviais, desvel-nosa a relação de pertencimento já surgida em outros momentos de nossa pesquisa. Mais uma vez, observamos a possibilidade de outros caminhos e a opção de ficar, neste caso, o desejo claramente emocionado de voltar.

Motivados por essas questões o Pilar assume o mutirão de fevereiro, e os demais coletivos no dia marcado contribuem com equipamentos de som e atividades voltadas às crianças (estas últimas desenvolvidas, em geral, por Rodrigo e Rebeca da Ação Comunitária Caranguejo Uçá). Para o momento de realização do mutirão os grupos da comunidade se mobilizam e se organizam para pensar a programação que irão propor.

No caso no mutirão do Pilar a *ação* teve início com um cortejo do grupo de percussão existente na comunidade. Como, de acordo com Santos (2004), toda ação está imbuída de intencionalidades, não por acaso o cortejo percorre toda a comunidade, com aproximadamente 460 famílias.¹⁴⁹ Os acordes do maracatu objetivam não somente encantar através da cultura da terra, mas “fazer barulho e acordar a população para o fato de que os grupos da comunidade estão ativos e que a comunidade precisa acordar”¹⁵⁰ (Figura 15 e 16).

FIGURAS 15 E 16



Cortejo de percussão pela comunidade do Pilar – Recife.
Mutirão de Graffiti do Pilar.
Foto: Alcides Martins Jr. Fevereiro de 2009.

¹⁴⁹ Não temos dados precisos. Esta informação está disponível no sítio da PCR <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pilar.html>

¹⁵⁰ Fala de Cleiton no Mutirão do Pilar.

Nesse momento, muitos saem às ruas. Os mais velhos se admiram e ao iniciar a escolha dos locais para realização dos graffiti muitos solicitam que sejam os seus muros preenchidos de cores. A dinâmica e o movimento no momento da ação fazem com que muitos moradores da comunidade revejam seu posicionamento quanto aos graffiti, em geral marginalizados, mas também reconheçam que é preciso fazer algo pela comunidade, ainda que permaneçam passivos neste primeiro momento.

A rotina do Pilar tem sido marcada pela violência policial e, assim como tantas outras comunidades, a tentativa incessante de remoção suspensa diante do projeto de revitalização ou requalificação da comunidade como tem chamado o Ministério das Cidades.¹⁵¹ A proposta consiste na construção de um conjunto habitacional com “17 blocos de apartamentos com quatro pavimentos” cujos padrões fogem a forma atual, que muito provavelmente, mudará a dinâmica da comunidade. As projeções estampadas nas divisórias que envolvem a Igreja do Pilar – em reforma – nos lembrou a estrutura dos pavilhões da década de 1970 na França que retratou Lefebvre em “A revolução urbana” (1999).

Contudo, mesmo com as tensões que envolvem a concretização desse projeto diante do diálogo reduzido com a população da comunidade, segundo Luciana, e o terror gerado pela ação violenta da polícia, denunciada pela comunidade que tem invadido casas e espancado os moradores,¹⁵² ainda assim, o que podemos identificar ao longo da realização do mutirão do Pilar foi o intuito claro por parte dos grupos de percussão, da rádio comunitária e outros grupos envolvidos, em manter esse movimento pulsante. Isto nos indica, conforme Lefebvre (1973, p.09) que “[...] não há totalidade completa, consumada [...]”. Diante disso todas as possibilidades de insurgência do urbano por meio do cotidiano e das experiências do vivido são concretas e podem se materializar nos lugares.

A busca dos agentes do capital é posta de modo a capturar a subjetividade “operária” à sua lógica de modo integral, como posto por Antunes e Alves (2004), para além do chão da fábrica, mas esta tentativa não se concretiza em sua totalidade, tendo em vista que a totalidade social está em um movimento constante de totalização (SANTOS, 2004). Portanto, as brechas na lógica de reprodução do capital e da produção do espaço urbano a partir disto nos indicam

¹⁵¹ Ver sítio <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/Imprensa/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/noticias-2009/abril/projeto-do-pilar-vira-realidade/>>

¹⁵² Jornal do Comércio de 18/08/09. Caderno Cidades.

caminhos para a ruptura com esta lógica, aponta a descontinuidade no próprio processo de captura do vivido nessa dinâmica que rege as cidades ao longo da história: a lógica do capital e não das pessoas (HARVEY).

Vivenciamos ao longo do cortejo o sentido da *rua*, identificamos no decorrer da realização do mutirão a presença forte do lugar de encontro. O lugar realmente, conforme Santos (2004), como possibilidade de concretização do mundo. E, com isso, observamos a reativação da Radio Comunitária do Pilar (Figura 17) e a contribuição dos demais coletivos com o som e as mensagens passadas através da música e dos graffitis (Figura 18 e 19)

FIGURA 17



Rádio comunitária do Pilar – Recife.
Foto: Alcides Martins Jr. Fevereiro de 2009.

FIGURAS 18 E 19



À esquerda DJ Charles.
Fotos: Alcides Martins Jr. Fevereiro de 2009.

No entanto, nossas análises nos levam a identificar elementos que não coadunam de todo com o sentido da integração/cooperação, o que não quer dizer que não seja passível de mudança. Já no início da ação, identificamos muitas pessoas que vieram para “um evento de graffiti” e talvez aí esteja uma das distorções do sentido da rede e da ação que é o mutirão exposto por Nuninho. Consideramos, nesse contexto, a omissão dos idealizadores do mutirão, um complicador para efetivação da prática social de uma **ação** coletiva, pois alguns nem ao menos tinham conhecimento do que era a RRS e qual o intuito do Mutirão de Graffiti enquanto ação que se pretende ser social e política.

O graffiti é um instrumento interessante porque atrai e envolve as pessoas. Entretanto, o Mutirão não é um evento e tão pouco se restringe ao graffiti, ainda que este seja usado como motivo central *a priori*. A questão seria como mediar estas distorções, como, por exemplo, aproveitar o desconhecimento de alguns para ampliar a rede, fazendo com que o evento seja reconhecido como ação e o graffiti como um instrumento que muda a vida do indivíduo, um instrumento que o leva a construção da coletividade.

Em um momento posterior, direcionado à avaliação do mutirão, nossas contribuições não foram consideradas, a princípio, como algo relevante, havendo certa recusa, ainda que de forma implícita, em aprofundar esta discussão que tinha como referência ainda a pouca interação direta com a comunidade para além “dos seus muros”. A dificuldade de todos em adquirir os materiais para pintar os graffiti é compreensível, tendo em vista a falta de apoio para seu custeio. Mas se podemos pensar ações estratégicas para dialogar com a comunidade por meio das rádios, da dança e do teatro, por que não pensar em estratégias de usar o graffiti de forma a envolver os jovens e as crianças efetivamente numa discussão e leitura acerca da comunidade e da cidade?

Com todos os questionamentos possíveis de serem feitos a avaliação para a comunidade é positiva. Em verdade consideramos o momento pré-mutirão o momento mais importante para os grupos envolvidos da comunidade, mais do que o próprio mutirão em si. Pois, é nesse momento que eles se encontram, se enxergam e se reconhecem. Ao longo dos preparativos e das correrias para que tudo saia bem os grupos perceberam o quanto são importantes no processo de reflexão e discussão quando as possibilidades de mudanças na sua comunidade, quiçá na cidade. Percebem como o outro é importante para a construção do coletivo e que por meio dessa construção é possível ampliar os debates e embates necessários para chegarmos a cidade com um direito de fato.

No momento pré-mutirão, em geral, fortalece-se os laços existentes ou que passam a existir com esta movimentação, a ação abre espaço para que a comunidade ao menos reconheça esses grupos e os apoiem, até que venham a se envolver, como almejam os grupos que participam da RRS.

O espaço do movimento, nesse momento mais do que antes, nos possibilita enxergar o movimento do espaço através da identidade e reconhecimento com o lugar, cuja mediação feita pelo cotidiano nos permite pensar na ampliação da apropriação desse cotidiano. Esta apropriação de forma consciente o restituiria em sua totalidade para além da repetição do dia-a-dia, e abre perspectivas para a construção da vida em meio à criação da R-Existência no urbano.

O DIREITO À CIDADE, O DIREITO À RUA, A CONSTRUÇÃO LATENTE DO COTIDIANO



Foto: Alcides Martins Jr
Ensaio de Maracatu na rua no centro do Recife

A resistência popular toma outro corpo para nós que há alguns anos optamos por estudar, compreender e analisar os Movimentos Populares no recorte urbano, e agora as novas resistências em um contexto de urbanização específico. E nesse contexto, temos apenas uma certeza: a de que ao término desse trabalho nossos questionamentos se ampliam, e continuamos a ter mais perguntas do que respostas.

Contudo, é possível construir apontamentos diante dos elementos que levantamos ao longo da pesquisa. Nesse movimento consideramos que agregar o cotidiano nos possibilitou um enriquecimento da análise por meio da qual podemos identificar o sentido e os sentimentos diversos na periferia recifense. Esse sentido está relacionado, para nós, a identidade que surge a partir do momento em que a relação com a rua é ressignificada pelos sujeitos. Os jovens do Alto José do Pinho, Campina do Barreto, Ilha de Deus, Pilar, dentre outras comunidades, que antes enxergavam na rua algo vazio de sentido diante da ociosidade, têm a oportunidade de preencher esse vazio com o sentido de encontro e solidariedade. Com isso, não queremos dizer que a violência, o tráfico de drogas e todos os perigos presentes nas ruas das grandes cidades brasileiras desaparecem. No entanto, preencher a leitura da *rua* com o significado do encontro pode direcionar a transformação também da realidade violenta nas cidades, em especial nas periferias.

Na construção da luta pelo direito à Cidade os movimentos populares também passam por mudanças, e podemos explorar as diferenciações entre os Movimentos Populares (MP) da década de 1980 e os movimentos de resistência populares nesse início do século XXI, chamados por Souza (2007, 02) de “novíssimos movimentos sociais” apenas para deixar clara a distinção entre eles. Os principais elementos que indicam essa diferenciação são as demandas e as estratégias, além do contexto histórico que também se modifica.

Na década de 1980 a luta pela sobrevivência quanto à moradia e infra-estrutura básica nas periferias das grandes cidades limitava os movimentos populares que, ao serem cooptados pelas ações assistenciais do projeto neoliberal que se estabelecia, se acomodaram. Em um contexto no qual as emergências da vida se mantêm, mas acumulam novos elementos as novas demandas fazem surgir novos grupos e novas estratégias. Diferentemente dos movimentos populares da década de 1980 que tiveram a institucionalização como estratégia de se fortalecer frente ao Estado, os grupos comunitários que compõem a RRS resistem, em sua maioria, à institucionalização.

Dessa forma, consideramos que é possível apontar os elementos que diferenciam estes dois movimentos no tempo — os MP da década de 1980 e os movimentos de resistência populares dos anos 2000 — mas não compará-los como avanços ou regressões, pois se constituíram em conjunturas política e econômica diferenciadas. Além da questão relacionada à institucionalização nesses dois momentos, observamos que a proposta de retorno às bases também se dá nos anos 2000 de forma diferenciada, e o que parece em um primeiro momento uma repetição, deve ser visto como um resgate renovado. Isto porque a proposta da RRS é que a comunidade se volte para a própria comunidade, e a periferia esteja no centro do debate.

A potencialidade desse movimento é reconhecida pelos coletivos em rede. As *estratégias* da Rede de Resistência Solidária são fortemente ativas quanto aos eixos estratégicos de ação e a resistência à institucionalização. Contudo, como a articulação em rede entre os coletivos urbanos se dá por meio das *ações* e não por uma organização efetiva, a organicidade de sua estrutura parece ficar comprometida. Neste momento final e diante desta instabilidade organizacional que a RRS nos apresentou, poderíamos pensar se essa também pode ser uma estratégia para manutenção da autonomia dos grupos e um formato de autogestão mais flexível. Contudo, é importante lembrar que se queremos romper com as estruturas postas pelo modo de produção vigente devemos estar atentos aos outros interesses e intencionalidades na cidade, e, mesmo que não articuladas aos interesses produtivistas — seja produção de mercadorias ou de relações programadas — os grupos que compõem a RRS precisam lidar com estes interesses de alguma maneira. Para tanto, sua organização tem que ser coesa, autônoma, mas não dispersa.

Apesar dessa dificuldade, a construção diária por romper com a cotidianidade programada que trata Lefebvre (1991) se dá em choque com a articulação global do capital que investe com força na fragmentação das relações do lugar, das relações de construção de identidade e solidariedade que questiona, em certa medida, o controle do cotidiano. Para isso, os *eixos estratégicos* da RRS trazem algo diferente em relação aos movimentos populares da década de 1980, pois concentram sua atuação nas atividades ligadas a arte, cultura e comunicação. Assim, intencionam ampliar a comunicação entre as periferias e as trocas possíveis a partir disso.

Contudo, articular a arte, a cultura e a comunicação, é insuficiente para conseguir mudanças no espaço da cidade. Pois estes são instrumentos importantes, mas necessitam de

um direcionamento político claro, em uma organização objetiva. Ou seja, a transformação cultural precisa estar fortemente relacionada à transformação política e econômica de modo a restituir a obra da cidade. Quando falamos em restituir a obra da Cidade não nos referimos à sua monumentalidade, mas sim a obra produzida pelas diferenças, pelas pessoas e não pelas mercadorias, pelo capital, como aponta Lefebvre (1991, p. 215): “Socialmente o termo [obra] designa a atividade de um grupo que toma em suas mãos e a seu cargo seu papel e seu destino social, ou seja, uma *autogestão*” [itálico do autor].

Nesse sentido, os movimentos de resistência dão continuidade à leitura da cidade para além do espaço de reprodução do capital. Pois este é também o espaço de lutas (CARLOS, 2003), de construções coletivas que se fortalecem, numa construção cultural que pode ir além da sua instrumentalidade, tendo em vista que como aponta Lefebvre

A restituição da obra e do sentido da obra não tem um objetivo 'cultural', mas prático. De fato, nossa revolução cultural não pode ter finalidades simplesmente 'culturais'. Ela orienta a cultura em direção a uma prática: a cotidianidade transformada. A revolução muda a vida, não apenas o Estado ou as relações de propriedade. [...] (LEFEBVRE, 1991, p. 214)

Os coletivos organizados em rede pela resistência em Recife nos conduzem à possibilidade de insurgência do urbano por meio do cotidiano, proporcionada pela relação com o lugar, as relações do espaço vivido. Isto porque não é a rede técnica que proporcionará a constituição e fortalecimento das relações sociais e coletivas mas sim são estas relações sociais que a partir da necessidade de fortalecer a coletividade formarão e fortalecerão redes socioespaciais diversas como estratégia de ação no/pelo espaço (DIAS, 2007).

No entanto, as dificuldades dos grupos em deslocar-se, depender mais tempo, entre outros fatores, faz com que o discurso em ser RRS parta das relações horizontalizadas entre as comunidades, mas a prática fique comprometida, já que as comunidade não estão presentes no principal espaço de discussão das ações da RRS que são as reuniões semanais. Assim, aqueles que se mantêm presentes acabam tomando a frente para que o movimento dessa rede não pare, causando desencontros de interesses e interpretações, conflitos e tensões internos ao movimento de organização dos coletivos.

Os coletivos menos consolidados e com maior dificuldade reivindicam a presença da RRS, ou seja, dos coletivos cooperantes mais estruturados para ajudá-los em determinadas demandas, e têm dificuldades. Assim, é preciso repensar algumas *ações estratégicas* que trabalhamos ao longo dessa pesquisa para que a comunicação de fato seja ampliada — como a das produções coletivas. Pensar os *eixos estratégicos de ação* — arte, cultura e comunicação — requer objetivar a transformação articulada não somente entre os coletivos em rede, mas principalmente aos desdobramentos dessa articulação nos níveis econômico, político e cultura, para a restituição da totalidade, de modo a superar a fragmentação e/ou setorização desses níveis.

A permanência da resistência deve estar apoiada, portanto, na descontinuidade da construção das relações sociais programadas por meio do cotidiano e, nesse sentido, as *ações estratégicas*, norteadas pelos *eixos estratégicos de ação*, precisam ser repensadas quanto ao envolvimento da comunidade. Sem dúvida, cumprem papel importante como podemos desenvolver ao longo da pesquisa. Nas *ações* — as produções audiovisuais, o trabalho com as rádios comunitárias, o teatro de rua, entre outras — a relação com a necessidade e com a carência, que são palpáveis em muitos momentos, não cumprem por si só o papel de construção da consciência do sujeito, como discutimos no capítulo 1, mas indica aos indivíduos e coletivos que é por meio da construção feita a partir dessa carência e/ou necessidade que a consciência é construída pelo sujeito.

Ainda que seja necessário repensar como tem sido os mutirões de graffiti, as produções coletivas, entre outras ações, estas cumpre um papel significativo para aqueles que estão sendo envolvidos. Há, implícita à ação, um mundo de possibilidades que para muitos era distante. Por outro lado, devemos observar que a RRS tem dificuldades de organização para além das ações estratégicas, o que dificulta que as trocas sejam mais frequentes, permanentes e cada vez mais horizontalizadas. Poderíamos justificar essas dificuldades de diversas formas, desde a limitação à mobilidade urbana como já foi falado em outros momentos, à existência de conflitos entre alguns grupos ou mesmo o distanciamento de outros. Contudo, atribuímos essas dificuldades à própria necessidade de que as trocas comunitárias se dêem de forma efetiva nas comunidades. Ainda que haja outros espaços — entre eles, o principal tem sido as reuniões semanais que acontece no SIMEPE — a efetividade das trocas deve ser feita nas comunidades. É essencial repensar as ações da RRS e suas discussões em reuniões itinerárias nas comunidades como já foi feito antes.

Os resultados nas análises das estratégias da RRS, atreladas aos eixos de ação estratégicos e as ações estratégicas, nos indicam que, na trama das relações socioespaciais, as práticas urbanas continuam impondo limitações às ações dos grupos que se organizam a partir da vivência em suas comunidades. As organizações dos movimentos populares na luta pelo direito à Cidade demonstram a importância de romper com as contradições da lógica capitalista, ainda que em muitos momentos não consigam lidar com as próprias contradições internas à sua organização.

Este movimento que identificamos no qual a trama da RRS parece fraca ao mesmo tempo em que os grupos se fortalecem, em alguma medida, mostra que o sentido da luta pelo direito à Cidade e o significado da *rua* não são extintos diante das tentativas de captura da vida cotidiana e da construção coletiva. O papel da RRS nesse contexto é reavaliar suas ações de modo a criar mecanismos de ampliação das trocas entre as comunidades para o fortalecimento delas na cidade, de modo a consolidar o ideal solidário que está relacionado com a emancipação e não com o conteúdo assistencialista dado pela apropriação burguesa.

Nesse sentido, o aprofundamento da relação com o lugar será cada vez mais necessária. Pois, segundo a tese de Carlos (2001b, p. 62), fundamentada a partir da contribuição de Lefebvre, “ao produzir sua vida (sua história, a realidade), a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico, dessa forma também o lugar. Tais condições são produzidas pelo **trabalho como atividade humana** [...]” [grifo nosso], e dessa forma por meio da ação dos grupos que cooperam na RRS é possível que se constitua a criação do lugar e o lugar de criação, tendo em vista que ao transformar o espaço por meio de suas ações os sujeitos, ao mesmo tempo, também transformam a si mesmos e a sua própria realidade.

Assim, se o cotidiano põe acento na reprodução das relações sociais é necessário ainda aprofundar as possibilidades de apropriação desse cotidiano, pois o seu conteúdo desvelado em nossa pesquisa continua comprometido com o imediato da vida e a sobrevivência. Em algumas comunidades ainda pela emergência do alimento, e das possibilidades de saúde e educação e mesmo infra-estrutura básica, mas em outras pela cultura e a comunicação, bens coletivos imateriais, mas que também continuam atendendo a urgência do resgate dos indivíduos, da sobrevivência em termos da vida em si, mas também das perspectivas que surgem a partir desse resgate.

Por isso, consideramos que o imediato é tão importante quanto à possibilidade de perspectivas futuras de construção da Cidade, pois, no processo de resgate individual o sorriso, o brilho nos olhos e a possibilidade de perspectivas fazem com que a coletividade seja possível de ser construída. O reconhecimento de uma intervenção momentânea pode apresentar desdobramentos no caminho para a construção da vida plena, tendo em vista que a luta é humana e o sentido também dever ser humanizante e humanizador.

É nesse sentido que o cotidiano apresenta outras dimensões para além do trabalho e do consumo, sendo necessário que seja aprofundado o debate e a construção da crítica a rotina, ao cotidiano normatizado, de modo a transformá-lo por meio da apropriação que ocorre no lugar. Como nos lembra Lefebvre (1991) há uma construção ideológica que faz com que *apropriação* passe a ser desconsiderada. Da mesma forma, acreditamos que afirmar que o a construção de um direito a cidade transformada é utopia também é uma construção ideológica, tendo em vista que para Lefebvre (1999; 2001) a transformação da cidade e a concretização do urbano são sim virtualidades, mas que como virtualidades são concretas.

Reafirmamos, portanto, que a luta dos movimentos de resistência é feita pelo direito à Cidade como, em certa medida, propôs Lefebvre, e ainda que as tramas da RRS se mostrem de forma fraca quanto aos nós existentes em sua rede, estes “nós” não são desfeitos ou se esfacelam tão facilmente. Isso porque a base de construção para esta rede está no *lugar*, e a relação com o *lugar* tem sido constituída cada vez mais forte, pois, “a contestação o recoloca no movimento da história. Liberta-o”¹⁵³ (DAMIANI, 2002, p. 164).

¹⁵³ Damiani (2002) se refere antes ao fragmento reproduzido da especialização dos lugares e como isto retira do lugar sua historicidade, fazendo com que tenda a ser transformado em simulacro da história.

Referências Bibliográficas

- AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de Bairro. De frente para o Estado, em busca do Parlamento.** São Paulo: Cortez, 1991.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital.** In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago., 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas.** São Paulo: Brasiliense, 2004. Tradução: Suely Bastos.
- BEZERRA, D. U. C. **Alagados, Mocambos e Mocambeiros.** Recife: Instituto Joaquim Nabuco Pesquisa Social, 1965.
- BITOUN, Jan. Movimentos Sociais e a Cidade: questões relevantes para a geografia urbana. In: AGETEO. **Boletim de Geografia Teorética.** Vol. 21, n° 42. São Paulo, Rio Claro, 1991.
- BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana – 3 Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.**
- BORJA, Jordi. **Movimientos Sociales Urbanos.** Buenos Aires: Ediciones Siap – Planteos, 1975.
- BUONFIGLIO, Leda Velloso. **O Resgate do centro de Porto Alegre. A luta dos sem-teto pelo direito à moradia.** Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de Brasília, 2007. Dissertação de Mestrado.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço Urbano e Movimentos Sociais.** In: *Boletim de Geografia Teorética.* Vol. 22, n° 43-44. AGETEO: Rio Claro, SP, 1992. Pp. 147-153. ISSN 0100-9761.
- _____. **A (Re)Produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- _____. **Espaço-Tempo na Metrópole: A fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001a.
- _____. *“Novas” Contradições do Espaço.* In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). **O Espaço no Fim de Século: a nova raridade.** 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2001b.
- _____. **A cidade.** 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **O Direito à Cidade e a Construção da Metageografia.** In: CIDADES: Revista Científica/Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 02, n. 04. Julho a Dezembro de 2005.

_____. A urbanização da sociedade: questões para o debate. In: OLIVEIRA, M.P. de; et al. **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, ANPEGE, 2008. pp.49-60.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede — A era da informação: economia, sociedade e cultura**. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Tradução: Roneide Venâncio Majer.

_____. **A Questão Urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Movimentos sociais urbanos e construção do espaço do cidadão em lugares pobres do Recife/PE: Uma História dos Movimentos de Bairro, Conquistas e Impasses, na busca da Construção da Cidadania**. In: Revista de Geografia. Vol. 19. Recife: 2002.

CASTRO, I. E. de. *O problema da escala*. In: CASTRO, I.E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. – 10ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, Josué. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: editora Brasiliense, 1993.

COELHO, Glauci; TAKAKI, Emika. **O resgate do espaço público como lugar de vivência: a experiência da ação cultural Hip-Hop sob o viaduto de Madureira no Rio de Janeiro**. XIII ENANpur. Florianópolis – Santa Catarina. 25 a 29 de maio de 2009.

COSTA, M. I. L da; FRANÇA, E. A. de. **Comunicação para todos: evolução da radiodifusão alternativa e diversidade de acesso**. Biblioteca online de ciências da comunicação, 2009. ISSN1646-3137. Disponível em <<http://www.bocc.uff.br/pag/costamaria-comunicacao-para-todos.pdf>> Acessado em setembro de 2009.

DAMIANI, Amélia Luisa. **A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica**. Terra Livre, ano 1, n. 1, São Paulo, 1986. pp 21-38.

_____. **A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 1993. Tese de Doutorado.

_____. *A crise da cidade: os termos da urbanização*. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O. de L. (Orgs). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001. pp. 118-131

_____. *O Lugar e a Produção do Cotidiano*. In: CARLOS, A. F. A.(Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 161-172

DAVIDOVICH, Fany. Movimentos Sociais e cidade: uma introdução ao tema. In: AGETEO. **Boletim de Geografia Teórica**. Vol. 21, nº 42. São Paulo, Rio Claro, 1991.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, L. C.. *Os sentidos da rede*. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da. **Redes, sociedades e territórios**. 1ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. v. 1, p. 11-28.

FERREIRA, Álvaro. **A Multidimensionalidade dos Movimentos Sociais e a Tensão na Metropolização do espaço do Rio de Janeiro**. XI SIMPURB. Brasília. De 01 a 04 de setembro de 2009.

FREIRE, Eliane Oliveira de Lima. **Uma história social do Movimento de Resistência à Ditadura Militar de Casa Amarela – Recife – PE 1964-1985**. XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, realizado na Universidade Estadual de Londrina, entre 17 e 22 de julho de 2005. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/Eliane%20Oliveira%20de%20Lima%20Freire.pdf> Acessado em outubro de 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994. 4. Ed.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Teoria sobre os Novos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O Latifúndio Genético e a R-Existência Indígena-Camponesa**. Revista GEOgraphia. Ano IV, N. 8, Jul-Dez/2002. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/rev_08/edicao8.htm>

HARVEY, David. **A Justiça Social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291 p.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

KÓSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1989. Tradução: Maria Cecília França.

_____. **A Reprodução das Relações de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **Lógica Formal. Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 3. Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991. Tradução: Alcides João de Barros.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Tradução de Sérgio Martins, 1999.

_____. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE, Ricardo (Org.). **Aqui do Alto a História é outra: a narrativa dos moradores do Alto José do Pinho**. Recife: Magis, 2009.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de campo em Geografia: Reflexões sobre uma experiência de Pesquisa Participante**. In: Boletim Paulista de Geografia. N. 84. São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros: Jul./2006. Pp. 105-136.

MARKMAM, Rejane Sá. **Música e simbolização – Mangubeat: contracultura em versão cabocla**. São Paulo: Annablume, 2007.

MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. *O Plano de Regularização da Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis) do Recife: democratização da gestão e planejamento participativo*. In: CARDOSO, Adauto Lucio (Coord.). **Habitação Social nas metrópoles brasileiras. Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Coleção HABITARE. Rio de Janeiro: IPPUR, 2007. pp. 415-435

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos)**. Boletim Paulista de Geografia. Número 83. São Paulo. Dez. 2005. pp. 07-32.

OLIVEIRA JR., Gilberto Alves de. **Novas Expressões de Centralidade e (Re)produção do Espaço Urbano em Cidades Médias: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de Brasília, 2008. Dissertação de Mestrado.

PCR. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife, 2005.

PERUZZO, Cicília. **Participação nas rádios comunitárias no Brasil**. Biblioteca on-line de Ciências da comunicação, 1998. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf> > Acessado em 01 de julho de 2009.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Teorizando a Resistência**. In: SILVA, D.E.G. e VIEIRA, J.A. (Orgs.). *Análise do Discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: UnB. Oficina Editorial do Instituto de Letras; Editora Plano, 2002.

RAMOS, A.W.. **Cotidiano, espaço e tempo de um antigo bairro paulistano: transformações da cidade e a dimensão do vivido**. GEUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 15, pp. 77-103, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O fato metropolitano – enigma e poder**. Etc..., Espaço, tempo e crítica. N. 2 (5), vol 1, 1º de setembro de 2007a. ISSN1981-3732

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. **A Produção do Lugar na Periferia da Metrópole Paulistana**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2007b. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Cidade e movimentos sociais: algumas reflexões sobre questões conceituais*. In: AGETEO. **Boletim de Geografia Teorética**. Vol. 21, nº 42. São Paulo, Rio Claro, 1991.

_____. **Os Movimentos Sociais Urbanos e a Questão da Moradia**. In: Boletim de Geografia Teorética. Vol. 22. nº 43-44. AGETEO: Rio Claro, SP, 1992. Pp. 173-176. ISSN 0100-9761.

_____. **Movimentos Sociais Urbanos.** In: Simpósio Interfaces das Representações Urbanas em tempos de Globalização. Mesa redonda: Sociedade em Redes, cidades globais, tecnologias informacionais e a construção da vivência urbana contemporânea. São Paulo – Bauru. 22 a 26 de agosto de 2005.

_____. **A cidade como direito.** IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Los problemas Del mundo actual. Soluciones y alternativas desde La Geografía y las Ciencias Sociales. Porto Alegre: 28 de maio a 1 de junho de 2007.

SADER, Emir (Org.). **Movimentos Sociais na Transição Demográfica.** São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1978.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico Informacional.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

_____. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** 17ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **O Espaço do Cidadão.** 7ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos.** São Paulo: editora UNESP, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). **Uma revolução no cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes dos Movimentos Sociais.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Redes Sociais: trajetórias e fronteiras.* In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da. **Redes, sociedades e territórios.** 1ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. v. 1, p. 29-50.

SERPA, Ângelo. *A trama das relações sócio-espaciais nos bairros populares de Salvador.* In: SERPA, Ângelo (Org.). **Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais.** Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, M.O. da S. e. **Refletindo a Pesquisa Participante no Brasil e na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1991, 2ª Ed.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Economia Solidária.** *Estudos Avançados*, vol.22, no. 62, São Paulo, Jan./Abr. 2008. Entrevista.

SOUSA, Isauro. **Regularização Fundiária das “Terras de Ninguém” – Experiência inovadora no Recife.** Resumo disponível na internet sem identificação de publicação. Disponível em
<<http://www.ibdu.org.br/imagens/REGULARIZACAOFUNDIARIADASTERRASDENINGUeM.pdf>>

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **As cidades brasileiras e os movimentos sociais no início do século XX: sete questões para provocar o debate.** X SIMPURB. Florianópolis, Santa Catarina. Outubro de 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez, 1988.

TOURAINÉ, Alain. **O Retorno do Actor. Ensaio sobre Sociologia.** Instituto Piaget, 1984. Tradução Portuguesa: Armando Pereira da Silva.

VIANA, R. V.. **A (re)produção do espaço como mercadoria: Pólo 3 – Projeto Orla extensões-latências.** Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de Brasília. 2008. Dissertação de Mestrado.

Apêndice

MEMÓRIAS DO CAMPO: ALGUNS APONTAMENTOS

De maneira a não tornar a introdução um texto extenso e cansativo, e diante da importância em situarmos algumas questões referentes aos procedimentos metodológicos de nossa pesquisa, optamos por expandir, neste espaço, alguns passos que consideramos importantes, bem com algumas dificuldades e limitações.

A primeira questão a ser pontuada é a diluição dos conteúdos das entrevistas no texto. Ao ser realizado a etapa I do campo para nossa pesquisa, estávamos ainda delineando as primeiras idéias sobre a discussão que envolve os movimentos sociais e a questão urbana. As conversas informais, no campo exploratório, trouxeram alguns apontamentos importantes para o início de nossa pesquisa. Da mesma forma, a etapa II do trabalho de campo trouxe informações importantes, e neste momento mais direcionada à problemática e as questões de pesquisa já construídas.

O material resultante destas etapas, somado a etapa III referente às entrevistas complementares, teve seu conteúdo diluído ao longo da construção do texto, tendo sido destacado, em citação direta, o que julgamos importante enfatizar. A opção por diluir ao longo do texto o conteúdo das entrevistas e das conversas exploratórias foi feita diante da preocupação de não tornar cansativa a leitura, com citações longas que podem tornar o trabalho um tanto enfadonho.

A segunda questão refere-se especificamente a etapa II do trabalho de campo, realizada entre janeiro e março de 2009, período do ano em Recife em que os preparativos para o Carnaval estão em processo de construção. Para os grupos cooperantes da Rede de Resistência Solidária, assim como para outras entidades, o início do ano é um momento de descanso e as atividades e articulações são retomadas aos poucos.

O acesso a Ilha de Deus se deu sem muitos problemas, tendo em vista que já há um bom tempo temos acesso livre nesta comunidade. No entanto, encontrar os contatos para iniciar as visitas no Alto José do Pinho, bem como para ampliar as idas para outras comunidades com grupos cooperantes da RRS foi um processo um pouco demorado. Ao conseguir entrar em contato com Robinho no Alto José do Pinho, logo iniciamos nossas idas à comunidade; fomos ao Alto José do Pinho cinco vezes. Por questões de desencontro, ou

mesmo imprevistos, duas destas idas não tiveram êxito, o que dificultou nossas análises diante do pouco tempo que já tínhamos. Contudo, ao longo das conversas com Robinho, caminhando pela comunidade e conhecendo as pessoas, podemos ter algum contato, ainda que mínimo, com o dia-a-dia das pessoas em alguns momentos tivemos a oportunidade de identificar nas falas a relação com o lugar.

Na Ilha de Deus a dificuldade maior foi conseguir reunir com as pessoas para uma conversa. Tanto que das duas entrevistas previstas — uma com Nuninho e outra com “Garotinho”, ambos da Ação Comunitária Caranguejo Uçá — apenas uma foi realizada. A volta das atividades da Ação Comunitária Caranguejo Uçá aconteceu com um pouco mais de movimentação somente depois do Carnaval, e neste momento não tínhamos tanto tempo.

Como dissemos em outro momento de nosso trabalho, optar por fazer a pesquisa distante do recorte espacial pesquisado trouxe implicações positivas quanto à ampliação dos horizontes teóricos, mas também trouxe implicações negativas quanto à limitação de tempo em relação aos trabalhos de campo. Dessa forma, ao longo do três meses que ficamos em campo nosso tempo foi dividido entre a idas ao Alto José do Pinho, as idas à ilha de Deus e a participação nas reuniões semanais da RRS.

Algumas tentativas de conhecer o Studio de Pixote no Campo do Banco, no bairro da Várzea, foram frustradas, além de muitos contatos que não conseguimos completar nesta etapa (II), como, por exemplo, com Boony, do bairro de Santo Amaro. A não concretização desses contatos prejudicou nossa pesquisa devido à necessidade que tínhamos, e ainda consideramos ter, de ampliar o conhecimento da RRS para além dos recortes empíricos que delimitamos (Alto José do Pinho e Ilha de Deus) e para além do espaço da reunião semanal da RRS no qual muitos coletivos não participam.

Diante disto, a terceira questão a ser exposta refere-se à etapa III que consideramos como pós-campo. Como consequência da nossa dificuldade em ampliar nossa rede de relações nas comunidades que tem grupos comunitários cooperantes na RRS, na etapa II do campo, decidimos tentar o contato mesmo pela internet (neste momento já estávamos de volta à Brasília). Entramos em contato com 8 pessoas de coletivos diferentes, e destas oito pessoas três retornaram a entrevista enviada por e-mail. Este envio aconteceu em tempos variados, tendo em vista que não foi estabelecido prazo para que o material fosse devolvido.

Mais uma vez houve prejuízo ao trabalho diante da impossibilidade de ampliar o leque de conhecimento para além do Alto José do Pinho e a Ilha de Deus, recortes importantes, mas que representam grupos distintos e demandas específicas, assim como imaginamos que seria os demais grupos nas mais de 40 comunidades representadas, de alguma forma, na RRS. Essas questões nos levaram a repensar o planejamento para o trabalho de campo, no sentido de consolidar as informações e o aprendizado possíveis dessa etapa.

Consideramos importante trazer esses apontamentos para que pudéssemos expor algumas limitações da nossa pesquisa, assim como as dificuldades na busca de informações as quais não foi possível acessar diante das condições em que realizamos a pesquisa e os trabalho de campo.

Anexos



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Anexo 1

Prof^a. Orientadora: Dr^a. Nelba Azevedo Penna

Mestranda: Ananda de Melo Martins

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura de Recife)
Amparo Araújo

1. Poderia falar qual o objetivo desta secretaria e quais atividades tem sido desenvolvidas!?
2. O que entende como questão prioritária nesse contexto?

“Observando a juventude de hoje, Amparo diz que é muito mais difícil ser jovem atualmente do que na época dela. “Quando eu era jovem, a gente tinha perspectivas, ideais, sabíamos a direção. Hoje, a sociedade não oferece oportunidades, o que vemos são jovens perdidos”, ressaltou a militante”.

<http://jullianaraujo.blogspot.com/2008/02/perfil-de-uma-guerreira-amparo-arajo.html>

3. Quais estratégias, na dimensão institucional, acredita poder reverter isso? E como dialogar com espaços de construção coletiva não institucionalizada, como o próprio cotidiano, de modo a dar sentido, ou ampliar o sentido, da luta pelo direito à cidade?
4. Como enxerga estes espaços de construção coletiva não institucionalizada, como a Rede de Resistência Solidária, hoje cujo principal público alvo são os jovens devido ao risco à violência e ao envolvimento com as drogas?
5. Concretamente como poderíamos mensurar o progresso no que tange aos direitos humanos e a construção da cidadania no espaço urbano em Recife? E como acredita que isso tem refletido no cotidiano, principalmente, das comunidades?
6. Quais os condicionantes que fazem com que as políticas do poder público municipal não sejam reconhecidas pelos grupos nos espaços cotidiano da construção de resistência? Não parece antagônico que “tanto” possa estar sendo feito ao mesmo tempo em que tão pouco surte efeito na vida dos jovens e da população como um todo?
7. Qual análise faz acerca da pressão pela institucionalização dos movimentos populares e de resistência frente a estrutura do poder público? Acredita que esse processo possa

engessar os movimentos tornando-os mais estáticos pela burocracia do que dinâmicos pela luta?

8. Seria esse um processo ou mesmo uma tentativa de reduzir os direitos, agora também normatizados? Como enfrenta no dia-a-dia o conflito entre o que é passível de normatização – e até necessário que se normatize para garantir determinados espaços de construção – e o que não se encaixa nos moldes burocráticos, mas faz parte do processo de construção de uma sociedade na qual os direitos humanos sejam respeitados e de fato tenhamos cidadãos.
9. Quantas pessoas são atendidas hoje por esta secretaria e quantas destas formam o percentual de jovens e porque?
10. Por fim, na luta pelo direito à Cidade de forma plena que elementos/estratégias julga serem essenciais para pensarmos numa perspectiva de reprodução da vida em suas diversas facetas, não somente pela sobrevivência, mas pela vivência na/da cidade?



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Anexo 2

Prof^a. Orientadora: Dr^a. Nelba Azevedo Penna

Mestranda: Ananda de Melo Martins

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Nuninho – Ação Comunitária Caranguejo Uçá – Ilha de Deus – Rede de Resistência Solidária)

1. Poderia falar um pouco do que a Ação Comunitária Caranguejo Uçá e como você se envolveu com esse grupo?
2. Falam sempre da luta das mulheres e das gerações anteriores. A questão é “Resistir a quê? Por quê?”
3. Como é sua relação com o lugar Ilha de Deus? Existe relação entre o lugar e a luta?
4. Como tem acontecido a articulação em rede por meio da RRS? Por que vocês não estão mais presentes nas reuniões semanais?
5. Para vocês, enquanto Caranguejo Uçá, o que é central na luta? Como isso repercute na comunidade? Como ela reage?



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Anexo 3

Prof^a. Orientadora: Dr^a. Nelba Azevedo Penna

Mestranda: Ananda de Melo Martins

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Robinho – Alto José do Pinho – Rede de Resistência Solidária)

1. Poderia falar um pouco de como são as organizações populares no Alto José do Pinho e em que grupo está inserido?
2. Recife é uma cidade em que as lutas sociais são históricas. A zona norte do Recife tem uma história recente de luta pela posse da terra com o movimento “Terras de Ninguém”. Neste momento a questão é “Resistir a quê? Por quê?”
3. Como desenvolvem as ações no Alto José do Pinho e como é o envolvimento dos jovens?
4. Como é sua relação com o lugar Alto José do Pinho? E como observa a relação das pessoas com este mesmo lugar?
5. Existe relação entre o lugar e a luta?
6. Como tem acontecido a articulação em rede por meio da RRS? Por que vocês não estão mais presentes nas reuniões semanais?
7. O que é central na luta? Como isso repercute na comunidade? Como observa a reação da comunidade?



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Anexo 4

Prof^a. Orientadora: Dr^a. Nelba Azevedo Penna

Mestranda: Ananda de Melo Martins

Pesquisa: Rede de Resistência Solidária: resistência e cotidiano na luta pelo direito à cidade no espaço urbano em Recife - PE

ROTEIRO DE ENTREVISTA COMPLEMENTAR

Entrevistado: Robinho/ Pixote/ Elaine/ Carbonel/ Boony/ Terezinha

Comunidade: Alto José do Pinho/Campo do Banco/ Mangabeira/ Totó/ Santo Amaro/ Ilha de Deus

Atividade que desenvolve na comunidade:

A entrevista complementar tem por objetivo buscar resgatar algumas questões referentes à Rede de Resistência Solidária, a relação com os grupos cooperantes e a organização na comunidade, já conversadas em entrevista realizada em fevereiro de 2009.

- Por que se articular em rede?
- Ao se inserir em uma articulação entre grupos de diversas comunidades da cidade o que se pretende? O que é central na luta que empreendem? Pelo que se organizam e desenvolvem ações?
- Como observa as ações no cotidiano da comunidade? De que maneira percebe mudanças por meio deste cotidiano?
- Qual a relação dessas mudanças com o lugar? Acredita que há relação? De que maneira isto pode favorecer a organização dos grupos cooperantes da RRS?



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Anexo 5

Entrevistado: Adriano/ Luciana

Comunidade: Campina do Barreto/ Pilar

Grupo/coletivo: Gambiarra/ ParticiPilar

Atividades que desenvolve na comunidade e/ou na RRS:

A entrevista complementar tem por objetivo buscar resgatar algumas questões referentes à Rede de Resistência Solidária, a relação com os grupos cooperantes e a organização na comunidade. Podem ainda complementar com questões que considere pertinentes.

- Com quais atividades trabalha em sua comunidade?
- Tem sede, radio comunitária ou outros pontos de apoio?
- Com quais comunidades tem maior troca/contato?
- Por que se articular em rede?
- Ao se inserir em uma articulação entre grupos de diversas comunidades da cidade o que se pretende? O que é central na luta que empreendem? Pelo que se organizam e desenvolvem ações?
- Como observa as ações no cotidiano da comunidade? De que maneira percebe mudanças por meio deste cotidiano?
- Qual a relação dessas mudanças com o lugar? Acredita que haja essa relação? De que maneira isto pode favorecer a organização dos grupos cooperantes da RRS?